

revista PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 13 - número 14 - maio de 2014

ISSN 1983-0963

Nesta Edição:

- * *Baixada Fluminense - Acróstico*
- * *Políticas públicas e organização territorial em Duque de Caxias*
- * *A Vila de Iguassú: uma importância atribuída?*
- * *Encontros e conexões: [re]descobrimos histórias - um projeto pluridisciplinar, a partir das interações históricas entre Baixada Fluminense e Vale do Paraíba*
- * *Associação Fluminense de Educação e Faculdades Unidas Grande Rio: a UNIGRANRIO e a educação em Duque de Caxias*
- * *Nilópolis: pequenos fragmentos entre o Nilo e a Beija-Flor*
- * *João da Goméia: sacerdote do candomblé em Duque de Caxias*
- * *Espaços de educação não-formais: o caso do Instituto Histórico*

Visões Universitárias

Seropédica: reestruturação produtiva e transformações espaciais

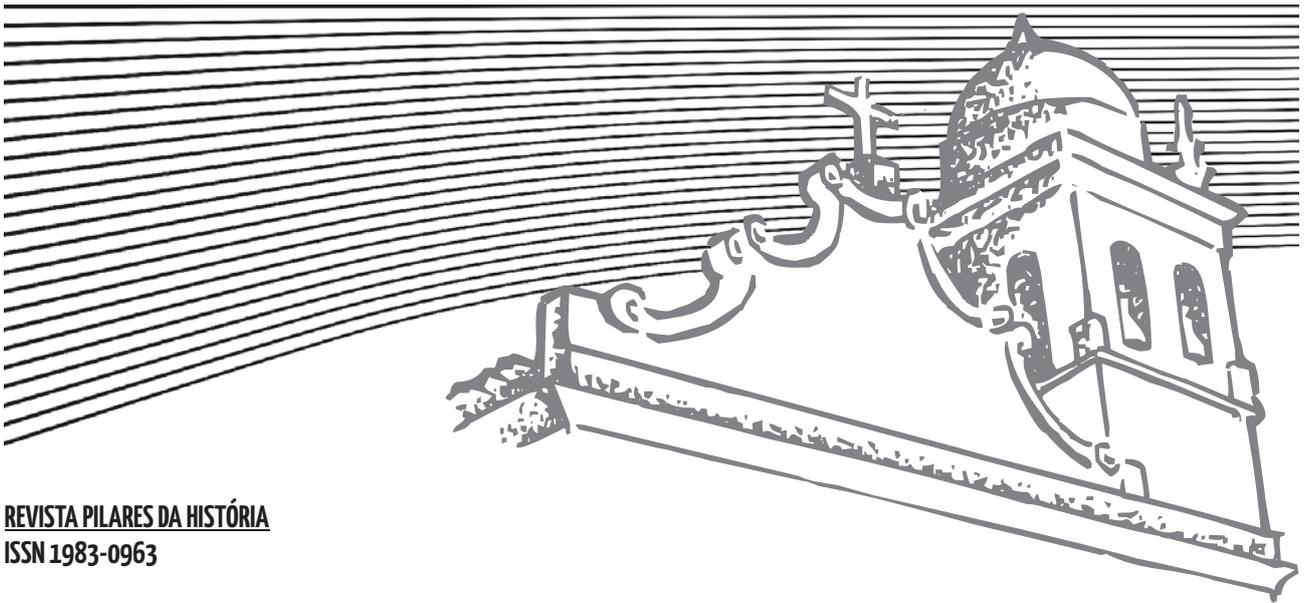
Seção Memória Viva

O resgate dos desfiles dos blocos de enredo de Duque de Caxias, por André Oliveira



edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara municipal de duque de caxias e associação dos amigos do instituto histórico

AH



REVISTA PILARES DA HISTÓRIA
ISSN 1983-0963

Edição conjunta:
INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL
DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Eduardo Moreira da Silva

DIRETOR GERAL DA CMDC:
Laurecy de Souza Villar

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Paulo Christiano Mainhard

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Antonio Augusto Braz
André Santos da Rocha
José Cláudio Souza Alves
Nielson Rosa Bezerra
Marlucia Santos de Souza
Rogério Torres da Cunha
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Alda Regina Siqueira Assumpção
Elisângela Cortes Braga
Diego Thiele Canuto
Gabriel Salles de Melo
Taís Fernanda Noronha
Roselena Braz Veillard

LOGOMARCA:
Guilherme Peres

CONCEPÇÃO DA CAPA:
Newton Menezes

DIAGRAMADOR:
André Júnior

FOTOS / CAPA:
Blocos – Carnaval 2014 – Duque de Caxias
Fotógrafa: Leticia Passowski / PMDC

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO**
www.amigosinstitutohistoricodc.com.br

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de Agosto Duque de Caxias
- RJ / CEP: 25071-140
Telefone: (21) 2784-6947

institutohistoricocmdc@gmail.com
institutohistorico@cmdc.rj.gov.br

**O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”,
da Câmara Municipal de Duque de Caxais e a
Associação dos Amigos do Instituto Histórico
agradecem o apoio:**

CRPH

**Centro de Referência Patrimonial e Histórico
do Município de Duque de Caxias**

CEPEMHED

**Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação
da Cidade de Duque de Caxias
e Baixada Fluminense**

IPAHB

**Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais
da Baixada Fluminense**

PINBA / FEBF / UERJ

**Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica
na Baixada Fluminense**

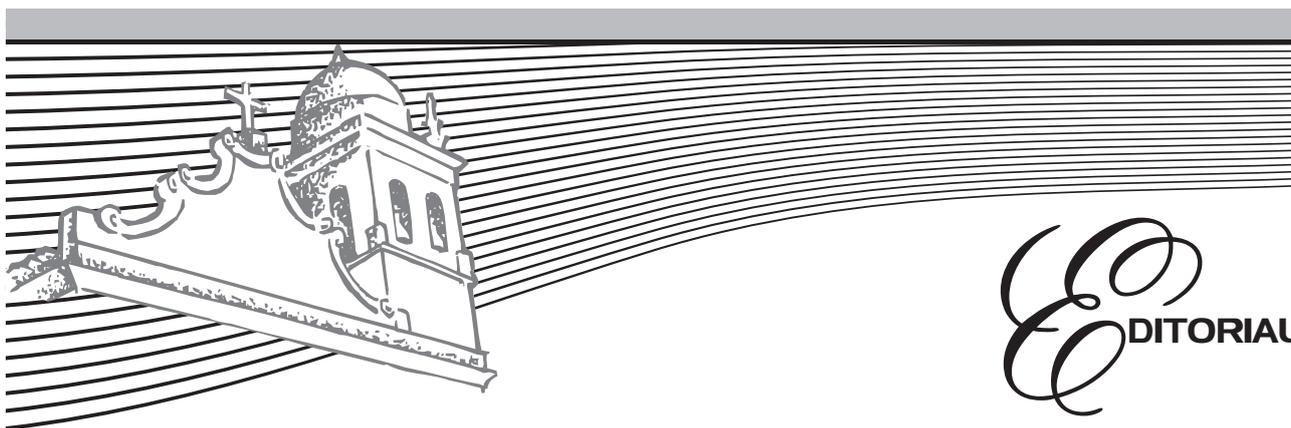
Fórum Cultural da Baixada Fluminense

Amigos do Patrimônio

**De todos que participaram direta ou indiretamente
da produção deste trabalho e daqueles que se
empenham no difícil processo da permanente construção e
reconstrução da nossa história.**

**O Conselho Editorial está aberto ao recebimento
de artigos para possível publicação.**

**As ideias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão
destes são da responsabilidade dos autores.**



No último dia 30 de abril, comemoramos mais um Dia Baixada Fluminense. Foram muitos os eventos ocorridos nos 13 municípios que compõem nossa região, com um amplo destaque na imprensa local e nos cadernos regionais dos grandes jornais. Isso demonstra que a data, para nossa alegria, já se tornou um marco da celebração de nossa identidade. Contribuíram, decisivamente, para que chegássemos a tal ponto, os esforços de pesquisa e publicação que foram realizados ao longo das últimas décadas. Nesse período, um enorme esforço constituído por um conjunto de instituições e pesquisadores trouxe luz para a História e o Patrimônio da Baixada Fluminense e de seus municípios. Nós, do Instituto Histórico, por meio de nossa Revista Pilares da História, temos mantido um enorme empenho nessa direção.

As celebrações do Dia 30 de Abril nos enchem de orgulho. Lembramos do muito que foi realizado por essa rede de apaixonados, ao longo desses anos. Mas, essas mesmas celebrações sempre nos fazem lembrar também dos desafios que ainda nos preocupam, pois muito do que denunciemos, em relação às ameaças à nossa História e ao nosso Patrimônio, ainda continuam nos assombrando. Temos, no nosso município e região, vários e urgentes exemplos de bens patrimoniais que se encontram constantemente ameaçados pelo descaso de muitos. Já é tempo de garantirmos a preservação desses importantes Lugares de Memória espalhados pela Baixada, que clamam por proteção. Além do mais, nossas tradições culturais estão sendo, cada vez mais, tragadas pela modernidade. Talvez seja oportuno que as Secretarias Municipais de Cultura invistam na sua preservação, adotando o modelo do programa federal e estadual conhecido como Pontos de Cultura que, a nosso ver, promovem uma bem pensada política de descentralização e democratização de verbas para a Cultura. A ASAMIH, por exemplo, é um Ponto de Cultura estadual. Não podemos deixar de lembrar que investir na manutenção e preservação de atividades culturais, além de tudo, tem uma relevância econômica que ajuda as comunidades locais em sua sobrevivência. Os Saberes e os Fazeres que o povo da Baixada Fluminense acumulou, ao longo de sua trajetória histórica, são um rico tesouro a ser explorado em prol da melhoria de sua qualidade de vida. Ações sistemáticas de proteção e estímulo, como essas ou outras que vicejam Brasil afora, aguardam serem aplicadas a partir de uma tomada de posição dos governantes de nossas cidades. Proteger e estimular a Cultura é um dever da cidadania.

Enquanto isso, nós, militantes culturais, continuamos nossa tarefa. Denunciando descasos, cobrando soluções, construindo conhecimento e realizando ações. No Dia 30 de Abril, entre as muitas que aconteceram, tivemos a feliz notícia do esperado lançamento do livro de nossa associada fundadora, Professora Marluvia Santos de Souza. Trata-se do Escavando o Passado da Cidade - História Política da Cidade de Duque de Caxias, onde a autora nos brinda com uma profunda análise da história política do nosso município, desde a colonização portuguesa até os anos 1960 e 1970, quando a cidade enfrentava as agruras e os percalços dos “anos de chumbo”. Belo trabalho que merece a atenção de todos os apaixonados pela nossa História em particular e pela História de nosso país no seu conjunto.

Assim, a ASAMIH e o Instituto Histórico continuam sua missão de preservar e divulgar nossa História, Cultura e Patrimônio, com a apresentação de mais este número. Estamos honrados e felizes por socializar o conhecimento produzido pelos autores e autoras que apresentamos nesta edição. Sintam-se sempre convidados para estarem conosco em nossos eventos e nas páginas de nossa próxima Revista.





No mês de abril, celebramos data de extrema importância para a nossa região: o Dia da Baixada Fluminense. A ideia de se instituir esse Dia surgiu e foi aprovada no ano 2000, com a intenção de celebrar os valores da região e discutir os problemas atuais, com a participação consciente de toda a sociedade.

O Dia da Baixada refere-se à inauguração da primeira Estrada de Ferro construída no Brasil, em 30 de abril de 1854, que ligava o Porto de Mauá (Estação Guia de Pacobaíba) à região de Fragoso, no pé da Serra de Petrópolis. São 160 anos de histórias!

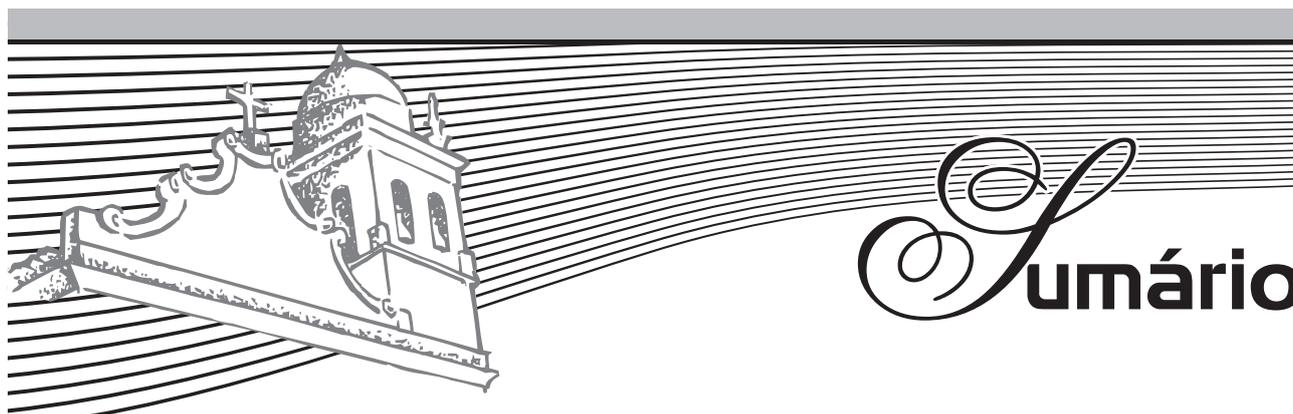
A Revista Pilares da História, ao longo de sua existência, tem buscado lembrar, incentivar e promover a recuperação da nossa história e cultura e já se tornou referencial para aqueles que se preocupam com a preservação da nossa identidade.

Ao longo dos anos, este Poder Legislativo tem buscado incentivar a publicação do periódico, sempre próximo ao Dia da Baixada, como parte das comemorações, com o propósito de apoiar a luta pelo resgate da autoestima da população dos municípios que compõem a região. Assim, como Presidente desta Casa, entendo que o estímulo a ações como esta são imprescindíveis para a preservação da nossa história, atendendo às necessidades daqueles que desejam participar desse projeto de conhecimento e valorização dos elementos que formam o nosso patrimônio.

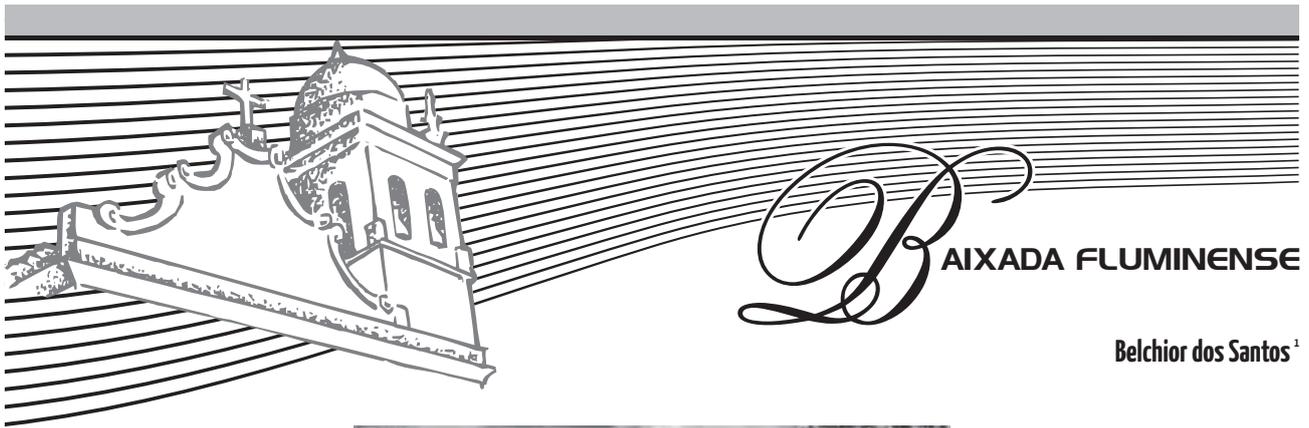
Parabenizo, mais uma vez, àqueles que continuam se dedicando a preservar e divulgar, por meio destas páginas, a memória histórica e cultural do nosso município e da região da Baixada Fluminense.

Eduardo Moreira da Silva





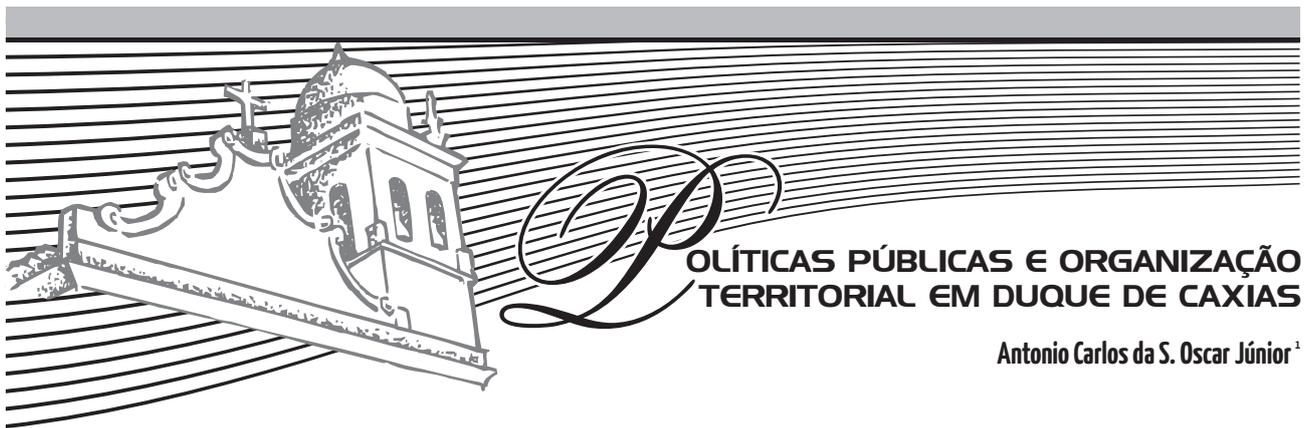
BAIXADA FLUMINENSE - ACRÓSTICO.....	7
POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL EM DUQUE DE CAXIAS.....	8
A VILA DE IGUASSU: UMA IMPORTÂNCIA ATRIBUIDA?.....	21
ENCONTROS & CONEXÕES: [RE]DESCOBRINDO HISTÓRIAS - UM PROJETO PLURIDISCIPLINAR, A PARTIR DAS INTERAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE BAIXADA FLUMINENSE E VALE DO PARAÍBA.....	39
ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO E FACULDADES UNIDAS GRANDE RIO: A UNIGRANRIO E A EDUCAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS.....	47
A RODOVIA WASHINGTON LUÍS E AS MUDANÇAS NO ESPAÇO DE DUQUE DE CAXIAS.....	56
NILÓPOLIS: PEQUENOS FRAGMENTOS ENTRE O NILO E A BEIJA-FLORES.....	67
JOÃO DA GOMÉIA: SACERDOTE DO CANDOMBLÉ EM DUQUE DE CAXIAS.....	75
ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAIS: O CASO DO INSTITUTO HISTÓRICO.....	79
VISÕES UNIVERSITÁRIAS.....	84
SEÇÃO ICONOGRAFIA.....	92
SEÇÃO TRANSCRIÇÃO.....	109
SEÇÃO MEMÓRIA VIVA.....	111
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO.....	113
17ª LEGISLATURA.....	115



**Berço de muitas culturas
 Atração imperial,
 Inspiram sempre aventuras
 Xaroco fenomenal.
 Área de lindos recantos,
 Dádiva, riquezas mil,
 A Mata Atlântica, encantos,**

**Fala do nosso Brasil.
 Ledos os pontos turísticos
 Uma paisagem real,
 Marcam teores artísticos
 Inspiração nacional.
 Na Leopoldina, a esperança,
 Engrandece a região,
 Nutrindo com segurança,
 Servir com o coração;
 Em paz e muita bonança.**

¹Barítono aposentado do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Bacharel e licenciado em Música pela UFRJ e em Educação Artística pela mesma instituição. Bacharel em Teologia pela Faculdade – Seminário Betel e em Serviço Social pela UFF. baritono.belchior@gmail.com



POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL EM DUQUE DE CAXIAS

Antonio Carlos da S. Oscar Júnior¹

Introdução

Este artigo versa a respeito da evolução territorial de Duque de Caxias, tomando como marco as políticas públicas de ordenamento territorial, que no município datam desde 1971, objetivando com isso a compreensão da (re)produção desse território a partir das ações da administração pública. Assunto de relevância científica visto que as políticas relacionadas ao uso da terra, bem como os agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1989), influenciaram na dinâmica territorial, sobretudo na expansão do fator urbano e, conseqüentemente, nas práticas espaciais, uma que as políticas públicas interferem significativamente na seletividade espacial (CORRÊA, 2008).

Em face da emergência da questão urbana para as práticas de ordenamento territorial, em 2001 surge o Estatuto das Cidades, que segundo Maricato (2010) é uma resposta às reivindicações do Movimento Nacional de Reforma Urbana, que reuniu diversos atores sociais em prol da reformulação das diretrizes de desenvolvimento urbano. Cabe ao Plano Diretor Urbanístico estabelecer instrumentos urbanos, tributários e jurídicos para a gestão e planejamento municipal, além de normatizar as diversas formas de uso e gestão do solo urbano e do município como um todo. Nesse último aspecto deve-se a política de zoneamento atenção, já que esta se traduz como um mecanismo concreto para a organização do território de um município, o qual é fruto de inúmeras dinâmicas sociais, econômicas e políticas que ocorrem dentro da moldura fornecida pelo quadro natural, que gradualmente, pelas transformações feitas pelo homem, torna-se um ambiente social, em constante metamorfose. A principal função do zoneamento é, portanto minimizar os conflitos de usos, degradação ambiental e exposição aos riscos, frutos dessa evolução.

Em Duque de Caxias, desde 1959, a opinião pública, através do jornal Folha da Cidade (figura 01) alertava para os perigos da ausência de políticas de zoneamento e ordenamento do território local (crítica que o jornal fazia desde 1957), permitindo usos conflitantes em várias áreas do município, o qual já tinha aproximadamente 16 anos de emancipado.

Figura 01: Matéria do Jornal Folha da Cidade a respeito da falta de zoneamento do uso do solo municipal. Fonte: Folha da Cidade (1959) - acervo do Instituto Histórico de Duque de Caxias.



¹ Mestre em Geografia pela UFRJ, professor e coordenador do Departamento de Geografia da FFCLDC/FEUDUC, Professor Substituto da UERJ (IGEOG/DGF). E-mail: thony.oscar@gmail.com.

Evolução do marco legal e territorial

A primeira política referente ao zoneamento do território municipal a que se teve acesso remete ao ano de 1971 (tabela 1), objetivando a delimitação de uma área industrial no município em função da instalação da REDUC (Refinaria Duque de Caxias), que ocorreu 10 anos antes. Acredita-se que essa seja a primeira, visto que na documentação do município não constam leis desse tipo para um período anterior, e, além disso, as notícias já mencionadas, do jornal Folha da Cidade, corroboram esta hipótese.

No período de elaboração do primeiro zoneamento, o município estava sob intervenção militar, sendo classificado como área de segurança, cabendo aos interventores a gestão desse território. Como resultado desse período antidemocrático, que durou de 1968 a 1985, foi imposto um lixão (aterro sanitário do Jardim Gramacho de 1973) em área de manguezal e várzea. A escolha de Duque de Caxias ocorreu em virtude da proximidade da cidade do Rio de Janeiro, proximidade que desde o século XIX, tem coferido, sobretudo ao 1º distrito (anteriormente conhecido como Meriti), posição de destaque no escoamento de alguns produtos, dentre os quais a lenha e o carvão vegetal, que já favorecia aí a formação de um núcleo urbano enquanto todo o resto da Baixada Fluminense estava voltada ao cultivo.

Com o aumento da circulação, em função da REDUC, da FABOR (Fabrica de Borracha) e da FNM (Fábrica Nacional de Motores), Duque de Caxias ganhou espaço no cenário industrial do estado. Em função disto, deliberações deram conta de ampliar a zona destinada ao uso industrial, abarcando inclusive as principais vias de circulação do município (Avenida Presidente Kennedy e Rodovia Washington Luiz).

Com a crescente ocupação deste território (mais de 400 mil habitantes), o uso industrial impulsionado e as críticas da imprensa local, em 1972 foi aprovado o primeiro plano Diretor do Município, que buscava regulamentar a forma como pessoas e objetos se distribuiriam neste território, definindo diretrizes para o urbanismo.

O zoneamento proposto pelo plano diretor de 1973 subdividia o território duquecaxiense em oito grandes zonas, as quais apresentavam subdivisões. Uma proposta muito bem detalhada que contemplava desde a existência de bairros operários às modestas áreas de preservação ambiental, todas claramente delimitadas.

Em linhas gerais grande parte do primeiro distrito estava destinado ao uso habitacional, variando de ZH1 a ZH6, exceto: ao longo dos principais eixos rodoviários onde era permissível o uso industrial; as áreas ocupadas pela sede da prefeitura municipal, o cemitério e o centro comercial e recreativo (atual calçada de Duque de Caxias) classificados como zonas especiais; e aquelas classificadas como Zonas Mistas do tipo 1, mais próximas ao centro do município e do tipo 2, mais a periferia da área central (ainda no primeiro distrito).

Nos demais distritos as localidades urbanas destinadas à habitação eram classificadas como ZH7, na periferia imediata do primeiro distrito, e ZH8, apresentando núcleos residenciais espaçados das localidades urbanas semiconsolidadas. No segundo distrito, foi criada a área industrial, em função da REDUC, e grande parte deste estava inserido na zona classificada como área de expansão, área para qual se projetava a expansão da malha urbana do município.

As zonas de expansão também estavam presentes nos limites próximos do terceiro e quarto distritos. Neste último também se faziam presentes a zona de grandes propriedades, área de reserva e a zona industrial dinamizada pela Fabrica Nacional de Motores (localizado no bairro de Xerém) e o Instituto de Malarilogia (localizado no bairro Cidade dos Meninos). E em todo sopé da Serra e área fronteira com o município de Nova Iguaçu encontrava-se a área rural do município, que com os tempos foi paulatinamente se restringindo ao noroeste do território.

²Vale ressaltar que a assinatura de tal contrato desrespeitou o Código Florestal Brasileiro criado pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 que diz que os manguezais são área de preservação permanente.

³Responsável pela produção de pesticidas organoclorados.

Posteriormente, em 1973 foram estabelecidos os padrões urbanísticos de uso e ocupação dos terrenos urbanos, definindo taxas diferenciadas de ocupação e utilização, sendo as maiores taxas para as indústrias localizadas no setor industrial da zona industrial e as menores para os usos na área de expansão, provavelmente em função da baixa infraestrutura e para garantir reserva de terra urbanizável. A revisão de 2005 que não altera os padrões urbanísticos, contudo extende a conformidade do uso industrial do tipo I e II para algumas zonas habitacionais que antes não poderia, sendo mais permissivo portanto.

Em 1977 o decreto nº 970, amplia a área industrial para uma faixa de ambos os lados das rodovias que cortam o município (BR040 – Washington Luiz e BR116 – Rio-Magé). A partir deste decreto indústrias pesadas teriam permissão para instalação nestas localidades, observando os mesmos parâmetros urbanísticos do Setor Industrial da Zona Industrial.

É válido dizer que até hoje este decreto é aplicado no município e em função dele incompatibilidade de usos pode ser observado ao longo das rodovias que cortam o município. O último exemplo, noticiado pela mídia em 23 de maio de 2013, trata-se de um depósito de combustíveis (PETROGOLD), localizado a 157 metros da Rodovia Rio-Magé, uma área também residencial, o que fez com que o incêndio que ocorreu destruísse algumas residências, matasse 1 pessoa e deixasse outras 7 feridas.

A partir de 1977 ampliam-se ainda mais as zonas de interesse industrial, bem como intensifica o assentamento habitacional no segundo distrito de Duque de Caxias, culminando na lei 841 de 1987 que amplia a área urbana do município para todo o primeiro e segundo distrito e para partes do terceiro e quarto, demonstrando a expressividade do fato urbano no território duquecaxiense.

Corroborando a constatação desse expressivo avanço da malha urbana municipal, a figura 2, resultado do tratamento de imagens orbitais do tipo TM LandSat 5, demonstra como ocorreu essa evolução entre os anos de 1986, 1997, 2007 e 2011. O mapa mostra que o avanço deste comportou-se em consonância com a orientação das políticas públicas citadas na tabela 9, espraiando-se do primeiro distrito em direção ao segundo e posteriormente ao terceiro distrito, com destaque especial as áreas influenciadas pelos principais corredores viários do município e com industrialização consolidada.

Especificamente no caso do quarto distrito, predominantemente rural, o núcleo urbano já em 1986 e seu adensamento, se deve a influência da Estrada de ferro Rio D'Ouro, inaugurada em 1976 para facilitar a construção de reservatórios para solução do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro e que em 1911 tornou-se um sub-ramal da malha ferroviária estadual, facilitando a implantação de um comércio com outras localidades da hoje conhecida Região Metropolitana. Deve-se também a esta estrada de Ferro e a localização e Xerém ao nível do mar a instalação, em 1942, da Fábrica Nacional de Motores (FNM).

⁴Para maiores detalhes ver: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1283871-fogo-na-petrogold-aumenta-cao-nova-explosao-e-atinge-mais-casas.shtml>

⁵“A localização da fábrica ao nível do mar amorteceria os custos da produção, por conter temperatura e pressão ideal para a construção dos motores. Dessa maneira, não seria necessária a construção de câmaras fechadas para simular essas condições.” (RODRIGUES, 2013, p: 45)

Ano	Legislação	Deliberação
1971	Deliberação nº 1688 de 24/08/1971	Declara como setor industrial a semicircunferência de raio igual a 1000 metros do ponto de suprimento "C" da REDUC;
1971	Deliberação nº 1701 de 1/10/1971	Modifica a redação do Código de Obras do município, alterando a Zona Industrial;
1972	Deliberação 1763 de 26/12/1972	Modifica a Zona Industrial do município, ampliando-a para toda a Av. Presidente Kennedy e a Rodovia Washington Luiz.
1972	Deliberação nº 1765 de 28/12/1972	Aprova o plano Diretor Urbanístico e define o zoneamento municipal em: Área de Expansão; Zona Exclusivamente Habitacional (de ZH1 à ZH8); Zona Mista (ZM1 e ZM2); Áreas de Grande Propriedades; Áreas de Reserva; Área Rural; Área Industrial; Zona Especial (ZE1 à ZE6) e Zona Rural.
1973	Decreto nº 841 de 14/11/1973	Regulamenta a deliberação nº 1765, definindo os limites das zonas municipais e os respectivos parâmetros urbanísticos.
1974	Decreto nº 866 de 10/07/1974	Regulamenta as deliberações nº 1701, modificada pelas regulamentações nº1763 e nº 1688, definindo o Setor Industrial da Zona Industrial, Setor Misto 1 e 2 da Zona Industrial, Setor Habitacional da Zona Industrial, Setor Comercial da Zona Industrial e Setor de Preservação Florestal da Zona Industrial, definindo inclusive os parâmetros urbanísticos e controle da poluição atmosférica e resíduos para estes.
1974	Decreto nº 870 de 09/1974	Amplia o ZH4 do primeiro distrito excluindo áreas do ZH2.
1977	Decreto nº 970 de 11/01/1977	Define como zona industrial a área localizada no raio de 600 metros das rodovias BR 040 e BR 116, flexibilizando parâmetros urbanísticos.
1983	Decreto 481 de 01/09/1983	Considera área delimitada no bairro Amapá como SH8 da Zona Industrial
1984	Decreto nº 1501 de 30/04/1984	Institui o código florestal do município de Duque de Caxias definindo as áreas de proteção permanente
1984	Decreto nº 1550/10/1984	Incluem na zona ZH8 as áreas de expansão urbana de Saracuruna e Jardim Primavera delimitados no decreto nº 841 de 14/11/1973.
1985	Decreto nº 1610 de 06/05/1985	Define novos padrões urbanísticos para as zonas municipais;
1987	Decreto nº 1864 de 11/11/1987	Cria os bairros do 2º, 3º e 4º distritos.

Tabela 1: Evolução da legislação municipal de Uso e Ocupação do solo. Fonte de Dados: PMDC - elaboração do autor.

1987	Lei 841 de 28/12/1987	Amplia a área urbana municipal para todo o 1º e 2º distrito e outros bairros dos 3º (Parada Angélica, Santa Lúcia, Imbariê, Parada Morabi, Jardim Anhangá, Barro Branco, Taquara, Cidade Parque Paulista, e parte de Santa Cruz da Serra, Santo Antônio, Alto da Serra) e 4º (Amapá, Mantiquira, Xerém, e partes de Cidade dos Meninos, Chácaras Rio-Petrópolis, Parque Eldorado, Santo Antônio e Alto da Serra) distritos e áreas a leste do rio Capivari.
1991	Decreto nº 2244 de 28/06/1991	Exclui áreas do bairro Jardim Primavera da zona ZH8 alterando para ZE4, ZE5 e ZM1 em função da transferência da sede da prefeitura municipal e exclui o setor leste destas áreas da Zona Industrial da faixa de 600 metros da rodovia.
1992	Decreto nº 2453 de 01/12/1992	Amplia limite para a Zona Especial Industrial REDUC.
1993	Decreto nº 2585 de 03/11/1993	Define a faixa de 600 metros das rodovias BR 040 e BR 116, ou situadas em seu interior, como de uso exclusivamente industrial quando não classificadas em outro zoneamento.
1995	Decreto nº 2762 de 18/01/1995	Altera o decreto nº 970 de 11/01/1977, definindo as áreas atingidas pela faixa de 600 metros ou situadas em seu interior que não estiverem classificadas em nenhuma zona componente do zoneamento municipal com uso exclusivamente industrial e comercial.
1995	Decreto nº 2773 de 28/03/1995	Define áreas do 4º distrito como ZH8 da Zona Industrial, assim como área específica do bairro Amapá e área desmembrada a oeste da BR040.
1995	Decreto nº 2811 de 25/10/1995	Delimita a área de preservação florestal da zona industrial e altera a zona especial industrial da REDUC.
2006	Decreto nº 4889 de 26/04/2006	Inclui parágrafo 3º no Art. 1º do decreto 970/1977 delimitando a faixa da rodovia BR 040 destinada ao uso industrial.
2006	Lei complementar nº 01 de 31/10/2006	Institui o Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias-RJ e estabelece diretrizes e normas para o ordenamento físico-territorial e urbano. Define o seguinte zoneamento: Zona de Ocupação (Controlada, Básica, Preferencial); Zona Especial de Interesse (De negócios; Ambiental, Social); Área de Reserva.
2007	Lei ordinária nº 2099 de 21/12/2007	Altera os dispositivos do Plano Diretor do município transformando parte da ZEN do tipo Negócios Rurais do 4º distrito em Zona de Ocupação Controlada.
2011	Lei complementar nº 02 de 19/05/2011	Altera os dispositivos do Plano Diretor do município, transformando parte da ZO Controlada criada pela lei nº 2099 de 21/12/2007 em Zona de Ocupação Preferencial.

Tabela 1 (cont.): Evolução da legislação municipal de Uso e Ocupação do solo. Fonte de Dados: PMDC - elaboração do autor.

A construção da FNM em Xerém trouxe o crescimento populacional e urbanização para o local em função, sobretudo da cidade industrial construída no entorno da fábrica. Eram duas vilas operárias com padrões diferenciados, mas ambas com acesso a infraestrutura básica, da qual a prefeitura da fábrica era responsável. Já as ocupações que foram se multiplicando às margens do terreno da FNM, cresciam sem a assistência do poder público e, portanto sem infraestrutura básica (RODRIGUES, 2013), mesmo modelo que ocorreu ao longo do município.

Dessa forma constata-se que de fato as políticas relacionadas ao uso da terra influenciaram na dinâmica espacial de crescimento do fator urbano e, conseqüentemente, na evolução da cobertura e uso da terra no município e na infraestrutura local, demonstrando claramente o quão importante é a compreensão das políticas públicas para as práticas espaciais e evolução territorial.

O mapa da figura 2 mostra ainda que já na década de 80 o primeiro distrito do município estava densamente ocupado, e que nos demais distritos, esse uso mais intenso restringia-se as faixas de influência dos principais eixos rodoviários. A partir, sobretudo de 2007 que o terceiro distrito começa efetivamente a ser ocupado, bem como algumas partes do quarto distrito, próximo da divisa com Berfod Roxo.

A ocupação mais intensa dessas porções do território deve-se, sobretudo ao segundo plano diretor duquecaxiense, aprovado em 2006 e com alterações em 2007, que identifica estas áreas como de ocupação preferencial, ou seja, área cujos estímulos devem ser oferecidos para ocupação, objetivando a integração do tecido urbano municipal, sobretudo porque esta área será dinamizada pelo Arco Metropolitano, um investimento federal para escoamento da produção do COMPERJ, e até mesmo da REDUC para a Bacia de Sepetiba.

O zoneamento proposto por este segundo plano diretor, na verdade tem um caráter genérico, por isso chamado de macrozoneamento. Trata-se de um projeto, que quando comparado ao anterior apresenta lacunas. Ao todo são sete macrozonas subdivididas em categorias básicas e não tão claras. Além disso, este novo zoneamento não: define claramente o perímetro urbano, as diretrizes de uso; delimita precisamente uma área destinada ao uso habitacional; prevê as áreas destinadas ao comércio local (relacionado ao abastecimento do dia-a-dia doméstico e/ou industrial) através de zonas mistas; e também não define e nem delimita aquelas áreas vetadas à ocupação, exceto no caso das áreas de reserva, exclusivamente usada para recursos de adaptação urbanística.

Em linhas gerais, as zonas de ocupação são destinadas ao adensamento e ocupação urbana, sendo subdivididas em três níveis de acordo com a densidade de construções e disponibilidade de infraestrutura urbana. Em função disto, as zonas de ocupação controlada, aquelas que apresentam restrições à intensiva ocupação do solo, abrangem essencialmente o primeiro distrito do município, que concentrando quase 49% (IBGE, 2010) da população local. Trata-se da zona com as melhores condições de infraestrutura urbana, contudo tem os menores coeficientes de aproveitamento do terreno.

As áreas ao longo dos eixos da Rodovia Washington Luiz, Rio-Magé, Estrada Rio do Ouro e Avenida Automóvel Clube importantes eixos rodoviários que permitiram uma ocupação mais intensiva do solo, também são áreas de urbanização consolidada e, portanto foram classificadas como zona de ocupação controlada. Em virtude das modificações de 2007 e 2011 acrescentaram-se duas zonas de ocupação controladas no quarto distrito, em área de baixa densidade populacional.

As zonas de ocupação básica são aquelas que apresentam potencial de urbanização subaproveitado, ou seja, com ocupação não consolidada e déficit em infraestrutura básica. Esta zona encontra-se em partes do segundo distrito, com cerca de 34% da população municipal, e estende-se por áreas próximas aos limites municipais e com baixos índices de qualidade de vida. Segundo o plano diretor esta zona deve apresentar intensidade moderada de ocupação e predomínio de construções horizontalizadas, tendo em vista a baixa oferta de infraestrutura.

As zonas de ocupação preferencial por sua vez são aquelas cuja intensificação de ocupação é considerada estratégica para a consolidação da expansão urbana, objetivando uma maior integração,

principalmente entre os segundo e terceiro distritos, área com baixa densidade populacional. Após a modificação de 2011 acrescentou-se uma zona de ocupação preferencial também no quarto distrito, fora do núcleo urbano local.

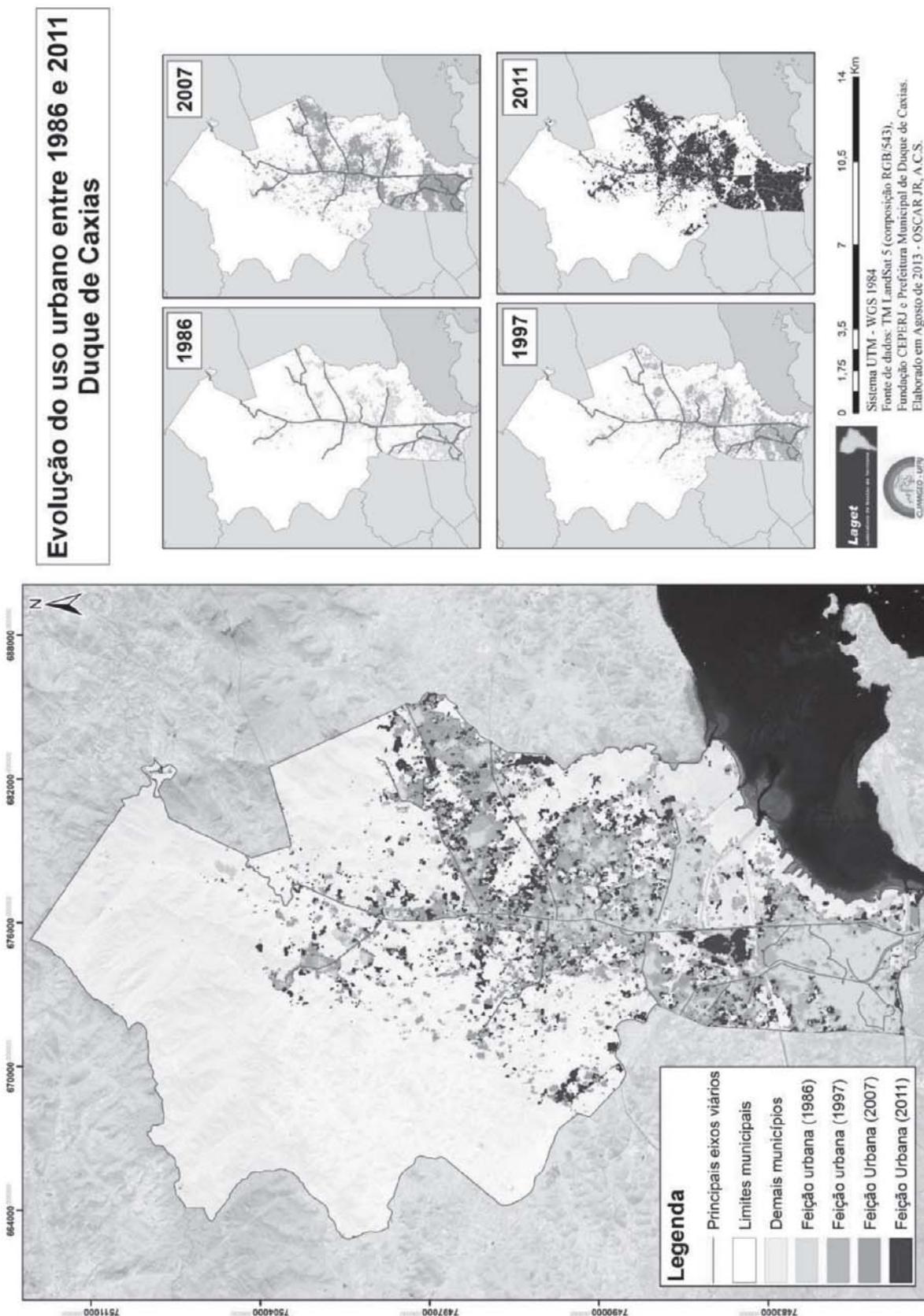


Figura 2: Evolução do tecido urbano de Duque de Caxias entre 1986 e 2011 por sensoriamento remoto. Fonte de dados: TM LandSat 5 - composição RGB/543 e IBGE – elaborado pelo autor.

Segundo avaliação de Oliveira et al. (2011) esta zona de ocupação preferencial corresponde a áreas que contemplam problemas crônicos de saneamento básico, distância dos centros de emprego, dos serviços e dos equipamentos públicos, o que significa a possibilidade de acentuação da segregação do espaço urbano duquecaxiense, não sendo compatível, portanto, com a justa distribuição dos ônus e bônus da urbanização e a função social da cidade defendida pelo Estatuto das Cidades. Já no caso do distrito de Xerém, a área abrangida pela zona compreende espaços com características de ocupação rural e extrativismo de areia, também com limitações na infraestrutura de saneamento básico e serviços públicos.

Essa discrepância entre os distritos municipais trata-se de um problema que se arrasta deste pouco tempo depois da emancipação do município. Em função do direcionamento das ações do poder público ao primeiro e segundo distrito, e do sentimento de abandono da população do terceiro e quarto, em 1959, surge a comissão que pregava a emancipação destes últimos numa tentativa frustrada de autonomia político-administrativa para reverter o quadro de abandono (Figura 3).

Av. Duque de Caxias, 248 — ao lado do Recreativo

A PEDIDOS

**Emancipação do
3.º e 4.º Distritos
O FUTURO MUNICÍPIO**

Escreve Peixoto Filho

As populações das Zonas Rurais de Duque de Caxias estão unidas no sofrimento, para, em futuro próximo conseguirem a sua maior aspiração — Emancipação Política — Econômica — Administrativa. É chegada a hora. Os 3.º e 4.º Distritos estão completamente abandonados pelos poderes públicos municipais e estaduais, justificando a sua Emancipação, para que os problemas que vêm entravando o progresso da Baixada possam ser resolvidos.

A Prefeitura de Duque de Caxias, não está em condições financeiras de atender as reivindicações do povo e o aceleramento do seu surto de progresso.

A Emancipação dos 3.º e 4.º Distritos, com a criação de um novo Município é a única solução, desejada pelo povo que não mais aceita a tutela da Prefeitura de Caxias, dada a inoperância dos vários administradores que por ali passaram.

Os homens de responsabilidade enrolaram as bandeiras partidárias para que, unidos com o povo, surja o mais breve possível o FUTURO MUNICÍPIO cujo nome será escolhido em Praça Pública, para ser encaminhado com o expediente necessário à Assembleia do Estado.

A EMANCIPAÇÃO ESTA VITORIOSA, porque desta vez os homens de bem dos 3.º e 4.º Distrito, uniram-se, numa evidente demonstração de que acima dos interesses pessoais — políticos colocam os altos interesses dos bairros em que vivem.

Homens como Armando Genovesi, João Amorelli Filho, João Espinola, Alberto Lima, Benedito Pereira Pinto, Hamilton Cabral, Djalma Falcão Marques, Júlio de Oliveira, Araújo Pereira, Benedito Santiago, Djalma Santos Coelho, Diamantino Pinto, Manoel Rodrigues, Paulo de Frontim, José Bianchi e muitos outros estão emprestando uma grande parcela de esforços para a redenção da Zona Rural.

Os dois Distritos estão em condições de tornarem-se Municípios, obtendo os seguintes dados:

Arrecadação Cr\$ 7.000.000,00.
População 35.000.
Eleitores inscritos 11.000.
Superfície — Será fornecida após, pelo Serviço de Estatística.

IMBARIE já paga Imposto Predial e tem o seu perímetro urbano de 400 metros sendo que, para o futuro será criado o perímetro urbano de Parada Angélica.

Computando os Impostos Prediais, mais 3% sob os Impostos de Vendas e Consignações, com a arrecadação real do ano passado e as quotas federais, estaduais e rodoviárias, teremos uma arrecadação aproximada de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Paulo de Frontim, o mais novo município do Estado do Rio, obteve sua Emancipação em apenas 11 meses, porque houve união e confiança mútua entre os membros da Comissão Pró-Emancipação.

PRECISAMOS AGIR IMEDIATAMENTE, e, assim, nos reuniremos no próximo dia 6 de maio, às 20 horas, no Cinema Santo Antônio em Imbariê, para o que torna-se indispensável a presença do povo de Parada Angélica, Santa Lúcia, Imbariê, Morabi, Bairro Branco, Equitativa, Santa Cruz, etc.

A Comissão Pró-Emancipação será escolhida na próxima Reunião.

TUDO PELA EMANCIPAÇÃO

**INSPETORIA MUNICIPAL
DE ENSINO**

AVISO

Ficam os senhores professores Municipais, convidados a comparecer ao salão do SESI, na próxima terça-feira, (5 de maio) às 13 horas, para a primeira reunião de 1959, a fim de tratar de vários assuntos referentes ao Ensino Municipal.

Inspetoria Municipal de Ensino
Normilia Brandão Maia
Insp. de Ensino
Duque de Caxias, 29 de abril

Figura 3: Notícia da tentativa de Emancipação dos 3º e 4º distrito de Duque de Caxias. Fonte: Folha de Caxias, (Maio/1959) – acervo do Instituto Histórico de

As zonas especiais são áreas prioritárias para elaboração de estudos, projetos e realização de investimentos e ações de recuperação e manejo ambiental, urbanização e manutenção, bem como concessão de incentivos a investimentos privados. As zonas especiais de interesse social (ZEIS), como em grande parte dos planos do estado do Rio de Janeiro (OLIVEIRA et al., 2011), são aquelas destinadas a habitação popular, tendo prioridade para ações de regularização fundiária.

As ZEIS do município, conforme destacado anteriormente, compreendem as áreas que se encontram as favelas do município, algumas, sendo as mesmas que aquelas definidas como Zonas Especiais tipo 4 no decreto de 1973. Essa metodologia de delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social podem não representar as necessidades municipais quanto ao acesso à habitação, uma vez que define áreas já consolidadas e carentes de infraestrutura ao invés daquelas áreas vazias com potencial de receber famílias remanejadas e/ou sem moradia.

As zonas especiais de interesse ambiental, segundo o plano diretor, objetivam promover a eficiência de ações de defesa, preservação, fiscalização, recuperação e controle do meio ambiente municipal. No total são treze desse tipo, reconhecidas e delimitadas posteriormente por decretos específicos, incluindo ainda a REBIO Tinguá, declarada em 1997 como patrimônio da biodiversidade pela UNESCO e o bairro Cidade dos Meninos, palco de um dos grandes episódios de contaminação química no Brasil.

O plano diretor de Duque de Caxias reflete o entendimento da maioria dos planos diretores municipais brasileiros quanto a relação óbvia entre zoneamento ambiental e criação de áreas de proteção ambiental (OLIVEIRA et al., 2011), não prevendo práticas sustentáveis como jardins produtivos, hortas urbanas comunitárias, ou mecanismo de redução de imposto para aqueles que adotarem práticas sustentáveis no meio urbano como os telhados verdes, a permeabilização dos lotes através de jardins, entre outros exemplos.

Além disso, o texto do plano diretor apesar de incorporar as normas do código florestal a respeito das áreas de preservação permanente, não as delimita, o que ajudaria sobremaneira no planejamento e gestão do território. Ademais, outra crítica pode ser feita ao fato do plano diretor apenas apresentar em tabela e delimitação em mapa as áreas de proteção ambiental, não apresentando justificativa e motivação científica/técnica para a criação destes, o que permite questionar se a criação destes marcos não se trata de um artifício para aumentar a arrecadação do ICMS Verde para o município.

As zonas especiais de centros têm como diretriz o estímulo à revitalização das áreas centrais e desenvolvimento de novas centralidades. Contudo, o plano diretor não inova ao apontar como pertencentes a esta zona sedes distritais, cuja função como centralidade urbana é bem desenvolvida. Além disto, as outras quatro propostas já se destacam na rede urbana municipal, tal qual Jardim Primavera, atual sede do governo municipal. Reforça-se, portanto as centralidades existentes, não identificando aquelas que estimulariam a maior ramificação da rede urbana local.

As zonas especiais de negócios são aquelas destinadas aos complexos de empreendimentos econômicos agropecuários, industriais, de serviços e turísticos, geradores de trabalho e renda. Referem-se a áreas já consolidadas como pólos industriais e logísticos, a exemplo do ZEN Xerém - área da antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM) de 1942, ZEN Figueira - grande centro logístico e químico do município, ZEN Campos Elíseos - área da REDUC desde 1961, ZEN Atacadista - relacionado ao Centro de Distribuição das Casas Bahia. E ainda vazios de localização estratégica, como a área desafetada da APA São Bento e áreas próximas ao Aterro Sanitário do Jardim Gramacho.

Estas duas novas áreas propostas merecem atenção, uma vez que ação do Ministério Público tem contestado o ato municipal que transformou parte da APA São Bento, onde se localizavam bombas que facilitavam o escoamento do excesso de água acumulado nesta área de veredas, em Centro Atacadista.

⁶ Para maiores informações ver- “Exposição humana a Resíduos organoclorados na Cidade dos Meninos, município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro” (BRASIL, 2003).

Já a ZEN do Jardim Gramacho, deverá ser revista, já que com a desativação do aterro metropolitano há um processo de evasão das empresas de reciclagem do local (ROSA, 2013), ato que deveria ter sido previsto já que a decisão de desativação não é recente. Além disto, outro fato que chama atenção é de o plano diretor não considerar o polo moveleiro existente no bairro Gramacho, que data de 1994.

Finalmente, as áreas de reserva são espaços destinados a instalações de obras de infraestrutura de interesse público, à segurança de infraestrutura instalada, assim como à implantação de equipamentos de interesse coletivo. São, entre outras, as faixas de domínios das rodovias, linhas de transmissão, ferrovias e afins, definidas por legislação própria, e as consequentes faixas non aedificandi, definidas pela lei federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, como uma faixa de 15 metros para cada lado da faixa de domínio destas infraestruturas cuja ocupação é proibida, mas que o plano diretor não apresenta diretrizes específicas.

A figura 4, o mapa do plano diretor de 2006, ilustra a distribuição dessas macrozonas no município, com uma expressiva porção do território destinada a preservação ambiental e uma pequena parcela as atividades rurais, muito diferente do município que em meados do século XX se destinava ao cultivo da cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca e arroz (PMDC, 2013).

Comparando ambos os zoneamentos municipais (figura 5 e 6), a partir de quatro categorias analíticas, observa-se redução da área destinada ao uso industrial e agropecuário em função da ampliação das áreas destinadas à ocupação básica e das áreas de proteção ambiental. Esse resultado é reflexo primeiramente da terceirização da economia municipal, que segundo dados do IBGE (2010) têm 0,9% de sua população economicamente ativa no setor primário, 27,5% no secundário e 71,6% no terciário.

O aumento demográfico de mais de 423 mil habitantes também é um elemento decisivo para justificar a ampliação das áreas de ocupação. Além disso, outro fator que ajuda na compreensão do resultado observado é a crescente importância dada às áreas vegetadas, sobretudo de mata atlântica, muito comum no município, que desde a lei federal nº 6902 de 27 de abril de 1981, tem estimulado a criação de áreas de proteção ambiental, que ganha ainda mais força a partir de 2000 com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

Vale destacar que o zoneamento proposto no plano diretor de 2006 e alterado posteriormente, é o que deveria regular o uso e ocupação do território municipal, contudo, as informações presentes na legislação são insuficientes e imprecisas, devido, sobretudo, à ausência de lei complementar que defina os parâmetros urbanísticos para cada zona, bem como os limites e marcos específicos destas.

Considerando tais limitações, na prática o plano diretor não é o norte da política urbana do município, uma vez que rotineiramente o corpo técnico da prefeitura toma como referência os parâmetros, mais flexíveis, presentes nos decretos nº 4590 de 2005 (que modifica os parâmetros do decreto nº 541 de 1973) e o decreto nº 841 de 1973 (que cria e delimita as zonas municipais) para a regulação do uso do solo municipal.

Assim, como concluído por Pereira et al. (2012) para o município de Montes Claros (MG), apesar do município de Duque de Caxias estar dividido em zonas, a proposta legal de zoneamento do município não apresenta nenhum tipo de análise e detalhamento dessa proposta, limitando-se a identificar em mapas o zoneamento da cidade, não apresentando especificamente zonas e nem os parâmetros urbanísticos.

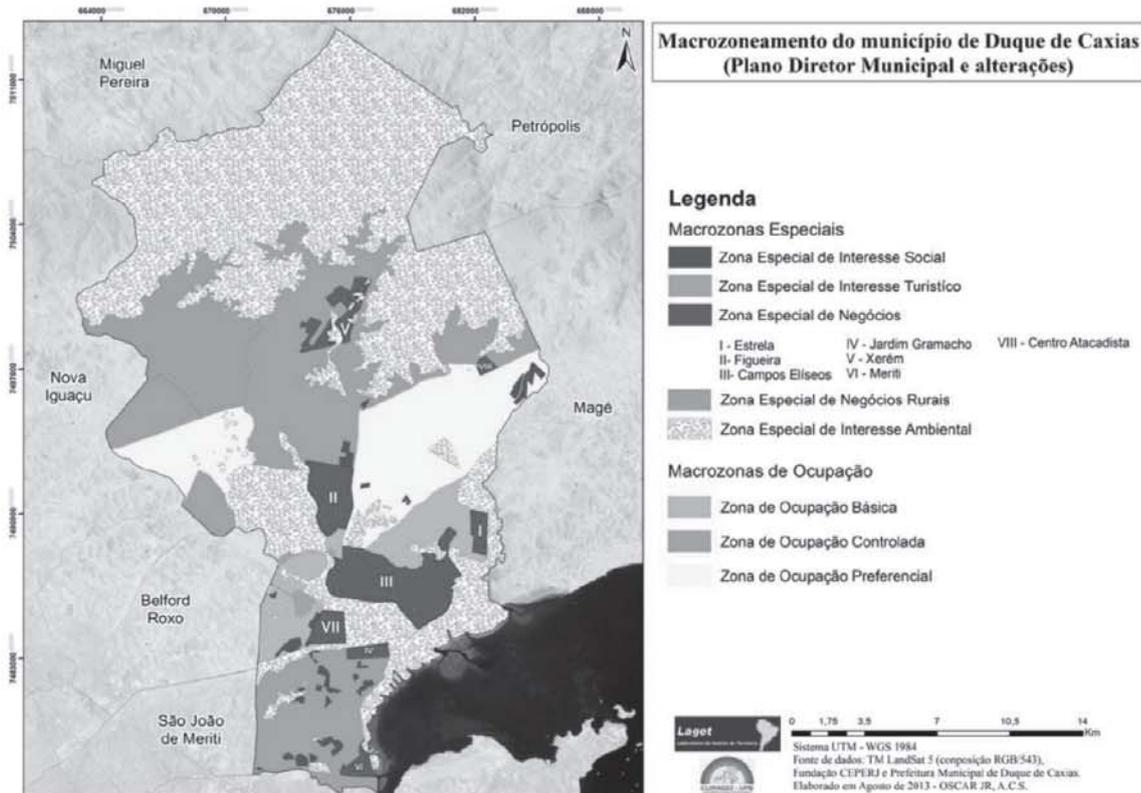


Figura 4: Macrozoneamento do Município de Duque de Caxias Fonte de dados: Plano Diretor Urbanístico, 2006 – elaborado pelo autor.

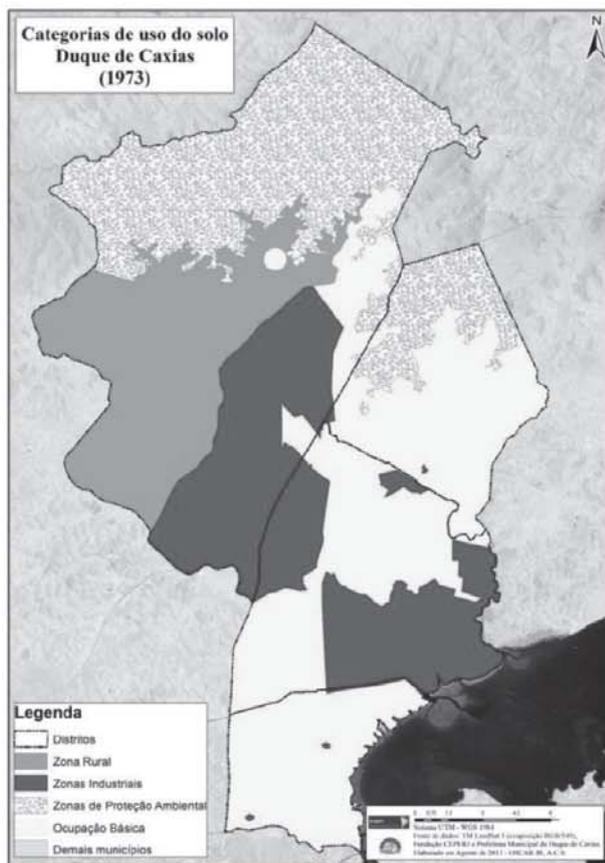


Figura 5: Mapa do Zoneamento Municipal em 1973. Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – elaborado pelo autor.

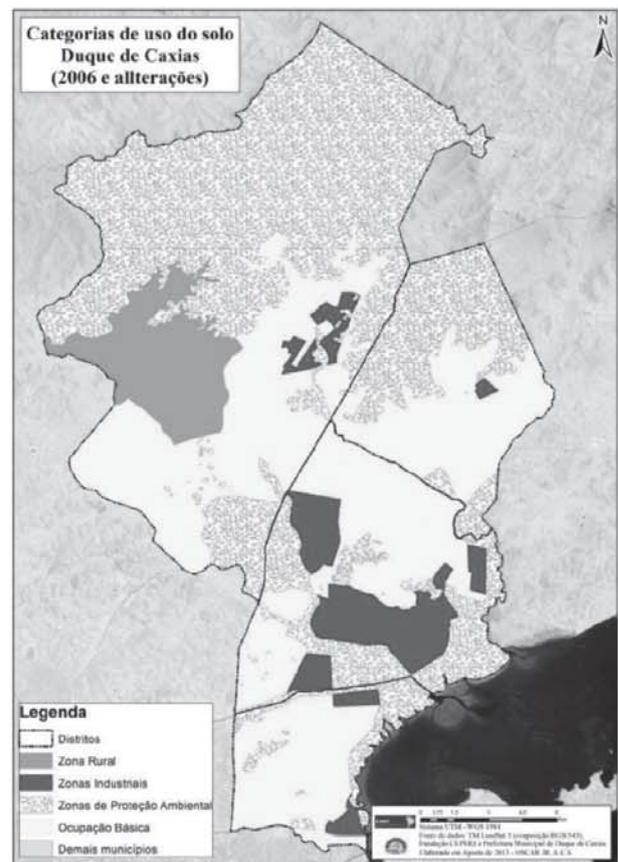


Figura 6: Mapa do Zoneamento Municipal após as alterações de 2011. Fonte de dados: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – elaborado pelo autor.

Considerações Finais

A evolução territorial tem forte aderência às políticas públicas, sobretudo aquelas de zoneamento, que regulam a nível local a forma como pessoas, atividades e serviços irão se distribuir no espaço. Contudo, a natureza da produção deste espaço e da reprodução da sociedade é injusta e desigual (SMITH, 1988; HARVEY, 2005), logo não há porque fantasiar que a inserção das pessoas, atividades e serviços nesse modelo também não o seja.

Neste modelo faz-se pesar sobre o espaço muito mais a importância do capital (HARVEY, 1989), incentivando a diferenciação dos lugares e o acesso à urbanidade, relegando no caso de Duque de Caxias, ao terceiro e quarto distrito a baixa capilaridade às ações dos agentes espaciais. A respeito destes agentes, destacam-se as indústrias, principal beneficiário das legislações municipais. Ademais cabe à administração municipal reverter esse aspecto, caso contrário as disparidades internas do município dificultará o tão desejado progresso.

Cabe finalmente esclarecer que não foi objetivo deste artigo avaliar a conformidade destas políticas públicas e os padrões de organização deste território, mas sim colocar em destaque a política pública como mais um elemento para se pensar o território.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 11^o Ed. p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Ed. Atica: Rio de Janeiro, 1989.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Condição Pós-Moderna. Loyola: São Paulo, 349 p., 1989.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade Periférica. In: Celso Santos Carvalho, Anacláudia Rossbach (orgs). O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010, pp. 5-22.

OLIVEIRA, Fabrício Leal; BIASOTTO, Rosane. Acesso à Terra Urbanizada nos Planos Diretores Brasileiros. In: Orlando Alves dos Santos Junior, Daniel Todtmann Montandon (orgs.). Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011, pp. 57-98

PEREIRA, Deborah Marques; PEREIRA, Anete Marília; LEITE, Marcos Esdras; CLEMENTE, Carlos Magno Santos. Direito Urbanístico e Segregação Socioespacial: Considerações sobre a cidade de Montes Claros/MG. In: Anais do IX Encontro Regional de Geografia, UNIMONTES, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Plano Diretor Urbanístico. PMDC: Duque de Caxias, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Plano Diretor Urbanístico. PMDC: Duque de Caxias, 1972.

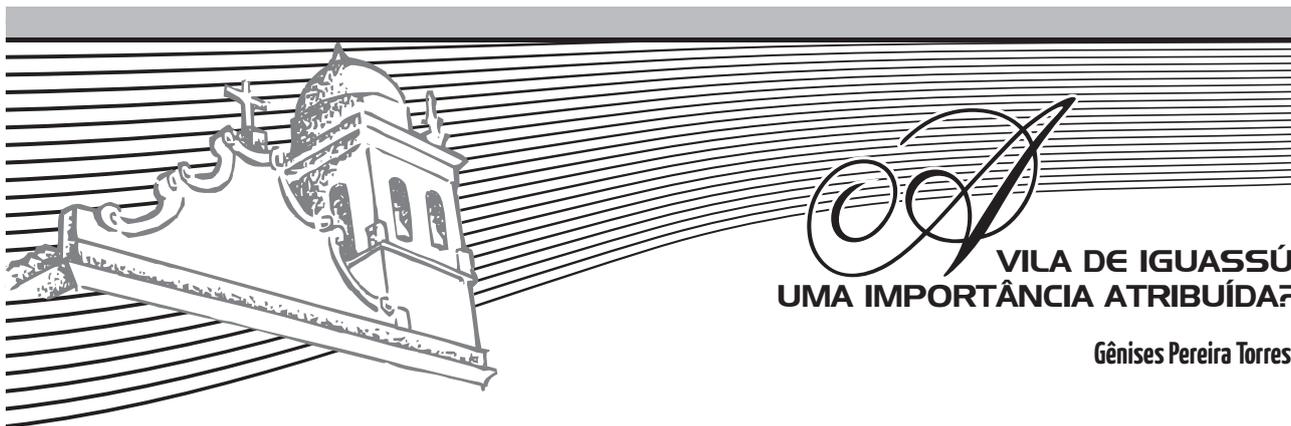
RODRIGUES, Thiago Coutinho. A Fábrica Nacional de Motores (FNM) e as Transformações Espaciais ocorridas em Xerém. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, maio de 2013, ano 12, n. 13, PP. 44-51.

ROSA, Marina de Paula. O Lixo e o Território do Jardim Gramacho: Transformação do espaço e novas perspectivas da comunidade local. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Geografia, FEUDUC: 2013, 34 p.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ROSA, Marina de Paula. O Lixo e o Território do Jardim Gramacho: Transformação do espaço e novas perspectivas da comunidade local. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Geografia, FEUDUC: 2013, 34 p.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.



VILA DE IGUASSÚ: UMA IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA?

Gênises Pereira Torres¹

Introdução

O Conselho Estadual de Tombamento recebe do historiador Ary Vasconcelos, membro daquele Conselho, proposta de tombamento da extinta Vila de Iguassú através do Processo E-03/02453 datado de 30 de janeiro de 1978. As sessenta folhas que compõem o referido Processo contém pareceres do arquiteto Jacques Jayme Hazan, e os membros do Conselho Joel Ghivelder e Ítalo Campofiorito. Segundo o relatório, foi cumprido rigorosamente o ritual estabelecido pela legislação, que disciplinava a proteção dos bens culturais do Estado. O processo foi distribuído na sessão de 19 de abril de 1978 e um de seus membros, o Sr. Marcelo Moreira de Ipanema, interessou-se especialmente pela questão em pauta, uma vez que era morador há mais de dez anos na região de Iguassú Velho, sendo conhecedor profundo daquelas terras.

Em 14 de maio de 1978, Marcelo M. de Ipanema, sua esposa Cibele de Ipanema e os pesquisadores da História Regional Ney Alberto G. Barros e Ruy Afrânio Peixoto, davam início a uma das técnicas da arqueologia nos processos de conhecimento chamado de caminhamento.

O processo de caminhamento tem início em diversos trechos empedrados da Estrada do Comércio. A comissão informa que trechos na área serrana foram renovados e não restaurados pela Petrobrás, a Empresa que ali esteve para colocação de oleoduto que sobe para Minas Gerais. O relator afirma que desconhecia pesquisa que deveria ter sido feita na velha estrada e o trabalho nela executado.

Na extinta Vila de Iguassú, a comissão faz o seguinte relato.

(...) passamos por vários logradouros cujo calçamento é conservado. Estivemos no local onde existiu o prédio da cadeia, cujos alicerces estão bem a vista, e d'ai, fomos a um de seus portos, no rio ou braço do iguassú, construído de pedras, onde existe soterrada, barcaça que serviu aos interesses dos habitantes. Deste ponto fomos a Igreja, de que restam apenas, a torre sineira da Igreja e seus cemitérios, sendo que o mais antigo revela a insanidade dos predadores.

3

A delimitação da extinta Vila de Iguassú, nos diz o relator, “que pode ser indicado, em parte, por seus logradouros, porque, como dito, em sua maioria foram empedrados, por plantas sobre a antiga vila,

¹ Gênises Pereira Torres, professor e pesquisador de História Regional, Pós-Graduado em Arqueologia Brasileira, Presidente do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), Diretor Social do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), Presidente do Fórum Cultural da Baixada Fluminense e Coordenador do Curso de Pós Graduação em Arqueologia Brasileira da Faculdade Redentor/IAB.

² A técnica do caminhamento consiste em uma das etapas em que o arqueólogo busca o conhecimento da área a ser pesquisada. Neste momento, o arqueólogo literalmente caminha sobre o terreno com o olhar atento para o solo, buscando qualquer indício que o leva a possível existência ou não de um sítio. Para fazer o caminhamento o pesquisador deve estar munido de informações ambientais, etnográficas e históricas que lhe permitem a localização do sítio arqueológico.

Relatório de Marcelo Moreira de Ipanema, representante do Instituto Histórico Geográfico, no Processo E-03/02453, do Conselho Estadual de Tombamento, p. 2. Folhas mimeografadas.

informações e documentos e trabalhos de lavra arqueológica.”. Informa ainda que⁴ é de opinião que se deva tomar por base as plantas do Cel Engenheiro Conrado Jacob Niemayer, lembrando que moradas afastadas também integravam a área urbana, como é o caso da Fazenda São Bernardino, tombado pelo IPHAN, em 26 de fevereiro de 1951. Sugestiona Marcelo de Ipanema que “devam ser realizadas pesquisas arqueológicas, para delimitar o espaço da extinta vila e seus arredores e documentar os restos de seus testemunhos arquitetônicos”.

Quanto aos prédios públicos pertencentes ou não a municipalidade diz o relatório:

(...) edifícios públicos da extinta vila, como o Paço da Câmara, cadeia, prédios escolares, repartições provinciais e do Governo Central, como de prédios particulares e comerciais, de vários, sobram apenas à vista, os alicerces. Nada se conservou por inteiro. A possível identificação será tarefa de suma importância a ser realizada pelas especialidades que vierem a executar a idéia de recuperação da vila.⁵

Noutro momento, o relator declina dizendo que desconhece “levantamento arqueológico de núcleo urbano realizado, fato que não impede de ser efetivado, e neste caso, é aconselhável”.⁶

Decorridos cinco anos, no dia 8 de abril 1983, o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, publicou o Tombamento Provisório de Iguazu Velha.

Do tombamento até os dias de hoje, não foram adotadas quaisquer providências para a preservação da extinta Vila de Iguazu. Quanto a este fato, assim se expressou Ney Alberto Gonçalves de Barros:

Iguazu Velha tem sido visitada por milhares de pessoas. A melhor maneira de se entrar na área é por um caminho carroçável, situado poucos metros após a Fazenda São Bernardino, pela asfaltada Estrada Federal. Não longe estão o “Cemitério dos Pobres” (ainda em uso), o Cemitério de Nossa Senhora do Rosário (o “dos Ricos”, abandonado) e, entre os dois, o que restou (a torre) da Matriz da Freguesia de N. Senhora da Piedade do Iguassú. Seguindo no rumo nordeste alcança-se o calçamento (da principal via) da ex-Iguassú, justamente no Largo Lava-pés. Seguindo-se à direita chega-se ao início da Estrada do Comércio, no Largo dos Ferreiros. O Porto de Iguassú (não confundir com Porto do Feijão) está, logo à direita, junto ao que foi o centro agitado da Vila (Praça do Comércio). Logo à frente podem ser vistas as ruínas da Cadeia e, mais à frente, próximo ao leito do Iguassú aterrado, as ruínas da Câmara Municipal. Voltando ao Caminho do Comércio – rumo ao local Marambaia – próximo ao antigo ponto de união das águas do Iguassú e Utum, está o Porto dos Passageiros.

8

A vontade inconteste de todos os segmentos da sociedade regional, em principal dos pesquisadores ligados às ciências sociais, é o de ver o levantamento arqueológico e o histórico colocados a disposição de todos para o desenvolvimento das atividades do turismo e da cultura.

O Arco Rodoviário Metropolitano e as Novas Perspectivas de Salvamento Arqueológico

- Arco Rodoviário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Segmentos “A, B, C, D”⁹

Em 2007, o Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dava início à implantação do Arco Rodoviário Metropolitano, equivalente à rodovia BR-493/RJ-109 criada no Plano Rodoviário Estadual para interligação entre a BR 040 e a BR 101. Como se pode observar no mapa, o trecho denominado “segmento C” corta boa parte dos chamados sítios históricos de

⁴ Ibidem, p. 3

⁵ Ibidem, p. 3

⁶ Ibidem, p. 4

⁷ Ibidem, p. 3

⁸ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Deus nos livre da política de Iguassú e outros artigos. Nova Iguazu, RJ. Edição do Autor, 2012. p. 65

Disponível em: http://www.firjan.org.br/site/anexos/Decisaorio/2012-2014/RIMA_-_Arco_Metropolitano.pdf Acesso em 18 de março de 2013.

Os trabalhos de caminhamento, monitoramento, prospecção e salvamento está sendo feito pelo Instituto de Arqueologia Brasileira que, atuando nos últimos quatro anos no segmento C, descobriu e salvou mais de 70 sítios arqueológicos. Especificamente, nos territórios contíguos a antiga Vila de Iguassú, foram encontrados os sítios que levaram os nomes de Aldeia das Escravas I e II, Vale das Pindobas, Terra Prometida e Barão do Guandu I e II. São sítios que apresentam razoável potencial arqueológico e há outros de menor potencial, porém, todos localizados dentro do perímetro das coordenadas geográficas que estabelecem os limites da extinta Vila de Iguassú.

Nestes sítios o material encontrado foi o material cerâmico, louça, metal, tijolo, telha, vidro, fragmentos de cachimbo, todos do período histórico.

No sítio Aldeia das Escravas I e II localizados às margens do antigo leito Rio Iguassú, numa área bastante degradada por processo de erosão e exploração de areia, foram encontrados restos de um forno e de estacas que nos levam a crer na existência dos portos fluviais do Bêbado e de Saveiros, indicados na Planta Hidrotopográfica da Estrada do Comércio feita pelo Cel Engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer em 1844.¹⁰



Escavação de forno – Sítio das Escravas II



Sítio Vale das Pindobas – Tradagem

Foto cedidas e pertencentes ao acervo do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)

A Historiografia Iguassuana

Algumas pesquisas têm sido desenvolvidas na Baixada Fluminense nos últimos vinte anos, com o objetivo de trazer à realidade, os dados e informações do longo processo de ocupação e colonização, dessa micro-região tão importante para a cidade do Rio de Janeiro.

(...) debate acerca da definição do que seria a Baixada Fluminense acaba nos remetendo às variadas interpretações recebidas ao longo do tempo. Diferentes grupos de estudiosos, pesquisadores e instituições falaram sobre a Baixada a partir de abordagens específicas.

As primeiras obras sobre a Baixada, de caráter histórico, relataram os aspectos da ocupação da região no período colonial até o século XIX. São memórias ou relatos de viajantes que descreveram a geografia, a organização administrativa e religiosa das freguesias e o cotidiano encontrado. Essas memórias e relatos, assim como os relatórios do Marquês do Lavradio, tornaram-se o lugar de visitação do memorialista iguaçuano José Maia Forte.

¹⁰ Informações contidas nas fichas de Registro dos Sítios Arqueológicos, cedidos pelo IAB, com informações repassadas por Arqueólogos do Instituto de Arqueologia que atuaram nestes sítios.

¹¹ Dissertação de Mestrado, “Escavando o Passado da Cidade – História Política da Cidade de Duque de Caxias”. Niterói: UFF – 2002. p.

No Governo Municipal de Nova Iguaçu, em 1930, o interventor nomeado, o Dr. Sebastião de Arruda Negreiros, para comemorar os 100 anos da fundação da Vila de Iguassú, contratou os serviços do Historiador Mattoso Maia Forte para escrever as Memórias Históricas da Fundação de Iguassú. Sua obra fundamentou-se na interpretação positivista da história com destaque para o conjunto das informações que, para esta perspectiva epistemológica, imprimem um caráter científico aos estudos históricos, pois, sua fidedignidade estaria nos documentos escritos, sobretudo no oficial. O paradigma tradicional nos diz que a História há de ser objetiva.

Arruda Negreiros, preocupado em não perder a “memória do lugar”, procurou guardar para sua posteridade seus feitos, para tanto, foi fotografado todo o cotidiano da vida da então cidade de Nova Iguaçu. São cerca de 150 fotografias, retratando todos os distritos e enfocando as vistas panorâmicas, as escolas com corpo discente e docente, os órgãos públicos, os chefes políticos, as inaugurações, os eventos, a produção econômica e as atividades culturais. É importante ressaltar que nenhuma destas fotos foram clicadas sobre a Velha Iguassú, local de origem da vila.

Mesmo assim, a Memória da Fundação de Iguassú de Maia Forte foi um marco na produção literária sobre a Baixada Fluminense e inaugurou uma tradição baseada na afirmação da Baixada como lugar de memória e de História, como diz Souza (2002).

Vários foram os historiadores, nem sempre com formação para tal, pois, entre eles haviam dentistas, médicos, advogados, jornalistas, pedagogos, que ao longo dos últimos sessenta anos deram uma contribuição significativa para não deixar desvanecer a historiografia local.

A primeira grande contribuição à compreensão acerca do surgimento das freguesias foi trazida por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (1753-1830). Com o visitador as freguesias foram esmiuçadas, analisadas, pesquisadas e investigadas minuciosamente. Suas cartas pastorais, fruto de suas visitas, não só descreveram o que ele viu,¹² mas deixam recado aos párocos, chamando a atenção pelo desleixo ou não para com suas paróquias, de forma a nos passar a preocupação com a vida dos fregueses da fé católica.

Quanto aos viajantes, artistas e cientistas que desembarcaram no Rio de Janeiro desde os primeiros anos da chegada da corte portuguesa e ao longo do Séc. XIX, deixaram seus testemunhos e visões acerca do que viram e puderam vivenciar. Se o pintor carregou na tinta e deu coloração romântica no que viu. Diferente também, não foram aqueles que se preocuparam em suas narrações no que concerne tanto à paisagem como nas cenas do cotidiano da capital, das vilas e lugarejos.

Entre os relatos de viajantes que estiveram na Vila de Iguassú no nascedouro, no seu apogeu e decadência, estão as descrições de Augusto Saint-Hilaire, que ao voltar de sua viagem a Minas Gerais, em 1816, assim narra sua passagem pela Serra do Couto e pela Freguesia do Pilar:

¹²Raramente os historiadores escrevem uma história científica e racional, isso porque, muitos historiadores carecem de uma formação que a tanto os habilite. A falta de preparo científico leva o historiador a utilizar argumentos envelhecidos, além de conhecidos só de segunda mão. CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivalis. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Campus, 1997. p. 1-23

J. Mattoso Maia Forte - Memória da fundação de Iguaçu; José Lustosa - Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico; Arlindo de Medeiros - Memória histórica de São João de Meriti; Laís Costa Velho - Caxias ponto a ponto; Rui Afrânio - Imagens Iguaçuanas; Waldick Conegundes Pereira - A mudança da Vila e Nova Iguaçu, Cana, café e laranja; Dalva Lazaroni de Moraes - Esboço histórico-geográfico do Município de Duque de Caxias; Guilherme Peres de Carvalho - Baixada Fluminense: os caminhos do ouro e muitos outros.

Foi visitador de Paróquia, escreveu Memórias Históricas do Rio de Janeiro, Publicada pela Imprensa Regia em 1820 e republicada em 1944 é o resultado de suas visitas às freguesias localizadas na Baixada Fluminense. Suas informações permite entrar no mundo das freguesias com suas paróquias e capelas.

Chegado a parte mais alta dessa cadeia parcial, reconheci que seu nome era justo. Por entre os troncos das árvores avistei um trecho da Baía do Rio de Janeiro e algumas das ilhas nela existentes; mas, essa vista era em relação à que eu ia admirar. Comecei a descer, e logo o mais majestoso espetáculo apareceu aos meus olhos. Ao redor de mim altas montanhas, cobertas de espessas florestas, dispunham-se em semicírculo. Abaixo da cadeia minha vista mergulhava-se numa imensa extensão de colinas onde as matas são entremeadas de plantações: à esquerda avistei quase toda a baía do Rio de Janeiro e uma das ilhas; enfim, à entrada da baía via a montanha pitoresca chamada Pão de Açúcar e, apesar de não poder distinguir a cidade reconhecia sem dificuldade o ponto onde se acha situada. O céu mais brilhante e os efeitos de luz mais variados aumentavam a beleza dessa vista imensa (.....) Antes de chegar ao pé da montanha ouve-se o ruído de um regato que corre entre pedras. É o Rio Pilar, que irriga a planície que eu ia atravessar e que toma seu nome da aldeia a que me dirigia. Esse pequeno rio é o último dos afluentes do Iguacu, que, como já disse em outro lugar, lança-se na Baía do Rio de Janeiro

15

Na seqüência cronológica não poderíamos deixar de citar John Luccok, que chegou ao Brasil praticamente com a Corte Portuguesa, em 1808, ficou entre nós até 1818. De origem inglesa, Luccok chegou no Rio de Janeiro com o propósito de assentar praça, e fazer bons negócios. Não era um sábio e nem um cientista com objetivos de aprofundar conhecimentos, era um comerciante inteligente e dotado de uma cultura fora do vulgar, como descreve Mario Guimarães Ferri na apresentação da obra *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*.

Luccok, em uma visita ao entorno da Baía,¹⁶ pouco fala sobre sua gente, seus negócios e seus costumes. Interessa-lhe a descrição do ambiente natural com suas montanhas, vegetação e com os rios que deságuam na Baía. Sobre o Iguassú, ele deixa esta descrição:

(...) é um rio belo, largo e profundo, que corre por um leito extraordinariamente meandroso. Estando normal o estado da atmosfera, a correnteza é forte; na estação das chuvas, corre ela com grande impetuosidade, desbarrancando por largo trecho suas ribanceiras e esse rio alcançado pelo Pilar, que vem do nordeste, já tendo passado por junto de umas poucas casitas e um grande edifício que formam a aldeia do mesmo nome.

17

Em 1858, Charles Ribeyrolles, amigo e conterrâneo de Victor Hugo, vem para o Brasil encarregado de escrever o texto em francês do Brasil Pitoresco. Dois dias antes de regressar a Europa, foi tomado pela febre amarela que grassava a Vila de Iguassú e todo o Rio de Janeiro. Morreu em 1º de junho de 1860 e foi sepultado no Cemitério de Maruí em Niterói. Quanto ao seu depoimento sobre a Vila de Iguassú, bastante elucidativo, iremos descrever mais tarde.¹⁸

Ao optarmos por trabalhar com textos consagrados pela historiografia tradicional e com aqueles que vivenciaram de perto a realidade ambiental e social no século XIX. Esta opção foi feita de forma intencional para descobrir, com os textos de época, um formato que levasse a compreensão de uma Vila que surgiu e desapareceu sem permitir que uma geração de indivíduos pudesse se sentir como construtora daquele lugar.

Outra questão crucial para os historiadores que optam por essa linha de ação e pesquisa, são os problemas das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns voltaram para a história oral, outros a evidências de imagens e outros a estatística.

A bibliografia sobre o território da Vila de Iguassú e seus distritos é rica em fontes secundárias, no entanto, falta aprofundar as fontes primárias e delas tirar novas interpretações, capazes de possibilitar o entendimento da realidade e do cotidiano desse imenso território.

¹⁶ SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Ed. Martins. RJ. 1972

¹⁷ LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Parte Meridionais do Brasil*. Tradução do Prof. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte. Ed. USP Livraria Itatiaia Editora Ltda. 1975. p. Apresentação.

¹⁸ *Ibidem*. p. 225.

¹⁹ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. 2ª. Edição. 1º. Volume. Editora Martins. SP. Instituto Nacional do Livro. 1976. Prefácio.

BURKE, Peter (Organizador) tradução de Magda Lopes. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP 1992. p. 25

A bibliografia sobre o território da Vila de Iguassú e seus distritos é rica em fontes secundárias, no entanto, falta aprofundar as fontes primárias e delas tirar novas interpretações, capazes de possibilitar o entendimento da realidade e do cotidiano desse imenso território.

Fundamentos Metodológicos

“Uma dúvida sem um fim não é sequer uma dúvida”. Foi este princípio básico que norteia a busca constante e infinita da verdade, que despertou-nos algumas questões acerca da Vila de Iguassú, seu desenvolvimento e morte como vila para renascer 60 anos depois em outro lugar distante do sítio principal, às margens da Ferrovia D. Pedro II, na antiga fazenda de Maxambomba, em terras da Freguesia de Jacutinga.

A história da Vila de Iguassú requer novas interpretações, devendo ser vista dentro do contexto geral e interpretativo da História do Brasil, quando se faz a macro-história. Mas, há também outros componentes regionais, que emergiram, das múltiplas relações que a micro-história é capaz de entender.

Giovanni Levi, professor de História da Universidade de Veneza, falando sobre a micro-história, nos diz que esta é uma prática historiográfica e que suas referências teóricas são variadas, até mesmo ecléticas. O método está no detalhamento do trabalho do historiador. Aqueles que aderem à micro-história acabam por fazer contínuos intercâmbios com as ciências sociais.

Neste sentido, entender e interpretar a existência da Vila de Iguassú, na primeira metade do Sec. XIX, na complexidade em que vivia o Brasil recém independente, monárquico e com crises políticas e de identidade, é perceber que a sociedade Iguassuana de então tinha razões óbvias que a levaria a fragilidade nas suas relações institucionais. As instituições políticas e econômicas não possuíam estruturas de sobrevivência, por longos períodos.

Ao trabalhar a epistemologia da história, devemos abrir horizontes para novas interpretações e novas visões acerca da realidade. Michel de Certeau, ao tentar entender a vida cidadina, assim se expressa:

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância multiplicada e reunida pela cidade faz dela uma imensa experiência social da privação do lugar (...) compensadas pelas relações e cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. A identidade fornecida por esse lugar é tanto mais simbólica (nomeada) quanto, malgrado a desigualdade dos títulos e das rendas entre os habitantes da cidade, existe somente um pulular de passantes, uma rede de estadas tomadas de empréstimo por uma circulação, uma agitação através das aparências do próprio, um universo de locações freqüentadas por um não-lugar ou por lugares sonhados.

22

O Local da Vila

A região de Iguassú, ao pé da serra de Tinguá, é servida por dois importantes rios, o Iguassú e o Utum, que concentraram ao longo do período colonial, uma quantidade importante de portos fluviais, que propiciaram o aparecimento de uma população ligada às atividades comerciais, gente que saía do Rio de Janeiro pelos diversos caminhos terrestres que levavam à serra ou pelas bordas da baía até galgar o rio Iguassú e daí galgando a serra a partir de 1705. A região margeando os rios Iguassú, o Utum e seus demais afluentes ganhou significado comercial. Toda essa gente, ligada às atividades do comércio, dependia do sucesso ou não da produção que vinha do interior.

Da ascensão, apogeu e queda da Vila de Iguassú, percebemos que não houve oportunidade de ver duas gerações de homens

²¹ Wittgenstein, *On Certainty*, Oxford, 1969, parágrafo 625, citado por Burke, Peter (Organizador) tradução de Magda Lopes. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP 1992. p. 136

²² BURKE, Peter (Organizador) tradução de Magda Lopes. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo Editora UNESP, 1992. p. 133
 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer*. Apresentação de Luci Giard. 3ª. Petrópolis: Ed. Editora Vozes.. 1998. p 183

Da ascensão, apogeu e queda da Vila de Iguassú, percebemos que não houve oportunidade de ver duas gerações de homens e mulheres, ali, se perpetuarem, criar raízes e desenvolver uma sociedade comprometida com as tradições e os costumes. A Vila foi efêmera, contava com uma estrutura política frágil. A aristocracia e a nobreza iguassuana tinham mais interesses em seus negócios na capital e gozavam das benesses do Império.

O Embrião da Vila – A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú

Durante o período colonial as terras da Baixada foram ocupadas a partir do disposto no Instituto das Sesmarias, em porções de terras doadas àqueles que participaram na defesa da terra contra os franceses e possuíam laços de fidelidade ao catolicismo colonizador, ademais eram nobres ávidos de terras na América Portuguesa. Nas terras da Baixada reproduzia-se o modelo colonizador.

A fertilidade do solo e a facilidade do deslocamento fizeram com que no início da ocupação, uma sucessão de colonizadores a partir de Cristóvão de Barros, fosse se estabelecendo em suas cercanias: Antonio Vaz, Manoel Gomes da Costa, Antonio Fernandes, Baltazar de Andrade Araújo, Bartolomeu Duarte de Bitencourt, Manoel Ribeiro e outros entre os anos de 1577 e 1602.

A Igreja de Nossa Senhora da Piedade do Caminho Velho estava localizada à margem direita do rio Iguaçú numa planície cercada de pequenos morros. Esta Igreja, segundo Pizarro, teve sua origem na capela que o alferes José Dias de Araújo autorizou construir em sua terra, no ano de 1699.

No princípio foi a capela, feita de pau-a-pique e escondida na bonita paisagem, que testemunhou a fé dos primeiros colonos de Iguaçú. Era o lugar para as ladainhas, novenas e festas da padroeira. As celebrações dos sacramentos eram feitas durante as missões e desobrigas. A capela de N. Sra. da Piedade estabelecia, na nova terra, uma referência e garantia de uma continuidade sócio-religiosa. Assim sacralizavam, com os símbolos católicos da cruz e do sino, a terra antes dominada pelos Tupinambás de Iguaçú.

Arruinado esse pequeno templo, outro foi levantado próximo, numa área de 40 braças, doada por Diogo Dias, filho do referido alferes. Elevada a paróquia, teve como primeiro pároco o padre Felipe de São Tiago Pereira. Entretanto, somente o Alvará de 24 de janeiro de 1755 veio conceder-lhe a perpetuidade, figurando como seu titular o padre João Furtado Salvador de Mendonça, tendo alcançando sua confirmação em 17 de junho de 1756.

24



Fotos cedidas pelo IPAHB



Fase de abandono e ruínas

²³TORRES, Genesis Pereira. Organizador. Baixada Fluminense – A construção de uma história. Economia, Sociedade e Política. MENEZES, Antonio Lacerda – Igreja Nossa Senhora da Piedade de Iguassú. São João de Meriti: Editora IPAHB. 2004. p 32

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro – Memórias Históricas do Rio de Janeiro – Ministério da Educação e Saúde – Instituto Nacional do Livro – Imprensa Nacional. Vol. 4. .p. 84.1945

A freguesia de “Nossa Senhora da Piedade do Caminho Velho”, assim denominada pela Provisão de 30 de maio de 1742, era cortada pela estrada mais freqüentemente usada para Minas Gerais. Limitava-se ao norte com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes, a leste com a de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu, a oeste com a de Santo Antonio da Jacutinga e a noroeste com a de Sacra Família do Tinguá. “Segundo Monsenhor Pizarro sua criação ocorreu provavelmente em 1719, por provisão do Bispo Dom Francisco de São Jerônimo, desmembrando-a da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sarapuhi, cuja área, até então, integrava”.

Ainda Segundo Monsenhor Pizarro, visitante pastoral em 1794,²⁵ no território da freguesia constava uma única capela, a de Santo Antônio construída em 1742, na fazenda do padre Antônio da Motta Leite. Possuía quatro Irmandades: a de São Miguel, de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Iguaçu, de N. Sra. da Conceição dos Homens Pardos e do Santíssimo Sacramento, congregando os “homens bons”: comerciantes e fazendeiros de Iguassú.

A população da freguesia era de 963 habitantes livres e 1219 escravos. Contava com dois engenhos, quatro engenhocas e algumas olarias. As principais lavouras cultivadas eram de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz e café. A produção era embarcada no Porto dos Saveiros e no Porto do Feijão e levada pelo rio Iguaçu chegando à Capital da Colônia.

Entregando o Governo, em 1779, a Luiz de Vasconcelos, o Marques do Lavradio escreveu extenso e minucioso relatório sobre a Província Fluminense. Zeloso nas suas informações, cita na p. 328 que a:

26

Freguesia de Iguassú tem somente duas Engenhocas, a 1ª. do Capitão Luiz Barbosa, com 50 escravos e faz 18 pipas e a 2ª. de Dona Luzia Maria, tem 30 escravos. Quanto a produção destaca-se: a farinha com 10.000 alqueires, o feijão com 400 alqueires, o arroz com 10.000 alqueires e o milho com 400 alqueires.

Comparando-se com as outras Freguesias, vejamos no quadro abaixo qual a sua posição.

As Freguesias

Produtos	Piedade de Iguassú	Sto. Antonio Jacutinga	N. Sra. Conceição Marapicú	S.J.Batista de Meriti	Nossa Senhora Pilar	Totais
Alqueires Farinha	10000	25000	150	1000	16264	52.414
Alqueires de Arroz	10000	-	1500	650	3470	15.620
Alqueires de Feijão	400	1000	800	230	177	2.607
Alqueires de Milho	400	1000	300	240	256	2.196
Pipas de Aguardente	18	52,5	111	68	-	249,5
Caixas de Açúcar	-	163	152	91	-	655
Caixão	-	-	162	-	-	162
Engenhocas	02	-	-	02	03	07
Engenho	-	07	04	09	01	21
Escravos	80	266	310	361	70	1087
Portos	07	04	23	14	09	57
Fogos	204	-	-	104	283	

Quadro produzido a partir dos dados do Relatório do Marques do Lavradio de 1779 - Genesis²⁷ Torres

²⁵ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro – Memórias Históricas do Rio de Janeiro – Ministério da Educação e Saúde – Instituto Nacional do Livro – Imprensa Nacional. 1945. Vol 4. p. 84

²⁶Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LXXVI. Parte II. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1915. p. 320/322 e 327/331.

²⁷Os dados informados no relatório, não estão dispostos em uma seqüência lógica, com redação confusa dificultando um apanhado com maior veracidade.

Procuramos neste quadro destacar as cinco freguesias mais próximas às áreas de influência da Vila de Iguassú e escolhendo os produtos e os elementos que basicamente compunham as atividades produtoras com seus equipamentos e recursos humanos. Observamos que a farinha de mandioca era o produto principal para consumo e exportação, excedendo em muitos os demais produtos como o arroz e o feijão. Em termos de comparação, a Freguesia da Piedade de Iguassú, sede da Vila, apresentava uma produção bastante tímida em relação à Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. O escoamento da produção de Jacutinga seguia o curso do Rio Sarapuí, onde havia quatro portos, enquanto Iguassú possuía sete. Isto equivale dizer que seus portos atendiam não a produção local, mas àquela que vinha de outras regiões. Jacutinga contava com sete engenhos, enquanto Iguassú contava com duas engenhocas. A freguesia de Meriti estava voltada para o rio do mesmo nome, e também tinha uma produção expressiva comparando-se com Iguassú.

Nota-se pelos dados que a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, ainda ao final do Séc. XVIII, possuía no seu conjunto atividades produtivas bastante tímidas.

O ilustre naturalista Auguste de Saint-Hilaire esteve na freguesia de Iguassú em 1816 e nos deixou este relato:

Iguassú sede de paróquia não é vila propriamente dita, mas conta com algumas mercearias e armazéns bem sortidos, bonitas vendas, algumas ferrarias, cujo ofício é aí mais necessário que qualquer outro, por causa da passagem contínua dos tropeiros de Minas Gerais que descem a serra. O rio Iguassú é navegável desde essa paróquia até a Baía do Rio de Janeiro. Oferece aos fazendeiros da vizinhança caminho cômodo para o transporte de sua produção.

28

Foi, no entanto, o café que deu o maior impulso ao movimento da Vila a partir de 1822, quando a rubiácea começou a descer efetivamente pela Estrada do Comércio, vinda das fazendas do vale do Rio Paraíba do Sul.

Ao início da segunda metade do século XIX, a Província Fluminense era formada por sete Distritos, sendo o território de Iguassú o 3º Distrito ao lado de Vassouras e Valença. O seu território formava uma área de aproximadamente 2.200 Km², banhada pelos rios Pavuna-Meriti, Sarapuí, Iguassú, Inhomirim-Estrela com seus afluentes, todos desaguardando na Baía da Guanabara.

A Estrada do Comércio e os Demais Caminhos

Pela Vila passavam as estradas: Caminho Novo do Tinguá, Estrada da Polícia e a Estrada do Comércio. Muitos destes caminhos se interligavam a outros de maior e menor importância. Segundo Guilherme Peres, quando a povoação da Freguesia de Piedade de Iguassú é elevada à categoria de Vila, em 15 de janeiro de 1833, seus portos transformaram-se em entrepostos de carga e descarga com a construção de armazéns para estocagem da produção que, vinda dos vales do Sant' Ana e do Paraíba, buscava o porto do Rio de Janeiro através do rio Iguassú.

Nascida à beira do caminho velho para a serra, numa região coberta por campos de excelentes pastagens. O gado, que descia de Minas Gerais e de Goiás, fazia pousada e seguia para o abastecimento do Rio de Janeiro. Seu crescimento, no entanto esteve ligado ao transporte do café do Vale do Paraíba do Sul. Deste povoado, é que parte então uma nova estrada, ligando-se também a outra posteriormente construída, a Estrada da Polícia que passava por Belém, dirigindo-se ao Rio Preto.

Já a estrada do Comércio foi construída entre 1813 e 1817 pela Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, daí o nome Comércio. construtor foi Conrado Jacob Niemeyer.

²⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ed. Martins. RJ. 1972

²⁹ Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro. Assembléia Legislativa, na 2a. Sessão do 12a. Legislatura pelo Vice Presidente João Manoel Pereira da Silva – Rio de Janeiro – Thipographia Universal Laemmert. 1857. p 05

³⁰ TORRES, Gênesis Pereira. Organizador. Baixada Fluminense – A construção de uma história. Economia, Sociedade e Política. PERES, Guilherme citando AFRANIO, Ruy. Editora IPAHB. 2004. p 40 e 41

Seu construtor foi Conrado Jacob Niemeyer.

Para Ruy Afrânio Peixoto, a estrada partia do Porto de Iguaçú, no rio do mesmo nome, próximo ao Caminho Novo, mas, em lugar de subir rumo a Paty do Alferes, tomava a direção mais para o sul, galgando a Serra do Mar, em trecho que foi chamado serra da Estrada Nova — entre as serras do Tinguá e de Sant' Ana — passando por Vera Cruz e Massambará, até atingir as margens do Rio Paraíba do Sul. A partir d'aí abria-se dois braços que, rumava rio abaixo, entrava pela Fazenda de Ubá, até encontrar o Caminho Novo e o da Estrela e o outro braço:

(...) cruzava o rio, cuja travessia era feita por meio de balsa. Nesse ponto foi instalado um registro de mercadoria, que vai dar origem à localidade de Comércio. Desse local, Comércio, a estrada segue para a Aldeia de N. Senhora da Glória de Valença, atual cidade de Valença, até atingir a Vila de Nosso Senhor dos Passos do Presídio de Rio Preto, na província de Minas Gerais. Ao longo do século XIX, surgiram várias derivações dessa estrada, a maioria delas sendo construídas dentro do município de Valença e Vassouras.

31

Possuía a Estrada do Comércio dez léguas de extensão, da Vila de Iguassú à margem do Paraíba. Partia da Vila e atingia a primeira légua antes da ponte sobre o rio Utum. Seguia mais ou menos o curso de Utum, cortando os ribeirões, Cachoeira de Baixo, Cachoeira Grande, Cachoeira Brava e outros, chegando com três léguas ao alto da serra do Tinguá. Atravessava os ribeirões da Grota, Posse, Galinhas, Bastos e cortava o Rio S. Pedro mais ou menos nas proximidades do rancho do Antônio Ferrador. Depois de atravessar o Ribeirão do Quilombo, marcavam-se três léguas e meia, antes de cortar a serra assinalada com a denominação de Santa Ana. Adiante da ponte do ribeirão das palmeiras (afluente do Santa Ana) contavam-se quatro léguas. A cerca de dois quilômetros mais adiante, indicavam-se à direita a travessia para a estrada do Werneck e, à esquerda, o caminho para Vassouras. Adiante, assinalava-se o da serra da Viúva ou serra Geral além da qual contavam-se cinco léguas.

Para Rafael da Silva Oliveira,

(...) a importância econômica da Estrada do Comércio era tão visível que, em 19 de dezembro de 1836, a província do Rio de Janeiro subdividiu a estrada em quatro seções no intuito de conservar e desempenhar obras públicas. (...) Cumpre frisar que, além da Estrada do Comércio, outras contribuíram para que Iguassú atingisse um lugar privilegiado quando comparado com as demais da Província e do Império.

32

Outras importantes estradas formavam a malha em direção ao interior e que tinham o arraial de Iguassú como ponto de interligação. Citamos aqui a Estrada Mineira, tendo seu início no arraial da Pavuna-Meriti com seu Porto, contornava a Serra do Gericinó, passava pelas terras da Fazenda Maxambomba, atingindo Bananal, Itaguaí e terminando em São João Marcos. Na Fazenda Maxambomba, nascia a Estrada com o mesmo nome em direção a Iguassú e Pilar. Na Pavuna, nascia também a Estrada da Polícia, aberta em 1820, pelo intendente de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Vianna, uma proeminente figura da corte de D. João VI. Passava pelas terras da Fazenda do Brejo, atingindo Cava (Iguassú), Rio D'Ouro, São Pedro, Sant'Anna das Palmeiras e terminando na Estrada de Belém.

Iguassú tornara-se um centro de comunicações entre pessoas. Este fato acabou por potencializar um crescente comércio de mercadorias entre litoral e interior. Esse grande fluxo de tropas que desciam com o café até os portos fluviais, localizados no rio Iguassú, possibilitaram ainda, a geração de renda e recursos, gerando d'ai uma quantidade de serviços ligados ao transporte, a compra e venda de produtos que abasteciam as populações interioranas. Esta população estava localizada nas fazendas e pequenos vilarejos ao longo dos caminhos. A Freguesia de Iguassú cresceu vertiginosamente a ponto de tornar-se Vila, em 15 de Janeiro de 1833.

³¹http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/cafe/02_OsCaminhosDoCafe.pdf

³²OLIVEIRA, Rafael da Silva. De Iguassú a Nova Iguaçú: As transformações na organização espacial a partir dos eixos de transporte – uma leitura dos séculos XVIII e XIX. Revista Universidade Rural: Serie Ciencias Humanas. Seropédica, RJ. EDUR, n 2, p. 194, jul.-dez., 2007.

Nasce a Vila de Iguassú

A Vila de Iguassú como sede do 1º Distrito nasce por razões múltiplas e conjugadas com as grandes transformações que se operavam no mundo e no Brasil do início do Séc. XIX. Napoleão desconcertava o mapa da Europa e provocava o desequilíbrio em nações de poder bélico inquestionável. A corte transfere-se para o Rio de Janeiro, em situação de grande vulnerabilidade política. O Regente de personalidade frágil, tenta reorganizar sua vida nos trópicos. Cria uma nobreza, sem os gestos e requintes das cortes européias. Faltam-lhes os costumes da realeza. Esta terra exótica irá abrir suas portas para a intelectualidade européia.

Aqui, chega gente de praticamente todos os países da Europa. São ingleses, franceses, russos, alemães, e outros que querem descobrir a flora, a fauna, os minerais, o clima e a gente que habitam estas terras. Nossa gente pensava que estava despercebida aos olhos, as canetas e os pinceis desses chamados “viajantes”. Enganaram-se, pois, a cada lugar que passavam deixaram narrados o que viram, seja nos seus escritos, ou nas suas pinceladas.

Correm os anos de 1831, o Brasil vivia sob o signo das Regências. As lutas políticas naqueles tempos eram por liberdades para as Províncias, possibilitando e facilitando o surgimento de Vilas, dentro do processo de autonomias locais. Os partidos Conservador e o Liberal buscavam novos espaços. É neste clima que a Assembléia Geral Legislativa, com fundamento no Art. 3º, do Código de Processo Criminal, criou juntamente com outras providências o Município de Iguassú.

O Documento de número 10, de 15 de janeiro de 1833, foi assinado por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Senador e Integrante da Regência Trina Provisória). Sua instalação se dá em 27 de junho de 1833, com a posse dos sete vereadores eleitos.

O Município, por força da mesma lei que o criou, foi desmembrados dos termos de Niterói, Vassouras e Magé e teve seu território dividido em seis Freguesias (distritos eclesiásticos): Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (sede), Santo Antonio de Jacutinga, São João Batista de Meriti, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. Todos estes Distritos Eclesiásticos pertenciam à Arquidiocese do Rio de Janeiro, de onde foram desanexados.

No entanto, as Freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim e Nossa Senhora do Pilar não aceitaram esta divisão e pela lei provincial n.º 14 de 13 de abril 1835, a vila foi extinta e as freguesias de Iguassú, Marapicu, Jacutinga e Pilar passaram a fazer parte do Termo de Niterói. Pela lei n.º 57, de 10 dezembro de 1836, é elevada novamente à categoria de Vila com a mesma denominação do Decreto que a criou.

Ney Alberto Gonçalves de Barros fez publicar no Livro Baixada Fluminense, a Construção de uma História, a seguinte informação:

33

Em 1837 o Coronel de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer, providenciou a elaboração de um mapa da Vila Iguassú. Em 1956 o pesquisador Waldick Pereira e o Coronel Alberto Mello, em visita a Iguazu Velha, colocaram, neste mapa, os nomes de muitos lugares, identificados por Mello. Na planta de 1837 não constava o Porto de Iguassú, porque este só foi feito após o calçamento da Estrada do Comércio. Mello contou muitas histórias (...) falou do Beco dos Aflitos, do Caminho dos Velhacos, da Vala da Madame, do Largo Lava-pés.

34

³Ney Alberto, nasceu em Nova Iguaçu 27 de setembro de 1940 e faleceu em 23 de junho de 2012. Filho de família tradicional e ligados a educação. Como educador e Prof. de História dedicou sua vida profissional a pesquisar a sua terra natal. Muitos de seus escritos foram publicados em revistas e jornais regionais. Na década de 1950, ainda muito novo, tornou-se amigo de Waldick Conegundes Pereira, historiador e dedicado pesquisador da história regional. Escreveu Cana, Café e Laranja, publicado pela Fundação Getúlio Vargas e com Ney o livro Mudança da Vila. Ney foi fundador juntamente com Waldick Conegundes Pereira e Ruy Afrânio Peixoto (também historiador regionalista) do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Das muitas expedições a Iguassú Velho deixou muitos depoimentos. Conheceu de perto a realidade Histórica da região.

TORRES, Gênesis Pereira. Organizador. Baixada Fluminense – A construção de uma história. Economia, Sociedade e Política. Baixada Fluminense. Barros, Ney Alberto G. Editora IPAHB. 2004. p 104



Ruínas do Porto Iguassú, este localizado, a partir de 1842, no Centro Administrativo da Vila de Iguassú. A primeira foto mostra pela coloração amarela das pedras o nível das águas no grande alagado que os cercava e, na segunda foto, vê-se o local de atracar as embarcações do tipo chatas.

Existe uma dúvida levantada por alguns historiadores que o porto existente na Vila, na realidade nunca existiu durante seu apogeu. Cel Alberto de Mello diz, no seu depoimento a Waldick Conegundes Pereira, que o Porto não consta na Planta de 1837, porque foi construído após o calçamento da Estrada do Comércio, em 1842. O pequeno porto ficava em um alagado chamado Mangangá e suas mercadorias saíam em pequenas embarcações chamadas chatas que eram levadas até o porto de Saveiros no rio Iguassú um pouco abaixo da vila, onde o volume e largura do rio eram bem maiores.

Das pequenas elevações, situadas nas proximidades da Matriz, as águas, minadas e pluviais, formam um pequeno brejal. Do brejal as águas correm em busca da margem direita do Rio Lava-pés. Este, após passar nas proximidades do Porto de Iguaçú, sob um portilhão da Estrada do Comércio, desaguava num banhado, perto do dito Porto. Atualmente – como em 1837 – o Lava-pés desemboca no Ribeirão do Brejo (também chamado de Manganga). Este, por sua vez, desembocava no Rio Iguassú e, hoje, já que o leito do Iguassú foi aterrado, desemboca no Canal Iguassú.

35

A Decadência da Vila

O surgimento da Vila de Iguassú na primeira metade do Séc. XIX teve seu ciclo na opulência, na razão direta do café. E a decadência e fim da vila, na razão direta do aparecimento da estrada de ferro, que aos poucos deslocou todo esse movimento. Essas razões encontram consenso em toda historiografia iguassuana.

Em 1854, quando Mauá inaugura a primeira estrada de ferro do Brasil, nas margens norte da Baía de Guanabara à Raiz da Serra de Petrópolis, Iguaçú já sofria a competição do Porto da Estrela, que também escoava a produção do café, aproveitando o Caminho do Inhomirim, que a esta época já estava também empedrado.

No entanto, é a chegada do trem no dia 29 de março de 1858, em Queimados, que vai alterar o cotidiano das freguesias de Iguaçú. Dom Pedro II inaugura a ferrovia que parte da Estação de Aclamação (Central) e chega, a uma estação no arraial de Maxambomba. O trem, oferecendo um transporte rápido e eficiente, vai atrair pessoas e negócios próximos às estações. Grande parte dos moradores de Jacutinga muda-se para a emergente Maxambomba.

É difícil afirmar que as causas da decadência da Vila de Iguassú estejam ligadas apenas ao surgimento da Estrada de Ferro, em 1858. Uma releitura das razões de sua prosperidade nos aponta para a intensa atividade mercantil, local de entreposto comercial, das mercadorias que vinham do Reino e partiam para o interior via Porto do Rio de Janeiro e demais portos da Baixada, sendo o de Iguassú, dentre todas as freguesias, o mais importante.

O assoreamento dos rios, provocando extensas inundações em épocas de chuva fez surgir a malária e com ela a epidemia da cólera-morbus, em 1855, e nos anos que se seguiram, assolando todas as freguesias de Iguassú. É bom lembrar que a Ferrovia Pedro II ainda não tinha sido construída, e o café ainda estava descendo pelo rio, o que não justifica o abandono dos rios prematuramente.

Teriam os administradores provinciais, os políticos iguassuanos e os proprietários de terras, acreditado no crescimento da

³ibidem p. 104

O assoreamento dos rios, provocando extensas inundações em épocas de chuva fez surgir a malária e com ela a epidemia da cólera-morbus, em 1855, e nos anos que se seguiram, assolando todas as freguesias de Iguassú. É bom lembrar que a Ferrovia Pedro II ainda não tinha sido construída, e o café ainda estava descendo pelo rio, o que não justifica o abandono dos rios prematuramente.

Teriam os administradores provinciais, os políticos iguassuanos e os proprietários de terras, acreditado no crescimento da Vila? Contava a Vila com a riqueza local a infraestrutura portuária e todos os seus equipamentos (cais, armazéns, embarcações, tropas, de mão de obra, etc.), capaz de garantir a sua sustentabilidade econômica?

Quando Iguassú torna-se Vila em 1833, as atividades comerciais no seu sítio já eram intensas. A Estrada do Comércio já tinha 11 anos de construída, a produção cafeeira estava em franca expansão no Vale do Paraíba e o fluxo de pessoas e mercadorias para as fazendas não só da zona cafeeira, agitavam a Vila. Os barcos e saveiros que desciam com o café e demais produtos agrícolas voltavam das praças do Rio de Janeiro, pelo porto dos Mineiros, cheios de mercadorias e pessoas que buscavam as diversas localidades da baixada e do interior. Os relatos de viajantes europeus são pródigos e não deixam dúvidas quanto à intensa vida econômica naquele momento.

Mas é do Relatório da Província de 1857 que nos vem a informação mais contundente quando afirma que “É de certo o segundo porto mais importante da Província, por ser comercial. Na estatística de exportação para Corte nos indica a quantidade de produtos”. O Relatório corrobora e reafirma a identidade da vila com seus portos. O café é o produto principal, os demais produtos são de importância insignificante para exportação. O relatório não apresenta informações se os produtos como o feijão, a farinha, tapioca e outros eram para atender o consumo interno.

Ano	Café	Feijão	Farinha	Tapioca e outros produtos
1854	1:886.306 arrobas	58 sacas	141 sacos	7.025 sacos
1855	1:821.742 arrobas	194 sacas	197 sacos	9.735 sacos
1856	2:192.168 arrobas	221 sacas	55 sacos	11.417 sacos

- A importação em valor excede a 1.600:000\$000.
- Quase todos os gêneros exportados são produzidos pelos municípios de Iguassú, Vassouras, Valença e Paraíba do Sul, e alguns outros vizinhos: da nossa Província é da de Minas Gerais, que descem ao porto pelas estradas do Comércio, Wernek, Polícia e Presidente Pedreira.
- A navegação é feita com demora em consequência da parte superior do rio, aonde esta assentada a Vila, e do mal estado da barra; emprega-se nela 24 lanchas de dois mastros carregando cada uma de 2 e 3 mil arrobas, além de muitos saveiros: navega constantemente além disso grande numero de barcos, que exportam lenha, tijolo, telha e outros artigos produzidos pelo município. Este porto tem muito de decair logo que funcione a estrada de ferro D. Pedro II.

No mesmo ano da apresentação do dito relatório, o viajante Charles Rybeirrolles fez uma visita a Vila de Iguassú. Suas impressões não foram boas e declamou objetivamente que a Vila já vivia seus últimos tempos. Diz ele:

Iguassú é uma rua comprida e mal calçada que à esquerda segue para o porto e à direita termina numa bifurcação. Aí se comprimem os armazéns, as construções, as casas dos consignatários que exportam para o Rio. É a bolsa, o mercado, o entreposto. É a vida de Iguassú.

37

³⁶Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2ª. Sessão da 12ª. Legislatura elaborado pelo Vice-Presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro. Thipographia Universal de Laemmert. 1857. p. 68/69.

RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco. 2ª. Ed. Livraria Martins. SP. Instituto Nacional do Livro. 1976. p. 179

O seu mais importante equipamento urbano, fonte de muita riqueza, com certeza era o seu porto. Rybeirrolles diz: “que no porto o rio é estreito e baixo. Os barcos são impelidos a vara até o mar”. O que teria acontecido ao Porto dos Saveiros, do Barriga, do Feijão e outros? Ainda diz: “que a paisagem é triste e os morros são calvos”, a floresta já tinha virado carvão. Quanto às casas “as portas carunchosas, os tetos³⁹ que desabam, os ratos e as andorinhas prenunciam os derradeiros tempos”.

No Relatório da Província de 1853 fala do convencimento de mudar a sede da Matriz da Freguesia da Vila de Iguassú para o Centro do Povoado da Vila. No entanto, é no relatório da Assembléia Legislativa Provincial de 1857 e tendo como Vice Presidente da Província João Manoel Pereira da Silva é que surge a,

(...) deliberação de 12 de junho nomeei uma comissão formada por (4 cidadãos) e o Pároco Antonio Teixeira Santos como Presidente para agenciar uma subscrição entre os moradores do lugar e com ela começarem uma nova matriz no centro da Vila, visto que a matriz atual, além de se achar em quase completo estado de ruína, é situada em um lugar ermo e fora da povoação.

41

Essa informação foi partilhada por Rybeirrolles quando esteve na Igreja um ano depois.

A Igreja Matriz era um ponto de equilíbrio nas relações interpessoais, desde a criação da Vila. Seus detentores articulavam o seu fim, seu abandono era parte de uma trama para desarticular a Vila como local de continuidade e de moradia. Quando o trem faz parada em Maxambomba em 1858, quatro anos depois, o orago da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga e não da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú é transferido para as margens da Estação e cinicamente encarregando a Câmara da Vila de Iguassú de ser a responsável pela escolha do terreno.

Difícil é entender aquela gente. O que queriam os homens nos seus negócios, na política, na sua religiosidade, aparentemente ingênua e introspectiva? Cada missa deveria ser um renovar de esperança e fé no amanhã. Muitas Igrejas e Capelas assim demonstraram. Outras, no entanto, existiam para satisfazer o compromisso com a vida política e social, ou quem sabe gozar das benesses do Estado Monárquico.

No Relatório de 1851, a Câmara pede à Província recursos para construir um edifício que abrigasse a Câmara, o Jury e a Cadeia. A Câmara funcionava em prédio alugado e reclamava que cabia a ela, sem recursos, pagar exorbitante aluguel. No Relatório de 1857, é descrito que a administração da Vila tinha casa de câmara e cadeia, adquiridos pela Província. A casa era antiga, ali funcionavam as acomodações para prisão, para as Sessões de Tribunais e Magistrados, já bastante danificadas.

No Relatório de 1853 afirma (p. 18) que “até a data do relatório do chefe do distrito, não tinham ainda sido principiadas as

No Relatório de 1853 afirma (p. 18) que “até a data do relatório do chefe do distrito, não tinham ainda sido principiadas as obras para a construção do chafariz da Vila de Iguassú; apenas achava-se pronta a cantaria para elas necessárias”.

O Ministro Rodrigo Otávio que naquela época, foi nomeado juiz da Vila de Iguassú, assim nos conta:

³⁹bidem 179.

³⁹bidem 179.

⁴¹bidem 179.

⁴¹Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2ª. Sessão da 12ª. Legislatura elaborado pelo Vice-Presidente João Manoel Pereira da Silva. Rio de Janeiro. Thipographia Universal de Laemmert. 1857. p. 84

A legislação referente às câmaras municipais só foi alterada com a Lei de 1º de Outubro de 1828 – Criando em cada Cidade e Vila do Império Câmaras Municipais, que definiu o formato das câmaras para o Império. Essa lei, que foi elaborada no período pós-independência - momento em que o governo tentava centralizar seus poderes – restringiu e até mesmo eliminou algumas funções das câmaras com o objetivo de limitar sua atuação, o que nos dá uma dimensão do poder exercido por elas durante todo o período colonial. LEI DE 1º/10/1828 – Criando em cada Cidade e Vila do Império Câmaras Municipais. In: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 1986. Citado por DA SILVA, Karla Maria. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – O Papel das Câmaras Municipais no Brasil Colonial: novas possibilidades de análise Fortaleza, 2009. p. 7.

As poucas horas da Ponta do Caju, pela estradinha do Rio D'Ouro, a vila de Iguassú era então um povoado morto. Constituída principalmente por uma rua larga, sinuosa e longa, a vila tivera sua hora de prosperidade, atestada pelas grandes casas de sobrado e vastos armazéns alpendrados, tudo então, fechado, sem moradores. Ligada com o interior da Baía de Guanabara por canais através da alagadiça Baixada Fluminense, Iguassú fora, por muito tempo, o entreposto comercial entre o litoral e o sertão. Por aí chegava toda a produção do interior para o consumo na cidade e exportação febril de cargas que chegavam e de cargas partiam, em tropas, na variada música dos cincerros, em carros de bois, na esfuziada langorosa dos eixos engraxados.

43

Como aconteceu à margem dos rios, agora à margem da via férrea, vilas e povoados iam surgindo, entre elas "Maxambomba", que iria atingir um desenvolvimento tal que Iguassú teve a sua sede transferida para ali em 1º de maio de 1891, sendo neste ano agraciada com foros de cidade.

Drenando todo esse movimento comercial a estrada de ferro reduziu Iguassú à penúria e a levou à miséria e à morte. A vila se despovoou; os canais desde então abandonados, se atulharam de vegetação e de lodo; as águas cresceram, cobriram todos os campos, tornando-os imprestáveis para qualquer cultura...

(...) era esse o Iguassú que encontrei ao tomar conta da minha judicatura. Só às quintas-feiras, dia de audiência, havia algum movimento na vila. A casa da Câmara reabria: além do pessoal do fora, solicitantes e partes iam ao despacho do juiz. E tudo depois caía no habitual silêncio.

44

Como aconteceu à margem dos rios, agora à margem da via férrea, vilas e povoados iam surgindo. Esta a visão do Juiz Luiz Otávio sobre a Vila de Iguassú.

A Vila agoniza. Os prédios públicos, os portos, os rios, as estradas e a Matriz, dos anos mil oitocentos e setenta em diante já não recebem o carinho devido das autoridades da Província e da Municipalidade de Iguassú. Todas as atenções estão agora voltadas para Maxambomba. Lá se constrói uma nova Cadeia, o Hospital, o Paço Municipal, de forma que os anos que se seguem a 1910, toda administração da municipalidade já estava muito bem instalada.

Para onde foi parar toda esta riqueza adquirida no espaço de aproximadamente 40 anos? Onde estavam os impostos das aduanas que teriam de ser cobrado dos muitos portos? Não havia cobrança pelos administradores da Câmara? Como estavam estruturadas a administração da Vila? Os moradores e os homens influentes de Iguassú quando lutam para ganhar o status de Vila, o fizeram sabendo das enormes dificuldades locais e da efemeridade de Iguassú? Que relação de amizade e de pertencimento, havia entre os moradores da Vila? Enfim a Vila era dos iguassuanos ou de forasteiros, capitalistas do café, comerciantes e gente que por ali passou e conviveu pouco menos de uma geração.

Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas. A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento. Aqui, aqui era uma padaria, ali morava (...) o que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: aqui vocês vêm, aqui havia... mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades; constitui a própria definição do lugar... Estamos ligados a este lugar pelas lembranças... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro.

45

Quanto aos habitantes da Vila de Iguassú faltaram-lhes os interesses maiores, aqueles que norteiam a organização dos "burgos", os quais sejam: cidadania e civilidade. Iguassú gozava de toda sorte de vantagens ambientais. Tinha um grande rio, terras

ORTE, José Mattoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú. Tipografia Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 1933. p 65/66

⁴¹ibidem. p. 66

⁴²CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer. Apresentação de Luci Giard. 3ª. Ed. Editora Vozes. Petrópolis. 1998. p 189

de vantagens ambientais. Tinha um grande rio, terras férteis, muitas florestas, perto da Capital e gente disponível, para o trabalho diário e cotidiano.

A Vila Desaparece para “Renascer” em Outro Lugar

É difícil encontrar respostas para tantas perguntas. Gostaríamos de acrescentar mais algumas. A manchete, na imprensa de 1891, deveria ter aparecido assim: “Iguassú mudou de endereço”, não se encontra mais às margens do rio, encontra-se agora às margens da Ferrovia Pedro II, na localidade chamada de Maxambomba, sede da Fazenda do mesmo nome.

Ney Alberto escrevendo sobre a Igreja de Santo Antonio de Jacutinga e o seu cemitério, quando de sua transferência para Maxambomba, o fez de acordo com o Projeto do Deputado Bento Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, da Assembléia Provincial. Projeto aprovado, o presidente da Província sancionou a Lei Provincial 1267 de 29 de novembro de 1862, a qual deliberou, que a sede da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga fica transferida para o lugar denominado – Maxambomba – nas margens da Estação da Estrada de Ferro Pedro II. Ainda a escolha do terreno em que deve ser edificada a igreja matriz e construído e cemitério será feita pela câmara municipal de Iguassú de acordo com o pároco daquela freguesia.

Na primeira festa de Santo Antônio, na nova igreja matriz, foi realizada em 13 de junho de 1863, nessa ocasião a imagem de Santo Antonio foi levada em procissão de Jacutinga, para a nova igreja em Maxambomba.

Aos poucos, os prédios dos órgãos públicos para funcionamento da administração começaram a serem construídos às

Na primeira festa de Santo Antônio, na nova igreja matriz, foi realizada em 13 de junho de 1863, nessa ocasião a imagem de Santo Antonio foi levada em procissão de Jacutinga, para a nova igreja em Maxambomba.

Aos poucos, os prédios dos órgãos públicos para funcionamento da administração começaram a serem construídos às expensas da Vila. A Vila no abandono não vislumbrou outra possibilidade de sobrevivência, se não, a de transferir definitivamente para Maxambomba, a questão era levar a Câmara e o Fórum. Transferidos estes dois órgãos máximos da municipalidade, a nova cidade já estava instalada. Alguns anos depois Maxambomba para o povo não serviria. Incorporou-se Nova ao que já era Iguassú. Poderia ser também Jacutinga, inclusive melhor, pois, lembraríamos para sempre os seus antepassados, os índios Jacutingas, os grandes heróis nas batalhas que foram travadas contra os portugueses na expulsão dos Franceses do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

Queremos ressaltar, que os trabalhos arqueológicos por contrato, realizados pelo Instituto de Arqueologia Brasileira, nas áreas impactada pela Rodovia BR-493/RJ-109 (Arco Rodoviário Metropolitano), ainda apresenta-se bastante tímida, diante do monumental conjunto do patrimônio histórico existente na Baixada Fluminense. Mesmo assim, consideramos de vital importância, para garantir o direito ao conhecimento sobre os povos que aqui habitaram durante o longo do processo de ocupação humana nos últimos seis mil anos.

A legislação Federal (CF Artigos 20 e 180), Lei 3924 de 26 de julho de 1961, na esfera Estadual (leis de tombamento) e os documentos internacionais como a Carta de Nova Delhi (1956), chama-nos a atenção para múltiplas questões do patrimônio e destaca que a história do homem implica o conhecimento das diferentes civilizações; que é preciso, portanto, em nome do direito comum, que todos os vestígios arqueológicos sejam estudados e, eventualmente, preservados e coletados.

Os diversos espaços de pesquisa como os arquivos eclesiásticos, públicos, cartoriais, bibliotecas e acervos de particulares, muito ainda há o que levantar. O que diremos da busca permanente realizada pela arqueologia?. É preciso estar atento, a Baixada hoje recebe uma quantidade grande de investimentos na construção civil, umas menos e outras mais impactantes, e muitas ao arripio da Lei que estabelece a obrigatoriedade com as questões ambientais e da pesquisa arqueológica. A Baixada foi intensamente ocupada ao longo destes quinhentos anos, o que dirá do período pré-histórico, com a presença de

salgadas.

Vila de Iguassú: uma importância atribuída? é a pergunta que não se cala. É uma elucubração, um delírio ou um desabafo. Na realidade são nossas inquietudes diante dos fatos históricos, nem sempre explicáveis diante de tantos relatos e documentos perdidos nos porões da história. Muito há de se pesquisar, o tempo como senhor da verdade, nos dirá os caminhos.

⁴BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Deus nos livre da política de Iguassú e outros artigos. Nova Iguaçu, RJ. Edição do Autor. 2012. p. 65

povos sambaquianos em nosso litoral, no entorno da Baía da Guanabara e nos leitos fluviais dos grandes rios e terras alagadas.

Vila de Iguassú: uma importância atribuída? é a pergunta que não se cala. É uma elucubração, um delírio ou um desabafo. Na realidade são nossas inquietudes diante dos fatos históricos, nem sempre explicáveis diante de tantos relatos e documentos perdidos nos porões da história. Muito há de se pesquisar, o tempo como senhor da verdade, nos dirá os caminhos.

Referências Bibliográficas

ABREU, Antonio Izaías da Costa. Municípios e Topônimos Fluminense. Niterói. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde – Instituto Nacional do Livro – Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: Vol. IV, 1951.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Deus nos livre da política de Iguassú e outros artigos. Nova Iguaçu, RJ. Edição do Autor, 2012.

BUNBURY, Charles James Fox. Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

BURKE, Peter (Organizador) tradução de Magda Lopes. A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo. UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer. Apresentação de Luci Giard. 3ª. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. Identidade Regional e Representação Social na Perspectiva do Consenso. Disponível em: DIAS, Ondemar & NETO, Jandira. O Castelo que nunca foi da Marquesa de Santos ou Crônica de uma Olaria que deu certo. Rio de Janeiro. Editora WAK, 2011.

FORTE, José Mattoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Comércio, 1933.

FILHO, Alípio de Souza. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do Cotidiano.

Disponível em:

http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Michel%20de%20Certeau%20-%20fundamentos%20de%20uma%20sociologia%20do%20cotidiano.pdf Acessado em 1º de março de 2013.

MARTINS, Luciana de Lima. O Rio de Janeiro dos Viajantes – Um olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

NOVAES, Adriano. Os Caminhos Antigos no Território Fluminense.

Disponível em:

<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf>. Acessado em 1º de março de 2013.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. De Iguassú a Nova Iguaçu: As transformações na organização espacial a partir dos eixos de transporte – uma leitura dos séculos XVIII e XIX. Revista Universidade Rural: Serie Ciências Humanas. Seropédica, RJ. EDUR, n 2, p. 194, jul.-dez., 2007.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. Imagens Iguaçuanas. Nova Iguaçu: Ipahb. Cópia Reprográfada, 2000.

PEREIRA, Waldick. A Mudança da Vila. Nova Iguaçu: Ed. Arsgráfica, 1970.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. De Iguassú a Nova Iguaçu: As transformações na organização espacial a partir dos eixos de transporte – uma leitura dos séculos XVIII e XIX. *Revista Universidade Rural: Serie Ciências Humanas*. Seropédica, RJ. EDUR, n 2, p. 194, jul.-dez., 2007.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. *Imagens Iguacuanas*. Nova Iguaçu: Ipahb. Cópia Reprografada, 2000.

PEREIRA, Waldick. *A Mudança da Vila*. Nova Iguaçu: Ed. Arsgráfica, 1970.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja*. Nova Iguaçu: Ed. Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LXXVI. Parte I. Relação do Marques de Lavradio, Rio de Janeiro: Parte II. Imprensa Nacional, 1915.

Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro. Assembléia Legislativa, na 2a. Sessão da 12a. Legislatura pelo Vice Presidente João Manoel Pereira da Silva – Rio de Janeiro – Thipographia Universal Laemmert, 1857.

Relatório e Voto de Marcelo Moreira de Ipanema, representante do Instituto Histórico Geográfico, no Processo E-03/02453, do Conselho Estadual de Tombamento, Folhas mimeografadas. Rio de Janeiro, 1983.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. 2ª. Edição. Editora Martins. SP. Instituto Nacional do Livro, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. RJ: Editora Martins, 1972.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense. Mesquita*: Editora Entorno, 2011.

SOUZA, Mariana Pecoraro de. *História da Educação e Instituições Escolares: Aspectos Teóricos Metodológicos*. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo1/completos/historia-historia.pdf> Acesso em 28 de Fevereiro de 2013.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Dissertação de Mestrado, “Escavando o Passado da Cidade – História Política da Cidade de Duque de Caxias” – Niterói: Departamento de História – UFF, 2002. Dissertação de Mestrado.*

TOLENTINO Antonio Nicolao. 1858. *Arquivo Nacional / Cartografia. Detalhe. Folha 4 - Mapa da parte sul da Província do Rio de Janeiro, próxima aos limites com Minas Gerais e São Paulo.*

TORRES, Gênesis Pereira. *Organizador (Vários autores). Baixada Fluminense – A construção de uma história. Economia, Sociedade e Política. São João de Meriti. Editora IPAHB. 2004.*



**ENCONTROS & CONEXÕES:
[RE]DESCOBRINDO HISTÓRIAS - UM PROJETO
PLURIDISCIPLINAR, A PARTIR DAS INTERAÇÕES
HISTÓRICAS ENTRE BAIXADA FLUMINENSE
E VALE DO PARAÍBA**

Nilson Henrique de Araujo Filho¹

Segundo Circe Bittencourt, “a associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva.” (2008: 165). De tal forma, por meio de propostas curriculares e algumas produções didáticas, buscamos articular as experiências do educando e a valorização da História Local aos objetivos centrais da disciplina. Indo além, supomos um projeto que proponha ou enfatize discussões acerca da História Local e permita um diálogo entre História e outras disciplinas do currículo regular do Ensino Fundamental.

Assim surgiu o projeto Encontros & Conexões, realizado ao longo do ano de 2011. Esse projeto buscou promover a integração entre comunidades escolares dos municípios de Queimados e Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, uma vez que entendemos o desenvolvimento dessas duas regiões como intrinsecamente ligados, ao longo da História do Brasil.

Durante o período da descoberta do ouro nas Gerais e a consequente exploração deste minério a partir de fins do século XVII, muitas transformações se operaram no Brasil. Com o deslocamento da capital da colônia, do nordeste açucareiro para o Rio de Janeiro (porto principal para o escoamento da produção que descia da serra), estabeleceu-se um contínuo intercâmbio social, político e econômico entre as regiões da Baixada Fluminense e a região do Vale do Paraíba Fluminense. Pelos inúmeros caminhos fluviais ou terrestres que cortavam essas regiões, desciam a produção aurífera e subiam os gêneros agrícolas de que a região das Minas Gerais precisava para sustentar-se, uma vez que a “febre do ouro” inibiu o desenvolvimento agropecuário da região. A importância dos cursos d’água fica evidente na afirmação de Alexandre Marques:

Já no período de ocupação europeia, o Iguaçu [sic] tornou-se a principal via de transporte e referência para a região e, devido a isso, entre os séculos XVI e XIX a denominação da região esteve diretamente ligada a ele: sesmaria de Iguaçu, fazenda de Iguaçu e Vila de Iguaçu. Em documentos desta época, ainda encontramos os termos Baixada Fluminense, pois tais caminhos foram mantidos como vias de escoamento da produção cafeeira até o porto do Rio de Janeiro. Por toda a Baixada Fluminense espalhavam-se portos fluviais, valorizando as terras por onde passavam estes rios.

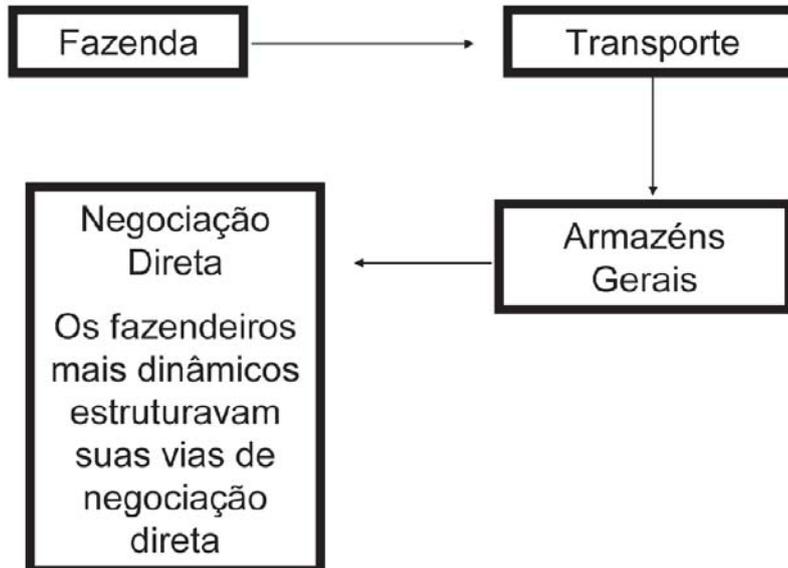
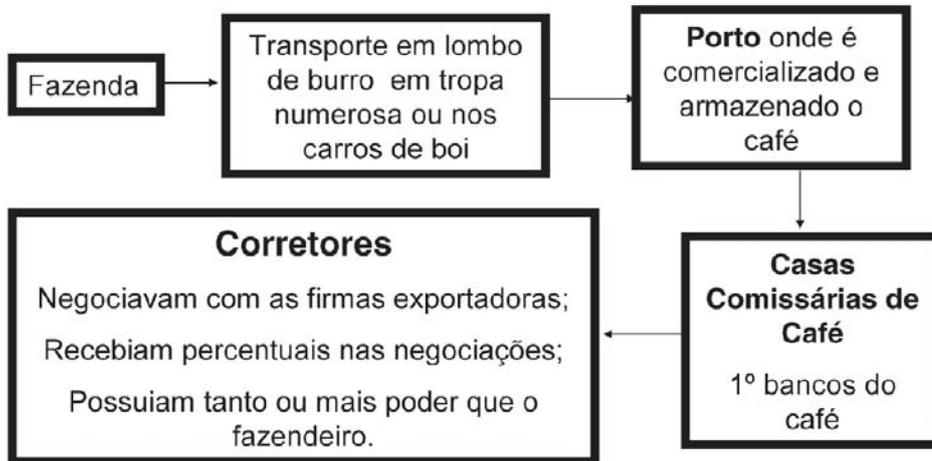
¹Pós-graduado em História do Rio de Janeiro – UFF. Professor da rede estadual do Rio de Janeiro. Implementador do currículo de História da Secretaria Municipal de Educação de Queimados. Professor da rede particular de ensino.

MARQUES, Alexandre dos Santos. “Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas.” In: VÁRIOS. Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 4, nº 6, abril/2006 – Edição conjunta: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico. – p.: 7.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Apresentação sobre História da Baixada Fluminense, durante o curso de Pós Graduação Lato Sensu em

Segundo esquema elaborado por Marlúcia Santos, o café percorria os seguintes caminhos:

Os Caminhos do Café



Estes esquemas nos permitem entrever uma estreita relação estabelecida entre os Barões do Café do Vale do Paraíba e aqueles da Baixada Fluminense. Estes últimos, em algumas situações, atuavam como intermediários no armazenamento do café, uma vez que o aluguel de armazéns na capital acabava se tornando mais oneroso. A importância da integração dessas regiões era tão grande que, ao longo do oitocentos, houve a criação de sucessivas estradas que coroaram o desenvolvimento de Iguaçu,

³SOUZA, Marlúcia Santos de. Apresentação sobre História da Baixada Fluminense, durante o curso de Pós Graduação Lato Sensu em História do Rio de Janeiro/UFF. Niterói: 2009.

atrelado agora ao escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense. Em 1833, foi criado o município de Iguassu, formado pelas freguesias de N. Sr^a. da Piedade do Iguaçú, N. Sr^a. da Piedade do Inhomirim, Santo Antônio de Jacutinga, N. Sr^a. do Pilar, São João de Meriti e N. Sr^a. da Conceição de Marapicu, desmembradas do Rio de Janeiro. Entretanto, em 1835, um novo decreto extinguiu a Vila de Iguassu, desmembrando-a e integrando-a às Vilas de Vassouras e Magé. Em 1836, outro decreto colocaria as freguesias de Iguaçú, Marapicu, Jacutinga e Pilar subordinadas à jurisdição de Niterói. A indignação dos políticos iguaçuanos foi determinante para que, ainda ao final do ano de 1836, a Assembleia Legislativa Provincial restabelecesse a Vila de Iguassu, por meio da Lei nº 57. Contudo, a freguesia de Inhomirim manteve-se nos limites territoriais de Magé.

Em 1846, Iguassu sofreu novo processo de fragmentação, perdendo a freguesia de N. Sr^a. do Pilar, integrada à Vila de Estrela. Em 1855, a Vila de Iguassu ampliou as suas fronteiras, com a criação da freguesia de Sant'anna de Palmeiras. Como destaca, Rafael Oliveira, data de 1840 o primeiro projeto prevendo a implantação de uma ferrovia na localidade, ligando a Vila de Iguassu a qualquer ponto da baía. Quase uma década depois, um novo projeto que, assim como o primeiro não chegou a sair do papel, previa a ligação entre a freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e o rio Guandu, com possibilidade da abertura de um ramal até a Vila de Iguassu. Assim, indubitavelmente, procurava-se modernizar a região, sempre visando facilitar o transporte da produção do café, produto responsável pela dinâmica da economia brasileira durante o Segundo Reinado. Apesar das proposições de 'modernização' inseridas no contexto mundial da Revolução Industrial, percebe-se um gradual processo de perda do vigor da Vila de Iguassu, balizada pela crise do café fluminense, pelo término da escravidão e pelo deslocamento do eixo de circulação, a partir da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Pensando a esse respeito e considerando que vestígios dessa época ainda podem ser encontrados e estudados em ambas as regiões, propusemos um projeto que ampliasse as possibilidades de interação entre as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental regular e, ao mesmo tempo, resgatasse e valorizasse as experiências da comunidade escolar no processo dialético de ensino-aprendizagem. Postula-se, portanto, que essa interação, uma vez estabelecida ao nível municipal, deve transcender esta esfera, englobando comunidades escolares de outros municípios que possam se identificar e, portanto, partilhar da mesma história coletiva. Sobre esse conceito, Circe Bittencourt afirma que “a associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva.” Essa tem sido uma tendência comum entre aqueles historiadores que se inserem no campo da História Política e Cultural. Por meio de propostas curriculares e algumas produções didáticas, buscam articular as experiências do educando e a valorização da História Local aos objetivos centrais da disciplina.

Assim sendo, nos debruçamos sobre o que preconiza os Parâmetros Curriculares de História para o Ensino Fundamental. A distribuição dos eixos temáticos por ciclos abre a possibilidade para que sejam trabalhados no Primeirô Segmento, temas como a História Local e do Cotidiano e a História das Organizações Populacionais. Para o Segundo Segmento, são previstos os temas: História das Relações Sociais, da Cultura e do Trabalho e História das Representações e das Relações de Poder. Tomando tais referências para o Ensino Fundamental, propomos uma sensibilização da comunidade escolar em face à História da cidade, do bairro em que vive e - por que não? - da sua própria família ou a de seus vizinhos e amigos. Posteriormente, ousamos propor o intercâmbio entre a comunidade escolar das duas cidades envolvidas no

⁴ OLIVEIRA, Rafael da Silva. “O ouro e o café na região de Iguaçú: da abertura de caminhos à implantação da Estrada de Ferro.” In: VÁRIOS. Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 3, nº 4, maio/2004 – Edição conjunta: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico. – p.p: 16-17.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “Ensino de História: fundamentos e métodos.” São Paulo: Cortez Editora, 2008. – p.: 165.

envolvidas no projeto, Queimados, na Baixada Fluminense e Vassouras, no Vale do Paraíba, onde docentes e discentes teriam a oportunidade de trocar experiências, contar e ouvir suas memórias e sentirem-se parte integrante de uma mesma história...

Com base no exposto, acreditamos que um dos maiores obstáculos estabelecidos entre o saber acadêmico e a sua transposição para o alunado é a conscientização de professores e alunos como agentes participantes do processo histórico. A prática pedagógica em História caminha, assim como as mais recentes tendências historiográficas, para um gradativo rompimento com o viés positivista, que se pautava no enaltecimento de grandes vultos ou fatos e na valorização exclusiva da documentação escrita, tida como oficial e irrefutável. Seguindo a perspectiva de correntes historiográficas mais recentes, como a História Social, inaugurada pela experiência dos Annales ou a chamada Nova História Política, percebemos uma gama diversificada de suportes documentais que podem e devem ser utilizados com o intuito de “estretar” esse vínculo entre as salas da academia e as salas de aula do Ensino Fundamental. Tais suportes documentais são múltiplos e variáveis, o que inclui: construções (casas, prédios, ruas etc), registros imagéticos (como fotografias), registros escritos extra-oficiais (como jornais, panfletos etc) e até depoimentos de pessoas que participaram de dado processo histórico.

De tal forma, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação do Município de Queimados, realizamos em 2011, as primeiras etapas do projeto Encontros & Conexões: [re]descobrimo histórias. Em um primeiro momento, contamos com 5 (cinco) encontros semanais, realizados aos sábados e com duração de 4 (quatro) horas/aula. Nesses encontros, por meio de aulas ministradas por professores da APPH-Clio, foram discutidos os aspectos históricos da formação da região que hoje se convencionou chamar Baixada Fluminense. Encerrando esta etapa, foi realizado trabalho de campo, ocasião em que o grupo teve a oportunidade de visitar sítios históricos localizados em alguns municípios que compõem a Baixada Fluminense.

7

8



Figura 1: Nos encontros semanais, as discussões sobre a História da Baixada Fluminense.



Figura 2: No trabalho de campo, grupo reunido diante das ruínas da Fazenda S. Bernardino - Nova Iguaçu.

⁶ Para um balanço historiográfico mais completo sobre essa questão, ver: PUJOL, Javier Gil. “Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la Historia Política.” Pedralbes, nº 3, Barcelona, 1983. - p.p.: 61-88.

⁷ Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense.

⁸ O conceito de Baixada Fluminense é amplo e bastante fluido. Para tal projeto, consideramos a Baixada Fluminense como região formada pelos municípios que se desmembraram da antiga Vila de Iguassu (hoje Nova Iguaçu), posto que partilham de semelhantes características políticas, sociais e culturais. Para aprofundar essa discussão, ver:

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. In: VÁRIOS. “Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense.” Ano 4, nº 6, abril/2006 – Edição conjunta: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico, OLIVEIRA, Rafael da Silva. “Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre o seu crescimento latente”. In: _____ (org.). “Baixada Fluminense: novos estudos e desafios.” Rio de Janeiro: Ed. Paradigma, 2004 e SIMÕES, Manoel Ricardo. A



Figura 3: Diante das ruínas da sede da Fazenda de S. Bento – Duque de Caxias.

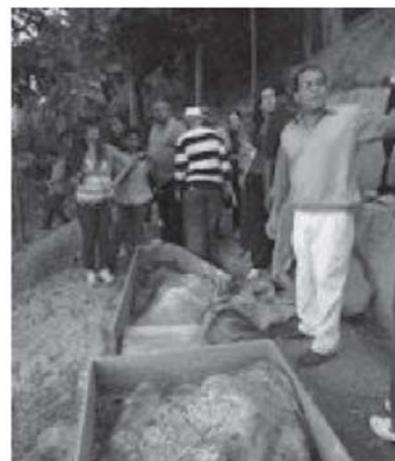


Figura 4: Ainda no bairro de S. Bento, em Duque de Caxias, visita ao sambaqui - vestígios de várias temporalidades.

Na segunda etapa, os encontros se destinaram às reflexões em torno das possibilidades teórico-metodológicas para a abordagem da História Local, junto ao público discente da Educação Básica. Nesta fase, contamos com o suporte dos professores-pesquisadores do NEA/UERJ, que palestraram sobre a análise de documentação textual e imagética⁹, bem como sobre o tratamento dado às fontes orais, instrumentos de grande valia para os historiadores do tempo presente. Encerrando-se a parte teórico-metodológica, colocamos em prática os conhecimentos adquiridos e as ideias surgidas durante os debates, realizando mais um trabalho de campo, dessa vez visitando sítios históricos em cidades do Vale do Paraíba Fluminense.



crescimento latente”. In: _____ (org.). “Baixada Fluminense: novos estudos e desafios.” Rio de Janeiro: Ed. Paradigma, 2004 e SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado. PPGG/UFF. Niterói: 2006.

Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Figuras 5 e 6: Equipe do NEA/UERJ ministra palestra sobre Teoria e Metodologia.



Figuras 7 e 8: Visita à Casa da Hera, em Vassouras e igreja, em Paty do Alferes, onde foi batizado Osório Duque Estrada.

A partir dos resultados obtidos com a realização dessas etapas, o projeto pretende dinamizar as experiências em sala de aula entre - principalmente, mas não exclusivamente - os docentes da rede municipal de Queimados. Durante a visita a Vassouras, alguns professores cursistas apresentaram projetos que se comprometeram a implementar junto às suas escolas, tendo como foco as relações estabelecidas entre seus alunos e a comunidade, a comunidade e a cidade, sua cidade e as vizinhas. Descortinar as memórias esquecidas, fazer falar as vozes, por vezes silenciadas, reconhecer a importância histórica da cidade onde se vive e perceber-se agente da história, enfim: acreditamos que as possibilidades de análise e construção do conhecimento, passando gradativamente de uma perspectiva micro, para a perspectiva macro, são múltiplas e instigantes tanto para professores quanto para alunos.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO FILHO, Nilson H. de. Emancipação do município de Queimados: breve ensaio. Monografia de Especialização: Lato Sensu/UFF, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. In: Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 4, nº 6, abril/2006 – Edição conjunta: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre o seu crescimento latente. In: _____ (org.). Baixada Fluminense: novos estudos e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Paradigma, 2004.

_____. O ouro e o café na região de Iguaçu: da abertura de caminhos à implantação da Estrada de Ferro. In: Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 3, nº 4, maio/2004 – Edição conjunta: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

PARÂMETROS Curriculares para o Ensino de História.

PEREIRA, Waldick. Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

PRADO, Walter. História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.

PUJOL, Javier Gil. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la Historia Política. Pedralbes, nº 3, Barcelona, 1983. - p.p.: 61-88.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado. PPGG/UFF. Niterói: 2006.

SOARES, Marcus Rosa. Ordens, desordens e contra ordens territoriais em Queimados – RJ. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/PPG, 2000.

SOARES, M. T. S. Nova Iguaçu. Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio. In: Revista Brasileira de Geografia, nº 2, ano XVII, Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

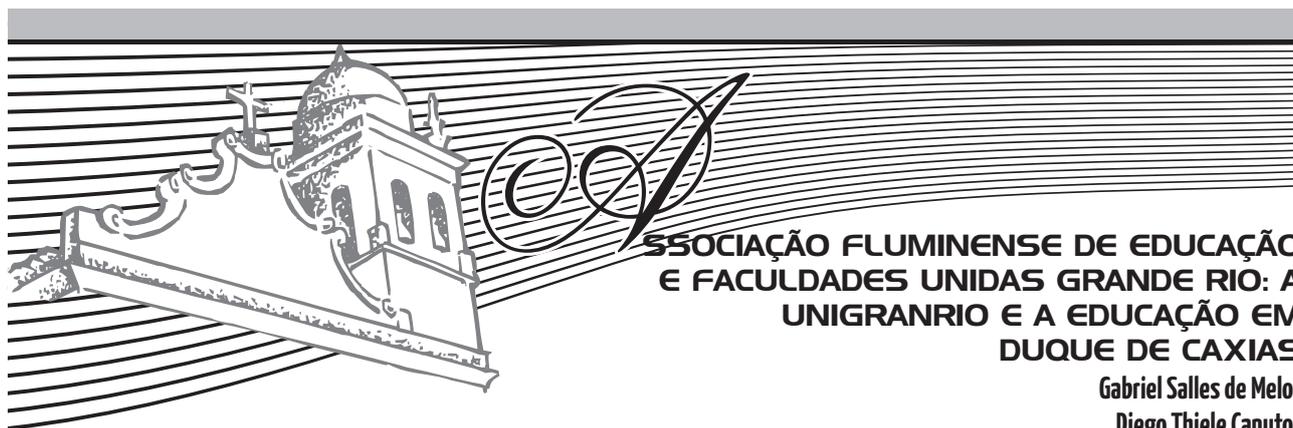
SOUZA, Marlucia Santos de. Apresentação sobre História da Baixada Fluminense, durante o curso de Pós Graduação Lato Sensu em História do Rio de Janeiro/UFF. Niterói: 2009.

_____. **Escavando o passado da cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias. Dissertação de Mestrado. Niterói: 2006.**

SOUZA, Sonali Maria de. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro: 1992.

_____. **A memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. In: TORRES, Gênesis (org.). Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti: IPAHB, 2004.**

TORRES, Gênesis (org.). Baixada Fluminense - a construção de uma história: sociedade, economia e política. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO E FACULDADES UNIDAS GRANDE RIO: A UNIGRANRIO E A EDUCAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS

Gabriel Salles de Melo²

Diego Thiele Canuto³

Tania Amaro⁴

Duque de Caxias, a partir de fins da década de 1960, passou por significativas transformações no que tange à educação, com o despontar das primeiras iniciativas no campo do ensino superior. No intento de compreender como se deu tal processo e quais foram suas consequências para o município, torna-se necessário analisarmos como se estruturava a educação na localidade, quais os principais problemas e de que forma a criação das primeiras faculdades viriam a modificar esse quadro. Nesse contexto, tiveram início as primícias da hoje renomada Universidade do Grande Rio – Unigranrio.

Na década de 1960, no município de Duque de Caxias, as dificuldades inerentes ao sistema educacional estendiam-se desde a alfabetização até o ensino superior. A não disponibilidade de vagas nas escolas era uma constante para as famílias que ali moravam, o que impossibilitava o acesso de grande parte da população às redes de ensino, sendo persistente o problema da precariedade do sistema educacional em Duque de Caxias. O parecer nº 210/70, de 13 de março de 1970, do Conselho Federal de Educação, ao tratar da situação do ensino na cidade, coloca:

(...) Para cerca de 58.000 alunos matriculados no ensino primário, o município dispõe de 1.777 professores, dos quais, mais da metade não possui, sequer, curso normal. Em relação ao ensino médio, a situação é ainda mais grave. No município de Duque de Caxias, para cerca de 12.000 alunos matriculados, existem 592 professores, dos quais apenas 50% possui diploma de faculdade de filosofia. Se se estender a análise à Baixada Fluminense, o índice cai a 30%.

Contudo, encontra-se uma divergência de dados, pois, segundo pesquisa feita por Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, de acordo com dados oficiais do IBGE, no alvorecer da década de 1970, existiam em Duque de Caxias, 65.569 estudantes matriculados no ensino primário, 19.520 estudantes matriculados no ensino médio e 191 estudantes de graduação no ensino superior. Ainda na mesma pesquisa, são fornecidos números e dados que nos ajudam a esboçar um panorama geral do município durante o período: a população de Duque de Caxias era de 431.345 habitantes, sendo 256.582 na sede; 476 indústrias, 3.600 estabelecimentos comerciais; 25 agências bancárias; 19 entidades de classe; 450 ônibus para o estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro). Além das informações já citadas,

¹Este artigo é fruto das pesquisas realizadas para o Trabalho de Conclusão de Curso da Unigranrio, requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História.

²Graduado em História pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy.

³Graduado em História pela Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy.

⁴Mestre em Letras e Ciências Humanas pela Unigranrio. Professora de História da rede estadual de ensino e da graduação em História da Unigranrio. Coordenadora do Núcleo de Memória e Documentação Institucional da Unigranrio e integrante da coordenação do Núcleo de Formação Geral da mesma Universidade. Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Parecer n.º 210/70, de 13/03/1970, do Conselho Federal de Educação, que reconheceu o Curso Superior de Formação de Professores para o Ensino Normal (Pedagogia), instalado no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, em 1966. In: LACERDA, 2001, p. 187.

ALMEIDA: 2010, p. 26

podemos contar, ainda, com dados que apontam para números que expressam o total abandono da educação no município, o que era persistente desde a década de 1950.

Os números do recenseamento 1950 revelavam que de 20.152 crianças com idade entre 5 e 14 anos, apenas 7.761 eram alfabetizadas e que dos 92.459 habitantes do município, cerca de 31.789 não sabiam ler e escrever. Em 1957, segundo dados da Agência de Estatística do Município, havia 10.000 crianças em idade escolar fora das salas de aula.

Ainda de acordo com Braz e Almeida, as condições físico-estruturais nas quais o processo educacional acontecia eram também muito precárias. Grande parte das escolas funcionava em imóveis alugados, sem infraestrutura adequada, sem carteiras e sem material de trabalho suficiente.

Isto posto, percebemos, implícito nos dados fornecidos pelas fontes, o grave problema enfrentado pelo município no que diz respeito à educação. Existia uma diferença desproporcional entre o número de alunos matriculados e o de professores formados disponíveis para lecionar. Isso indica não só a precariedade do ensino primário, de base, como também o imenso despreparo na formação de professores com ensino superior, devidamente qualificados para exercer a profissão.

Nas informações contidas na pesquisa de Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, notamos o número inexpressivo de duquecaxienses que cursavam o terceiro grau. Isto se dava, justamente, porque as primeiras faculdades do município só começaram a aparecer por volta do final da década de 1960 e começo dos anos de 1970.

Para amenizar a falta de docentes, as escolas utilizavam “professores leigos”, sem formação pedagógica. Assim, profissionais de outras áreas atuavam como professores; por exemplo, estudantes de Direito lecionavam Português, graduandos em Engenharia davam aula de Matemática, alunos de Medicina ministravam as aulas de Ciências e assim por diante.

Falta de graduandos interessados em regência de turmas, as escolas particulares incentivavam os portadores de diploma do antigo secundário a submeterem-se a uma prova chamada “Exame de Suficiência” da Diretoria de Ensino Secundário do MEC, implementado pela Inspeção Seccional de Niterói (CADES-RJ).⁸ Aos candidatos aprovados no exame, o MEC concedia o “Registro de Professor”, habilitando-os a exercer o magistério. Contudo, eram poucos os candidatos bem-sucedidos nessas provas, fazendo permanecer a carência.

Faculdades Unidas Grande Rio – O Início da UNIGRANRIO

Para pensar a educação no município de Duque de Caxias, entre as décadas de 1960 e 1970, deve-se incorrer na análise das instituições de ensino superior que surgem nesse período, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, mantida pela FEUDUC, e o Curso Superior de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), funcionando em salas cedidas do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira.

Além das instituições citadas acima, a hoje conhecida Universidade Grande Rio – Unigranrio – também teve a sua gênese durante essa época, a partir das Faculdades Unidas do Grande Rio. Sobre esta instituição de ensino superior, o fundador, professor José de Souza Herdy, já idealizava a criação de uma universidade, desde o início da instalação dos primeiros cursos. Durante o período que sucedeu a criação da Associação Fluminense de Educação (AFE), mantenedora das Faculdades Unidas Grande Rio, o professor Herdy trabalhou na preparação dos pedidos de autorização e na elaboração de uma estrutura que já visava a implantação da Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Segundo suas próprias palavras:

⁰⁷BRAZ; ALMEIDA: 2010, p. 73.

⁰⁸LACERDA: 2001, p. 187.

Fundação Educacional Duque de Caxias, criada em 25 de setembro de 1968. Disponível em <http://feuduc.com.br/fundacao/historia>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

¹⁰O CFPEN foi autorizado a funcionar por Decreto do Governador, publicado no Diário Oficial, de 23 de abril de 1966, fundamentado no Parecer nº 198/66, do Conselho Estadual de Educação/RJ.

que já visava a implantação da Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Segundo suas próprias palavras:

... quando lançamos a pedra fundamental de um estabelecimento de ensino, concebemos o projeto de uma universidade que honrasse os anseios do estudante brasileiro, integrasse o cidadão na dinâmica do mercado de trabalho regional, formasse o jovem dentro dos padrões modernos da tecnologia e da técnica, preparando-o, concomitantemente, para enfrentar os desafios culturais da pesquisa científica e para os sofismas do pensamento humano.

11

Segundo artigo da Revista AFE, de 1983, a própria ideia, de implantar uma universidade, começou, na realidade, em 1950, quando o professor Herdy assumiu o pastorado da Igreja Batista de Três Rios e, paralelamente, criou o Educandário Rui Barbosa. Dizia o professor que, nessa ocasião, já pensava em criar uma grande instituição de ensino que abrangesse o ensino superior. A região em que começou, no entanto, não disponibilizava as condições necessárias para a realização de seu projeto e, por isso, transferiu-se para a Baixada Fluminense, fazendo parte da criação da Associação Universitária que, mais tarde, viria a ser conhecida como Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu. Em seguida, o professor Herdy desvinculou-se da Associação junto com um grupo de educadores e deu início de imediato à montagem da AFE, que seria a entidade mantenedora de uma nova instituição de ensino superior. Porém, as intenções e planos de erguer uma Universidade foram interrompidos por problemas e desestímulos vários:



Sofremos os ditames e controvérsias que regulam o sistema educacional do país e tivemos várias vezes, que reformular os nossos projetos, redescobrir novos caminhos para alcançar o nosso objetivo. Mas, revigorados pela determinação, construímos, paulatinamente a infra-estrutura da Universidade.

12

Mesmo que, temporariamente, os planos tiveram que ser adaptados para a construção de uma faculdade, apesar de o professor José de Souza Herdy ainda ter como alvo a universidade. Durante o período em que a AFE era criada e os primeiros cursos das Faculdades Unidas começaram a funcionar, o município de Duque de Caxias passou a ser considerado “Área de Segurança Nacional”, por imposição do regime militar. Esse status permaneceu de 1971 a 1985 e, com isso, a população ficou impedida de eleger prefeitos durante 14 anos, sendo estes escolhidos e, posteriormente, nomeados pelo governador do Estado, depois de aprovado pelos militares que ocupavam o poder central.

Segundo Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, é preciso entender que a criação da Associação Fluminense de Educação estava inserida no contexto de uma modernização do ensino superior. Essas mudanças eram provenientes de um conjunto de tratados internacionais, entre Brasil e Estados Unidos, conhecidos como “acordos MEC-USAID”. Tal modernização viria para, primeiro, atender à demanda de mão de obra e recursos humanos nos diversos níveis de qualificação, a fim de serem integrados nos quadros das grandes empresas, nacionais e internacionais, e segundo, promover a adequação ideológica do indivíduo ao sistema de produção capitalista.

Valoriza-se a competição, em detrimento da solidariedade. A educação passa a ser encarada como um instrumento de ascensão profissional e social, e não mais como um elemento fundamental para a formação plena do indivíduo.

13

¹Professor José de Souza Herdy. In: AFE Revista: 1983. p.8

¹Professor José de Souza Herdy. In: AFE Revista: 1983. p.8

As novas diretrizes para a educação, impostas pelo governo, não se limitavam apenas ao ensino superior, mas também ao ensino fundamental e médio, antigos primeiro e segundo graus. Em muitos casos, essa reformulação do sistema educacional não condizia com a realidade, tanto que, mesmo em jornais da época, problematizações não deixaram de ser feitas. Em matéria publicada no jornal Folha da Cidade, de 22 de dezembro de 1973, é citado o Artigo 176, parágrafo 3º, inciso II, da Constituição Brasileira, que tornava obrigatório o ensino primário para os jovens de 7 aos 14 anos de idade, em estabelecimentos oficiais, sendo criado o primeiro grau ministrado em oito séries contínuas.

O oferecimento dessa escolaridade em oito séries a todos os brasileiros, a nosso ver, envolve inúmeros problemas. A título de exemplo, podemos citar as condições precárias dos prédios escolares que atendiam ao Curso Primário, a escassez de recursos financeiros para ampliá-los ou construir novas unidades escolares. Tais dificuldades vêm sendo enfrentadas pelos Governos estaduais e municipais e que até o momento, não se vislumbra o equacionamento do problema. Como implantar as oito séries do 1º Grau nas escolas de uma ou duas salas de aula? Como iniciar a sondagem de aptidões e iniciação ao trabalho em tais escolas?

14

Observamos, portanto, a partir da análise do artigo supracitado, que tais reformas educacionais objetivavam a inserção do jovem, na lógica do mercado, muitas vezes em detrimento da qualidade do ensino proporcionado.

Além disso, durante este período, o município carregava a reputação de ser extremamente violento e, geralmente, de imediato relacionado à figura do deputado Tenório Cavalcanti, também conhecido como “o homem da capa preta”. Os jornais e os demais meios midiáticos veiculavam uma imagem de “terra sem lei” para Duque de Caxias, um lugar somente de crimes, violência e contravenções diversas. De forma que a mera ideia de se construir uma faculdade no município tornava-se, no mínimo, desafiadora.

Apesar disso, em 2 de julho de 1970, o professor José de Souza Herdy fundou a Associação Fluminense de Educação, entidade mantenedora das futuras Faculdades Unidas do Grande Rio. Em 26 de junho de 1972, foram implantados os dois primeiros cursos da faculdade: Administração de Empresas e Ciências Contábeis, com cento e vinte alunos matriculados, compondo assim o ISES (Instituto Superior de Estudos Sociais). No ano seguinte, entrou em funcionamento a Faculdade de Educação, Ciências e Letras Grande Rio, com as licenciaturas plenas em Letras e Pedagogia.

Também é digno de nota, citar a participação da instituição fora da esfera do ensino superior. Segundo dados da Revista AFE de 1983, em março 1974, entrou em funcionamento o Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras Grande Rio – o Centro Educacional de Duque de Caxias (CEDUC), marcando, desta forma, o início das atividades da AFE no ensino de 1º e 2º graus, incluindo jardim de infância e classe de alfabetização.

O jardim de infância do CEDUC chamava-se Cantinho Feliz e, em seu currículo, estavam inseridos conhecimentos de Psicomotricidade, Educação Artística e Estruturas Lógicas, Infralógicas e Linguísticas. No primeiro grau, ou ensino fundamental, os alunos recebiam maior embasamento nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. O programa também previa sondagens de aptidões e iniciação para o trabalho, através de aulas práticas de escritório e técnicas comerciais. Programação de atividades esportivas nas aulas de Educação Física, excursões culturais e mostras de artesanato também estavam inclusas nessa fase do fundamental. Já no segundo grau, ou ensino médio, o CEDUC disponibilizava para os alunos uma diversidade de cursos técnicos: Técnico em Química, Técnico em Enfermagem, Formação de Professores de Educação Física, Formação de Professores de Primeiro Grau e Técnico em Contabilidade. No último semestre do curso, os futuros formandos faziam estágio em empresas, indústrias, hospitais e casas de saúde da região e do Grande Rio. O CEDUC também realizava cursos para jovens que já haviam concluído o segundo grau como, por exemplo, o Curso Especial de Prótese.

Sobre o início das atividades das Faculdades Unidas do Grande Rio, seu crescimento físico-estrutural também se integrava ao conjunto de modificações que a instituição provocou no espaço ao seu redor. Mais uma vez, recorrendo ao levantamento realizado por

¹⁴FOLHA da Cidade. Duque de Caxias: 22 de dezembro de 1973, p. 4.

¹⁵Informações fornecidas pelo professor Renato Cerqueira Zambrotti, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, em fevereiro de 2013. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

CEDUC disponibilizava para os alunos uma diversidade de cursos técnicos: Técnico em Química, Técnico em Enfermagem, Formação de Professores de Educação Física, Formação de Professores de Primeiro Grau e Técnico em Contabilidade. No último semestre do curso, os futuros formandos faziam estágio em empresas, indústrias, hospitais e casas de saúde da região e do Grande Rio. O CEDUC também realizava cursos para jovens que já haviam concluído o segundo grau como, por exemplo, o Curso Especial de Prótese.

Sobre o início das atividades das Faculdades Unidas Grande Rio, seu crescimento físico-estrutural também se integrava ao conjunto de modificações que a instituição provocou no espaço ao seu redor. Mais uma vez, recorrendo ao levantamento realizado por Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, no período inicial do funcionamento dos primeiros cursos, estes eram ministrados em um prédio alugado do Colégio São Jorge.

O prédio possuía três andares, cada andar com cinco salas de aula, cada sala possuindo em média quarenta e cinco metros quadrados. O prédio também possuía um ginásio com quinhentos e cinquenta metros quadrados, duas salas para a direção, com doze metros quadrados cada, uma biblioteca com quarenta e cinco metros quadrados e uma secretaria também com quarenta e cinco metros quadrados. As instalações poderiam atender quatrocentos e cinquenta alunos nas quinze salas de aula existentes. A biblioteca possuía quatro mil trezentos e quarenta e três volumes, dos quais três mil duzentos e trinta e dois eram especificamente de Direito, Ciências Contábeis e Administração. Tal espaço contava com dez mesas para a consulta e pesquisa, que poderiam atender em torno de vinte leitores. Faziam parte do patrimônio da AFE, trezentos e cinquenta carteiras escolares, além de projetores, copiador elétrico, toca discos e equipamentos de projeção para cinema, entre outros variados equipamentos didáticos.

A princípio, foi estabelecido um contrato de cinco anos para o uso das instalações, porém, logo após um ano de uso do prédio, em 1973, o Colégio São Jorge decidiu não renovar o contrato com a AFE.

Obviamente, isso causou um transtorno e um susto, uma apreensão muito grande. O professor Herdy estava na varanda do colégio olhando esse terreno aqui, que era uma pedreira (...). Cheia de altos e baixos, morro, pedras. (...). E um aluno, do curso de administração olhou e [disse]: “Professor, o senhor está apreensivo. O que está acontecendo?” (...). “Eu tenho que encontrar rapidamente, um colégio, um lugar para abrigar as turmas ano que vem”. E o aluno falou: “Conheço o proprietário desse terreno. Se o senhor quiser, a gente pode entrar em contato”.

Essas construções citadas pela professora Maria Vitória Souza Guimarães Leal, uma das funcionárias mais antigas da instituição, eram apelidadas, à época, de BNH, uma referência à empresa pública brasileira Banco Nacional da Habitação, que funcionou de 1964 a 1986, e que era voltada para o financiamento e produção de empreendimentos imobiliários, semelhante à Caixa Econômica Federal, atualmente. Estas tinham como objetivo servirem de salas de aula até que um prédio maior e definitivo fosse construído para comportar a já crescente quantidade de alunos que cursava os quatro cursos vigentes na instituição: Administração, Contabilidade, Pedagogia e Letras.

Rapidamente, ainda em meados de 1973, teve início à construção da estrutura que hoje abriga o Bloco A da Unigranrio e, tanto os moradores do município, quanto a mídia em Duque de Caxias, não deixaram de perceber o crescimento das Faculdades Unidas Grande Rio, mais conhecida popularmente como Faculdades da AFE, ou apenas AFE.

¹⁴ Informações fornecidas pela professora Maria Vitória Souza Guimarães Leal, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, em dezembro de 2012. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

Já se encontram em fase de acabamento as obras do primeiro bloco da sede própria da AFE, que será ocupado pelas faculdades de Ciências Contábeis, Administração de empresas e Direito (aguardando autorização do Conselho Federal de Educação). O prédio dispõe de 24 salas de aula, além de 12 salas para Administração, Departamentos Técnicos e Biblioteca, um total de 3.000 metros quadrados de área construída.

17

Ainda na mesma matéria do periódico Folha da Cidade, foi anunciada a futura construção do segundo bloco, planejada para ter início, em 1974, e que abrigaria os cursos de Engenharia. Ainda, há referência aos planos de construção de outro prédio, em 1975, para comportar os cursos da Faculdade de Educação.

Segundo dados encontrados na Revista Cenário - Unigranrio, “em março de 1974, foi criado o Centro Educacional de Duque de Caxias (CEDUC), atuando como Colégio de Aplicação, para o ensino de primeiro e segundo grau” e, ainda, no mesmo mês e ano, foi inaugurado o Bloco A da instituição.

18

Em 1980, entrou em funcionamento a Faculdade de Ciências da Saúde Grande Rio (FACISA), com o curso de Odontologia. Em 1981, inaugurou-se o curso de Enfermagem e Obstetrícia e, (...) no dia 5 de agosto, inaugurou-se o curso de Farmácia...

19

Nota-se, deste modo, que as então Faculdades Unidas Grande Rio tiveram um rápido processo de expansão na sua estrutura, já nos primeiros anos de funcionamento. Não apenas isto, mas de acordo com a matéria da Folha da Cidade, de 22 de dezembro de 1973, na qual são expostos os planos de construção e ampliação da instituição, de forma detalhada e específica, vislumbra-se a certeza de que houve o planejamento prévio de uma instituição de educação de proporções maiores do que as demais instituições de ensino superior já existentes em Duque de Caxias.

O objetivo inicial não foi apenas a criação de uma faculdade, com alguns cursos para suprir as necessidades urgentes de educação de nível superior da cidade. Desde a criação da Associação Fluminense de Educação, o discurso e as ações do seu fundador, professor José de Souza Herdy, indicavam a existência de todo um projeto estratégico para a construção de uma universidade de grande porte.

Porém, antes que o projeto pudesse avançar para essa fase, um acidente de trânsito, no dia 15 de fevereiro de 1989, tirou a vida do professor Herdy. Caberia então ao seu filho, professor Arody Cordeiro Herdy, dar continuidade ao projeto da universidade.

Universidade do Grande Rio: repercussão sobre o município

No que diz respeito à relação dessa instituição com a cidade, podemos afirmar com base em periódicos da época e com base na própria memória dos primeiros funcionários da Unigranrio que, desde a inauguração da faculdade, com seus primeiros cursos, esta não passou despercebida.

Ainda segundo depoimentos de funcionários mais antigos e pessoas próximas ao professor Herdy, desde o início as Faculdades Unidas Grande Rio sempre tiveram a preocupação de implementar projetos de extensão de serviços sociais à população mais carente de Duque de Caxias.

20

¹FOLHA da Cidade: 1973, p.1.

¹REVISTA Cenário: [2007?], p. 3.

¹⁹AFE Revista: 1983, p. 3

²⁰Informações fornecidas pela professora Maria Vitória Souza Guimarães Leal, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, em dezembro de 2012. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

Então, [a AFE] usou a população local, no melhor sentido da palavra, para que os nossos alunos treinassem e [pudesse beneficiar] também esse público, que é desassistido mesmo, com muitas carências. Então isso gerou para nós uma ideia de que (...) entende os ciclos, as redes de solidariedade dessas pessoas, e (...) gerou, também, tecnologia para atender isso.

21

Entre as iniciativas citadas, podemos destacar a criação de escolas comunitárias em comunidades carentes do município, o consultório dentário móvel que prestava atendimento nas favelas e o “trote universitário social”, que consistia da coleta de alimentos não perecíveis com a finalidade de fazer doações.

Em 1980, foi criado o LABORAFE, Laboratório de Análises Clínicas da AFE, uma clínica comunitária das Faculdades, que visava atender o público mais carente. Tinha capacidade de realizar em torno de 500 exames por dia e ficava aberto de 7 horas e 30 minutos até as 19 horas. Segundo a Revista AFE, “o Laboratório de Análises Clínicas, dentro da política de atender a comunidade, oferecia exames a preço de custo”.

22

Também em março de 1989, foi criada a nova ODONAFE, clínica dentária da instituição que atendia em média 2.000 pessoas por mês e também tinha o objetivo de atingir setores sociais menos favorecidos.

Outro compromisso traçado pela instituição, além da questão da assistência ao público mais carente, foi com a disseminação da cultura. Desde a criação das Faculdades Unidas Grande Rio, projetos e núcleos visando à disponibilização de cursos de música, aulas de violão, pintura e artesanato eram frequentes. O próprio professor Herdy e sua família, junto com alguns funcionários da AFE, fizeram parte de um coral. Este era coordenado pelo Setor de Músicas e Artes da AFE (SEMAFE), e chegou, inclusive, a lançar alguns LPs. Além de outros tantos projetos e as diversas Semanas da Cultura.

Sentindo a necessidade de aliar aos aspectos teóricos vitais e práticos do Curso Superior das Faculdades Unidas do Grande Rio, cujo organismo voltado à formação profissional, não poderia estar obscurecido também em relação à difusão dos valores culturais, é que nasceu a ideia de abrir um espaço em nosso Calendário de Atividades para a “Semana da Cultura”, que é voltado especificamente para o público da terceira idade e consiste numa série de iniciativas que objetivam aprimorar a qualidade de vida das pessoas idosas que participam dele. No projeto, existem os festivais de música “Silvio Caldas” e “Chiquinha Gonzaga”. Os dois objetivam trazer à memória do público as obras desses dois grandes compositores; o segundo, especificamente, visando exaltar o elemento da participação feminina na construção da nossa cultura.

Portanto, percebemos com base na análise das fontes que, desde o princípio da construção das Faculdades Unidas Grande Rio, as bases já estavam sendo lançadas para a criação de uma universidade. O projeto já visava às proporções atingidas ao longo dos anos subsequentes.

Além disso, fica claro o diferencial da instituição que busca, através de eventos culturais, assistência médica comunitária, entre outras medidas, visando o bem estar social, a integração com a população do município de Duque de Caxias.

²¹Informações fornecidas pelo professor José Luis Rosa Lordello, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, em março de 2013. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

²²AFE Revista: 1983, p. 27.

²³Informações fornecidas pela professora Maria Vitória Souza Guimarães Leal, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, em dezembro de 2012. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

²⁴AFE Revista. Duque de Caxias, 1987. p. 12.

Obviamente, por eu ter visto isso aqui nascer, por ter visto isso aqui crescer, [me sinto] um pouco família. É um pouco de sangue da gente que está aqui e eu gosto muito. Tanto que eu já poderia estar aposentada, já me aposentei pelo INSS, há muitos anos, mas eu nem penso em sair daqui.

25

(...) eu diria que a Unigranrio é uma instituição que eu não poderia pensar a evolução de Caxias sem a existência dela.

26

A Unigranrio para mim é tudo. O estar aqui, para mim, significa sobrevivência, significa respirar, significa viver e sem precisar ser, aí é que está o bonito, sem precisar ser um demagogo, sem precisar ser aquele bajulador, sem precisar ser aquele que vai derrubar alguém pra ficar na posição que está. Isso porque é pessoal, é muito pessoal, isso é história de vida.

27

Observamos deste modo, que o surgimento da Unigranrio estava inserido em um processo que teve início em fins dos anos 1960, de inserção do ensino superior no município de Duque de Caxias. As pessoas que viviam em Duque de Caxias experienciaram mudanças e os relatos mostram que foram afetadas por elas, tanto os que participaram ativamente como funcionários das então Faculdades Unidas Grande Rio, quanto aqueles que moravam na localidade. É importante também afirmar que as Faculdades que deram origem à Unigranrio conseguiram se firmar e adequar às transformações do contexto histórico e educacional do país ao longo das últimas décadas.

A partir de então, outras faculdades também viriam a se instalar em Duque de Caxias, porém apesar de significativas mudanças na estrutura educacional do município, percebemos que muitos dos problemas existentes décadas atrás ainda permanecem. Muito ainda precisa ser feito para que tanto o ensino superior quanto a educação de base de qualidade tornem-se acessíveis para toda a população.



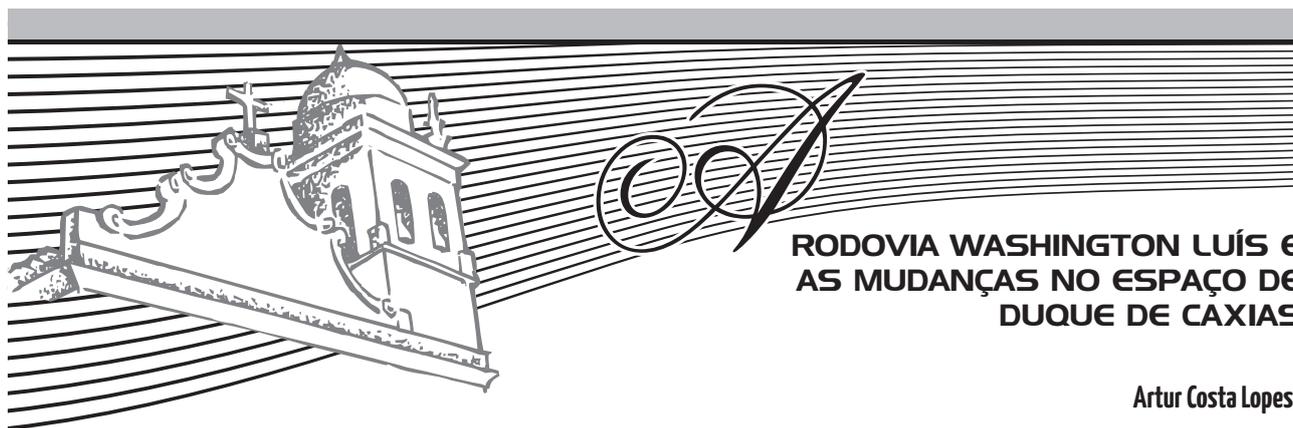
²⁵Informações fornecidas pela professora Maria Vitória Souza Guimarães Leal, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, em dezembro de 2012. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

²⁶Informações fornecidas pelo professor Lindonor Gaspar de Siqueira, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, março de 2013. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

²⁷Informações fornecidas pelo professor Carlos de Oliveira Varella, em entrevista ao Núcleo de Memória e Documentação da Unigranrio, em maio de 2013. Acervo Banco de Oralidade do Numedoc / Inova / Unigranrio.

Referências Bibliográficas

- AFE Revista. Na História da AFE, a força do idealismo. Duque de Caxias: Associação Fluminense de Educação, 1983.
- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Os primórdios da Associação Fluminense de Educação (AFE). In: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. Disponível em <http://publicações.unigranrio.com.br/index.php/reihm/article/view/1219/806>. Acesso em 03 de janeiro de 2013.
- ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro de. Olhares sobre uma cidade refletida: Memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950 – 1980). Dissertação de Mestrado. Duque de Caxias: Unigranrio, 2012.
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.
- FOLHA da Cidade. Duque de Caxias, 22 de dezembro de 1973.
- LACERDA, Stélio. Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Fragmentos de Memória e Registro Diversos. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.
- _____. A Emancipação Política do Município de Duque de Caxias (Uma Tentativa de Compreensão). In: Pilares da História. Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, ano II, n° 3, dezembro/2003.
- _____. Tempos de Ginásio. Rio de Janeiro: Edições Lorena, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- NUMEDOC/INOVA/UNIGRANRIO. Relatório das Atividades do Núcleo de Memória e Documentação Institucional / Inova / Unigranrio: 2012. Duque de Caxias, 2012.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva (Organizador). Baixada Fluminense – Novos Desafios. Rio de Janeiro Paradigma, 2004.
- REVISTA Cenário, [Duque de Caxias?], [2007?].
- SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade – A Construção do Poder Político Local em Duque de Caxias (1900 – 1964). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.



RODOVIA WASHINGTON LUÍS E AS MUDANÇAS NO ESPAÇO DE DUQUE DE CAXIAS

Artur Costa Lopes¹

Introdução

Como pode uma via de acesso da importância da rodovia Washington Luís não possuir um estudo aprofundado revelando sua trajetória e relevância para o Rio de Janeiro?

O referido trabalho foi realizado a partir de inquietações pessoais a respeito de se expandir estudos relacionados à Baixada Fluminense no que diz respeito estradas no século XX, mais especificamente a citada acima. Tendo lido e comentado sobre alguns artigos sobre a Estrada do Comércio e dos Caminhos do Ouro, perguntei-me: por que não há algum material acadêmico específico, escrito sobre essa rodovia? Essa que se apresenta tão estratégica, no sentido de estar localizada numa área altamente industrializada e com uma movimentação populacional de grande porte.

Como a inauguração da Rodovia Washington Luís perpassa o período de vigência do Estado Novo, há uma mudança maior na mentalidade da população. Essa mudança ocorreu em várias vertentes, uma vez que, de qualquer maneira, modificou-se o tipo de governo (não democrático) mudando, também o ideário do povo. Contudo, sempre com a influência da mídia, que possuía em meados do século XX, o rádio e os jornais (periódicos) como suas principais vias de comunicação direta com a população.

Portanto, essa rota faz parte da vida diária de milhares de pessoas, por isso a relevância principal dessa pesquisa diz respeito ao retorno que essa discussão pode trazer, principalmente para os moradores, sobre a contribuição para uma ampliação da noção de como esse espaço foi e está sendo ocupado.

O referencial teórico dessa pesquisa se baseia nos escritos de Henri Lefebvre (1973) – além de outros autores (GUINZBURG; HALL) - para discutir o conceito de espaço e a hipótese da urbanização completa da sociedade substituindo o campo, além das relações de pertencimento e de identidade com a das pessoas com a rodovia. Dessa forma, desenvolver as questões: quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir?

O objetivo do estudo, ainda em andamento, é explorar a questão de como foi transmitida, através da mídia impressa, a notícia da inauguração para a população, tal como essas transformações no espaço foram analisadas por moradores do entorno.

Sua metodologia se baseia na análise do material produzido pela mídia na época da inauguração. Entretanto, para haver um contraponto às notícias desses diferentes meios de comunicação, estão sendo realizadas entrevistas com moradores mais antigos que ainda vivem em bairros situados nas margens da rodovia. Para tal utilizamos, a História Oral retratando experiências vividas por pessoas que viveram o mesmo momento, porém, que possuíam outras visões.

Breve histórico da rodovia

A cidade de Duque de Caxias, mesmo antes de sua emancipação em 1943, recebeu uma leva de imigrantes, nordestinos em sua maioria (SOUZA, 2003), que começaram a aumentar a demografia da cidade, dessa forma, a necessidade de meios de transporte

¹Artur Costa Lopes, mestrando em Etnomusicologia pelo PPGM-UFRJ. Atualmente, atua como professor de História pelo Estado do Rio de Janeiro e de Música pela Prefeitura do Rio de Janeiro. lopes1958@hotmail.com

Breve histórico da rodovia

A cidade de Duque de Caxias, mesmo antes de sua emancipação em 1943, recebeu uma leva de imigrantes, nordestinos em sua maioria (SOUZA, 2003), que começaram a aumentar a demografia da cidade, dessa forma, a necessidade de meios de transporte de massa começou a se desenvolver, visto que, a substituição do trem pelos automóveis estava sendo mais intensa, devido, principalmente a chegada de produtos importados, que tiveram grande impulso com JK e, posteriormente, com os presidentes militares na década de 70 (GIAMBIAGI; VILLELA, 2005).

Nesse contexto, nasceu uma variante (uma espécie de desvio por um caminho mais reto e largo) da estrada Rio Petrópolis, que já era conhecida dos moradores da região desde 1928, quando foi inaugurada pelo então presidente Washington Luís, que tinha como lema principal: "Governar é abrir estradas" (DEBES, 2001). Entretanto, os anos 40 e 50, trouxeram um maior dinamismo para as estradas brasileiras, devido ao incentivo dado ao petróleo e ao caráter nacionalista e centralizador de ligar as cidades do Brasil por Getúlio Vargas, tendo continuidade nos governos seguintes (GOMES, 1988).

Essa variante acaba se tornando o principal meio de ligação entre a Avenida Brasil e a serra de Petrópolis, além da Rio-Teresópolis, porém após a década de 90 surgem outros entroncamentos rodoviários como a Rodovia Presidente João Goulart (linha Vermelha) que facilitam o acesso à variante.

Um resquício que ainda temos do nome "variante" é a linha de ônibus "Periquitos x Variante" que nada mais é do que um coletivo que passava por essa rota, assim como muitos outros que estavam sendo criados, que levavam as pessoas do centro a localidades periféricas que estavam começando a ser loteadas (BRAZ, 2006).

Esse novo acesso, apesar de ter sido criado com o principal intuito de desviar um caminho e encurtar o tempo de viagem da capital até a serra, acabou trazendo uma movimentação bastante considerável para a economia de Duque de Caxias, pois, às suas margens instalaram-se empresas que hoje podem ser consideradas o principal motor para a economia da Baixada Fluminense.

Dentre elas, podemos citar a REDUC (que trouxe, junto com sua inauguração, diversas outras indústrias ligadas a derivados de petróleo e produtos químicos), fundada ainda na década de 60 e, posteriormente, o Polo gás-químico. Além dessas, se instaurou um polo moveleiro, sem contar com os feirões de malhas, transportadoras, o parque gráfico do jornal O Globo, o Caxias Shopping e três casas de shows de médio porte que mostraram uma nova visibilidade à rodovia e seu entorno.

Porém, esse "desenvolvimento" também trouxe consequências prejudiciais para a população do entorno, principalmente no que diz respeito à questão ambiental, onde não se pode deixar de citar os rios que a rodovia corta e o aterro sanitário de Gramacho, esse que foi desativado no ano de 2012, estava situado entre a baía de Guanabara e a rodovia, fato que facilitou durante muito tempo para que a cidade recebesse o lixo de quase toda a baixada fluminense e do município do RJ.

A modificação no espaço urbano

Segundo Febvre, existem inúmeros conceitos para a palavra espaço, nos quais podem destacar os espaços físico, mental e social (LEFEBVRE, 1974), portanto, pode ser entendido de várias maneiras, dependendo do ponto de vista que for analisado. No caso desse trabalho, será recorrente o discurso de que a produção do espaço não implica numa leitura ortodoxa da produção-circulação-consumo, ou mesmo da espacialização do valor. O conceito possui um sentido histórico e sócio-cultural por conter uma dimensão temporal, subsumindo a historicidade do conceito de trabalho e uma dimensão espacial definida no momento da objetivação do trabalho concreto e do trabalho abstrato (GODOY, 2008).

A partir do estudo de uma rodovia e suas transformações no entorno, esse conceito de produção do espaço é bastante pertinente, pois destaca a intercessão entre o trabalho concreto e o abstrato, ou seja, a produção de produtos se torna impessoal enquanto a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos (FEBVRE, 2006).

Portanto, o espaço será aqui entendido, não apenas do ponto de vista puramente geográfico, mas histórico, cultural e sociológico, visto que a metodologia de análise desse trabalho prioriza abordar um contexto geral, valorizando o espaço físico e social, mesmo se tratando de um recorte temporal e espacial-micro, pois de acordo com Stuart Hall (HALL, 2006), a mudança de pensamento do sujeito moderno para o pós-moderno começa a destruir as barreiras das classes sociais, no que diz respeito ao

Portanto, o espaço será aqui entendido, não apenas do ponto de vista puramente geográfico, mas histórico, cultural e sociológico, visto que a metodologia de análise desse trabalho prioriza abordar um contexto geral, valorizando o espaço físico e social, mesmo se tratando de um recorte temporal e espacial-micro, pois de acordo com Stuart Hall (HALL, 2006), a mudança de pensamento do sujeito moderno para o pós-moderno começa a destruir as barreiras das classes sociais, no que diz respeito ao sistema de informações, contudo, essa recepção não possui a mesma contra resposta dos públicos diferentes.

Dessa maneira, o papel do homem na construção do espaço pode ser fundamental não apenas na construção, mas na re-construção (transformações) ou re-construções. Entretanto, os meios de comunicação (destacando os da década de 50 de mídia impressa) não deram essa valorização, enaltecendo outros aspectos como símbolos, grandes personagens e termos puramente técnicos, o que Febvre chama de espaços matemáticos (FEBVRE, 2006).

Outra questão a se debater sobre as décadas de 40 e 50, diz respeito ao conceito de modernidade, pois com o fim da Segunda Guerra, iniciou-se um novo tipo de pensamento sobre esse conceito. Intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros- ISEB- por exemplo, planejam um novo tipo de projeto desenvolvimentista para o Brasil, onde o industrialismo, o ensino tecnicista, a abertura gradual para o mercado externo e o rodoviário ganhariam um lugar de destaque nos planos do governo (HOBSBAWM, 2002. Pg259). Sendo que, esse último fator se apresenta com bastante intensidade no Brasil e em muitos países considerados “subdesenvolvidos” por conta, principalmente, do incentivo a utilização de derivados do petróleo como combustíveis para os novos automóveis caminhões e ônibus que começavam a fazer parte da rotina dessas sociedades (HOBSBAWM, 2002. Pg259).

Com relação aos projetos rodoviários, observamos uma espécie de elo com o governo Washington Luís, pois, apesar de Vargas, ter desenvolvido inúmeras estradas de rodagem, o impulso foi maior com os presidentes que o sucederam, como o de Dutra e, principalmente, o de J. K. e dos militares a partir de 1970.

Um exemplo concreto desse incentivo fiscal ao rodoviário como elemento de modernidade, foi a instalação da empresa alemã Volkswagen, que construiu fábricas em diversos países da África e América, nos anos 1960, completando um processo transnacional de manufatura em que vivia o mundo ocidental em tempos de Guerra Fria (HOBSBAWM, 2002).

A inauguração da rodovia e o papel da mídia

As fontes utilizadas para a inauguração da rodovia são oriundas de periódicos da década citada, como Jornal do Brasil, A noite, Correio da Manhã e Gazeta de Notícias, além da Revista do Ministério dos Transportes intitulada Rodovia, que apresentou bastantes detalhes técnicos sobre o tema.

Na década de 1940, grande parte dos acontecimentos importantes no Brasil tinha como pano de fundo o Estado Novo, assim como sua posterior decadência. Portanto, as notícias aqui relatadas devem ser observadas de maneira cuidadosa, visto que havia uma forte censura nos meios de comunicação, com uma particularidade na revista Rodovia que é fruto do próprio governo. Esta representa bastante os interesses do Estado Novo, pois é parte do projeto de Vargas.

Mesmo que o período analisado fosse a década de 50 (posterior ao governo ditatorial) a revista ainda possuía essas características e os jornais, pelo que foi analisado seguiram a mesma linha de pensamento, por isso, em seus escritos, sempre aparece uma forma de enaltecer a figura do “líder do povo”, mesmo que de forma implícita.

³Vale lembrar que esse acontecimento culmina, no Brasil, com o término do período de governo de Getúlio Vargas.

⁴Com o fim do Estado Novo a face da revista foi se modificando, acompanhando os sucessivos ministros dos transportes de então, enalteceu uma linguagem culta e de maneira que engrandecesse o governo com suas obras públicas

Precisamente as 9 horas de 6 de janeiro corrente, o general Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República acompanhado pelo ministro José Pereira Lira e Sr. Carlos Alberto de Aguiar Moreira chegou a ponte sobre o rio Meriti, interceptada pela fita simbólica auriverde e antes da qual se encontrava o monólito com a placa alusiva à inauguração da variante Rio-Petrópolis (...)



Fonte: Revista Rodovia. Janeiro de 1950. N. 119. p. 9.

Com 13 Km de extensão, essa nova alternativa para a população se localizava do entroncamento com a Av. Brasil até o Bairro do Pilar, encurtando o caminho de Petrópolis ao Rio em quatro quilômetros e desafogando o trânsito, uma vez que antes se passava por uma avenida bem mais estreita e que se situava no centro da cidade.

Sua construção possuía⁶ um estilo bastante moderno para os padrões da época, apresentando pistas largas (duas pistas de sete metros de largura, cada), separadas por um canteiro central. Este era composto por gramado e com um renque de “capim-limão”, que tem o objetivo de interceptar o ofuscamento dos faróis em sentido contrário. Suas laterais externas são compostas por acostamentos de 2,5m de cada lado, também gramados, além de uma faixa de domínio de 30 metros, prevendo, assim, a construção de pistas para tráfego local.

Como já dito anteriormente, um dos objetivos da construção dessa nova via de acesso era de tornar mais rápido e curto o trajeto da então capital da república para Petrópolis⁷, porém, a intenção do governo de demonstrar sua “magnitude e grandiosidade” para com as obras públicas, ficou bem clara nos escritos da revista. Por isso, ela não deixa de apresentar que a Nova Rio-Petrópolis, como já dito, tinha uma estrutura totalmente moderna para a época, se relacionarmos com outras Estradas de Rodagem Brasileiras dos anos 50, pois, no mesmo ano da inauguração dessa rodovia, outras também surgiram com as mesmas características, onde a mais marcante (ainda desse ano) é a rodovia Presidente Dutra, que surge em 15 de julho com o trecho inicial de Parada de Lucas no distrito Federal a Garganta de Viúva da Graça no estado do Rio de Janeiro, compondo, então um trecho de 46 km, pavimentados e prontos para a utilização.

⁵ Revista Rodovia. Dezembro/ 1950, p. 7.

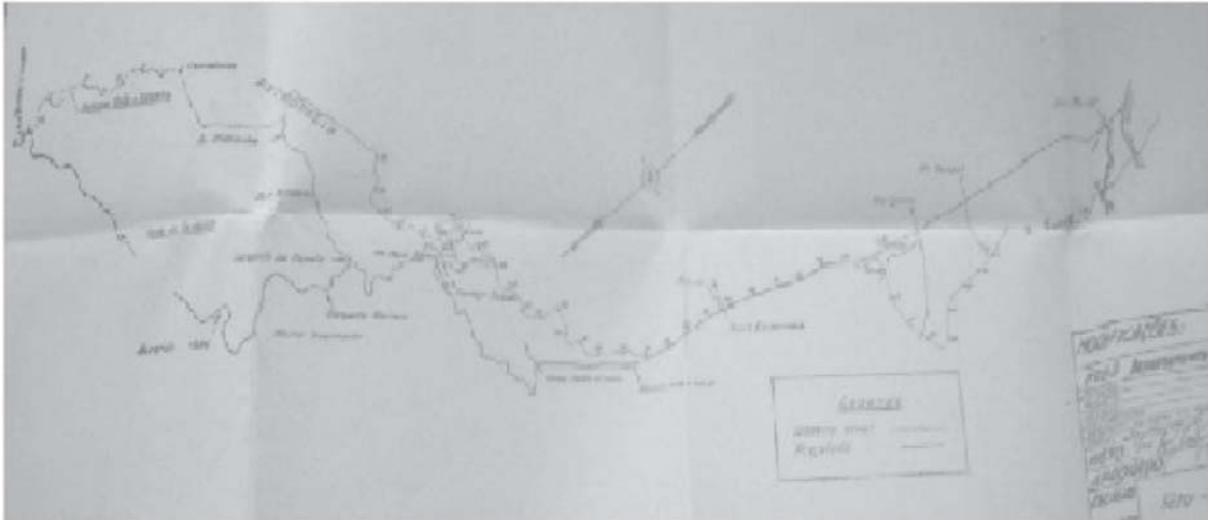
⁶ Revista Rodovia. Janeiro de 1950. N. 119. p.9

⁷ Revista Rodovia. Janeiro de 1950. N. 119. p.9

As extensões territoriais são explicitadas na revista Rodovia como vemos abaixo:

A variante da Rio-Petrópolis (trecho da BR 3, Rio-Belo Horizonte) encontra-se a direita da Avenida Brasil, a 17 km da Praça Mauá, no Rio de Janeiro. Sua extensão é de 13 km, entre a Avenida Brasil e Pilar, localidade onde alcança a antiga estrada. Em relação ao percurso anterior, que tem 17 km. O encurtamento geométrico é de 4 km, sendo o virtual consideravelmente maior.

9



Por conta, principalmente, da velocidade e trânsito menos intenso, essa estrada foi suprimindo a antiga Rio-Petrópolis. Apesar de ser uma rota interestadual, beneficiou demais os moradores de Duque de Caxias que habitavam regiões periféricas e bairros que começavam a ser loteados e que, portanto, começavam a causar um inchaço na atual Presidente Kennedy.

O jornal Correio da Manhã destacou, em sua segunda página, a seguinte notícia:

Pelo presidente da República será Hoje às 9 horas inaugurada a variante da estrada Rio Petrópolis, que partindo da Avenida Brasil, vai até Pilar, no Estado do Rio, numa extensão de 13 quilômetros, encurtando o caminho para Petrópolis de quatro quilômetros. A nova variante evitará a passagem por Caxias, sendo grande o seu afastamento dessa cidade fluminense, onde de agora em diante o tráfego ficará muito desafogado, e também num trecho de 17 km de estrada velha para Petrópolis, pois só no fim desse trecho é que vai ter a nova variante.

10

A inauguração Variante da Rio-Petrópolis foi um acontecimento importante a nível estadual e nacional, pois, fazia parte de uma transformação e renovação, assim como ocorrido em outros locais do país no que diz respeito à modernidade de construção de estradas de rodagem. Também por estar presente no então Estado da Guanabara ao lado da capital federal, pois vale lembrar que Brasília só se constitui como tal nos anos 60.

Por isso sua inauguração foi tão pomposa, tendo, inclusive, a participação do Presidente da República e de outras figuras importantes da política nacional. Todavia, assim como a transferência da capital para o Brasil traria sérios rombos nos cofres públicos essa, como outras rodovias criadas na época, não foram diferentes, como é visto nos escritos abaixo:

Após o hino nacional, o General-Presidente Eurico Dutra descobriu a placa comemorativa e, descerrando o laço que detinha o tráfego na ponte sobre o rio Meriti, entregou ao uso público a variante da Rio-Petrópolis, com 13 km de

⁹Revista Rodovia Janeiro/ 1950, p. 7.

¹⁰Jornal "Correio da Manhã", 6 de Janeiro de 1950 p. 2.

público a variante da Rio-Petrópolis, com 13 km de extensão, cujo custo se elevou a cerca de 60 milhões de cruzeiros.¹¹

Essa rodovia surgiu no período vigente de Eurico Gaspar Dutra, como mostra as notas dos periódicos. Esse governo foi caracterizado, principalmente, por uma política de acatar os objetivos de interesse da classe dominante, visto que em suas ações internas estavam presentes fatores que o diferenciavam fortemente do governo anterior que eram a

redução da intervenção do Estado na economia, o aperfeiçoamento da assistência estatal nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, a adoção de uma política econômica liberalizante, de forma a facilitar o acúmulo de capital às custas de baixos salários e a expansão das empresas estrangeiras¹²

Essa oposição ideológica e prática ao Estado Novo de Vargas havia sido adequada à burguesia para uma acumulação primitiva de capital. Depois disso, já fortalecida, o Estado tornou-se um obstáculo, e a burguesia passou a querer participar mais de perto nas decisões governamentais. Portanto, Abriam-se as portas da economia brasileira a inúmeras importações norte-americanas sendo, a moeda de então, o Cruzeiro, desvalorizada, para tentar evitar o crescimento excessivo das importações. Nesse contexto, a nova Rio-Petrópolis trouxe para a cidade de Duque de Caxias uma maior visibilidade, que já podia ser observada com a implementação da antiga Rio-Petrópolis, porém em um grau muito menor.

Entretanto, como afirma Febvre, o capitalismo conseguiu atenuar (sem resolver) durante um século as suas contradições internas, porém, como o mesmo autor indaga, qual o preço disso? Não há números que exprimam. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço (FEBVRE, 1973).

Portanto, a população ainda “paga” o preço de uma ocupação do espaço planejada apenas por um lado da sociedade, que nesse caso era uma elite política e industrial que observava, nessa área uma grande alternativa de alojar indústrias e estender bairros através da venda de loteamentos. Fato que resultou em verdadeiros crimes ambientais e contra a saúde pública, pois, numa parte dessa rodovia existem indústrias altamente tóxicas que provocam danos lentos, porém significativamente cruéis, à população do entorno (SOUZA, 2002).

A Gazeta de Notícias, de 7 de janeiro, foi o jornal que dedicou mais páginas ao assunto. Já na capa ele destaca com a chamada “Inaugurada a variante Rio-Petrópolis” e segue com um subtítulo dizendo que “Trará economia de percurso entre a capital federal e a cidade serrana”. Essas duas frases resumem muito bem a intenção do jornal em retratar de forma positiva a nova rodovia, principalmente no que diz respeito à redução do tempo entre os moradores da antiga capital federal (RJ) e a cidade imperial. O periódico ainda discorre sobre os dados técnicos e inovadores da variante dando ênfase ao dezafoamento do trânsito que, como diz o jornal, estava pesadíssimo, pois, servia de acesso à

O periódico também mostra os gastos empreendidos pela construção da rodovia, entretanto, contrapõe, apresentando os benefícios econômicos que trarão para o motorista nessa nova rota.

Petrópolis, à atual estrada de Teresópolis, à União Indústria, à Rio-Bahia em futuro próximo, à nova rodovia Rio-Belo Horizonte, à rodovia Niterói-Campos-Vitória-Feira de Santana, e à nova Teresópolis-Friburgo que deverá ser construída¹⁴

¹¹Revista “Rodovia” dezembro, 1950, número 119, p. 7.

¹²BASTOS: 2001.

¹³Disponível em <http://elogica.br.inter.net/crdubeux/hduttra.html>. Acesso no dia 23 de setembro de 2008.

¹⁴Gazeta de Notícias 7 de janeiro. p.1

O custo da variante Rio-Petrópolis atingiu cerca de 60 milhões de cruzeiros (...) a coletividade será beneficiada com uma economia, unicamente em combustível, de cerca de 4 milhões de cruzeiros por ano, resultante do encurtamento de 4 km sobre o antigo percurso, sem considerar a melhoria das condições técnicas. A economia em tempo é estimada em 350.000 horas anuais

15



Fonte: Revista Rodovia. Janeiro de 1950. N. 119. p.8

A reportagem do jornal A Noite de 7 de janeiro de 1950, assim como o Correio da Manhã (pois esse segundo também noticiou essas palavras) engloba a inauguração dessa rodovia a outros feitos do governo no resto do Brasil, dando ênfase para uma rota muito utilizada atualmente, que é a Rio-Bahia.

A inauguração da nova variante da Rio-Petrópolis não mostra apenas o interesse do governo pela abertura de novas vias de comunicação, como exige o teor de uma política rodoviária das mais adiantadas. Mas deve significar que não se restringe ao Rio e arredores o desejo de abrir estradas. No norte e no centro-sul a dinâmica rodoviária está em plena ebulição. A Rio-Bahia, ainda agora percorrida de automóvel pelo Sr. Juraci Magalhães, que viajou para Salvador em poucos dias, e também batida, de Recife ao Rio em pouco mais de 48 horas, por um comerciante de Pernambuco. A estrada General Dutra, que unirá o Rio a São Paulo em 8 horas; a ligação com Mato Grosso a cargo de batalhões do exército; as estradas que no norte ligam vários estados; a trans-brasiliana que tornará possível, dentro de algum tempo a viagem Belém-Rio. Tudo isso está em plena execução e algumas já concluídas numa síntese de atividades administrativas nesse setor.

16

A manipulação feita pela mídia foi bastante eficaz a favor do governo, que, mesmo se apresentando democrático, poderia possuir forte influência sobre os meios de comunicação, tendo em vista o cunho das reportagens.

Vale ressaltar que o Jornal do Brasil se antecipa ao fato, realizando uma entrevista com o presidente do D.N.E.R. – Saturnino Braga – no dia 6 de Janeiro do mesmo ano (dia da inauguração). Nessa reportagem, Saturnino destaca as melhorias realizadas pelo governo, no que diz respeito às novas malhas rodoviárias construídas no Brasil, ligando o país de Norte a Sul, como visto na reportagem acima do jornal A Noite.

17

Em suma, os periódicos não apresentaram, numa visão ampla, críticas negativas à construção da rodovia, pelo contrário, enaltecem a obra, fato que, segundo a visão marxista de Febvre, reforça a diferença de classes e a questão do operário e dos moradores do entorno (de extrema importância) e que, nesse caso não foi valorizada.

¹⁵Gazeta de notícias, 7 de janeiro. Pg 14

¹⁶A Noite. 1950.7 de janeiro. Pg 4

¹⁷Jornal do Brasil, 6 de janeiro de 1950

diferença de classes e a questão do operário e dos moradores do entorno (de extrema¹⁸ importância) e que, nesse caso não foi valorizada.

Por conta disso, esse trabalho visa, em sua fase posterior, apresentar outras visões, (a dos moradores do entorno), para não se restringir a uma observação elitizada sobre o assunto e para apresentar questões do cotidiano local, tal como as relações de pertencimento dos moradores com seu meio (GINZBURG, 1987). Além disso, de acordo com Smith, as relações espaciais são geradas logicamente, mas tornam-se dialeticizadas através da atividade humana no espaço e sobre ele (SMITH, 1998). Sendo assim, esse espaço de dialética e de conflito que produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições (SMITH, 1988). Portanto, não há como analisar um espaço por si só, é necessário um contexto mais amplo, mesmo que seja local.

Entretanto, o presente trabalho dispõe da entrevista de Elza Ferreira Portella, moradora do entorno, mais precisamente, onde hoje se encontra a entrada da Vila São Luís, antes da construção da rodovia. Essa que será chamada de Senhora Elza no texto.

De acordo com ela, antes mesmo da inauguração da rodovia já existia um tráfego considerável na pista, essa que era composta (pré-variante Rio-Petrópolis) apenas pela pista de descida. Ou seja, se compararmos aos dias de hoje, teríamos antes dos anos 50, no local da nova Rio-Petrópolis, apenas uma via de mão dupla que ligava Petrópolis a Avenida Brasil.

Nessa estrada trafegavam tipos diferentes de meios de transporte. Como se tratava de um período de transição política que mudaria os rumos do país (refiro-me a maior abertura ao capital externo feito por governos posteriores a Getúlio Vargas), via-se nesse local um misto entre lotações (uma espécie de “mini-kombi” em que cabiam -no máximo- 15 pessoas, essas que dividiam seus lugares, muita das vezes, com comida de animais, gaiolas de passarinho, e coisas do gênero), carros de tração animal (carroças), gasogênios, equinos (muito comuns em Caxias até finais dos anos 50), automóveis, sem contar com a população que trafegava nas margens da rodovia caminhando. Essas pessoas que, para ir a escola, ao trabalho, as compras, ou simplesmente para desfrutar de um lazer no centro de Caxias, ou na própria capital, andavam um longo caminho para conseguir chegar ao destino, ou tomar outra condução como o trem para ir a capital ou a estações vizinhas (BRAZ, 2006)

No relato da senhora Elza observa-se a dificuldade de conseguir se locomover nessa época.

Outro fato comum observado no Rio de Janeiro, mesmo antes de sua inauguração (Segundo Elza), era a mendicância que margeava sua pista. São Duque de Caxias sempre foi um lugar bastante pobre (ela) e por isso há muitos pedintes em vários pontos da cidade. De acordo com Dona Elza, o ônibus do Meirinho na Penha da Pista pagava o ônibus até Caxias e ela ia a pé até a minha casa.

20

¹⁸ Durante a pesquisa foi observado que nenhum jornal, mesmo nos 10 dias seguintes apresentam a visão de algum morador local sobre a rodovia.

Nessa época haviam em Caxias apenas dois lotações, que nada mais eram do que coletivos que atuavam de maneira irregular na cidade. Esses, posteriormente se tornariam “as atuais empresas de transporte coletivo da região”. BRAZ. p. 36 – a primeira “linha” de lotações da cidade pertencia ao Sr. José Cardoso Bessa e servia ao Parque Lafaiete. As mais poderosas empresas de transporte coletivo União e Reginas, surgiram respectivamente, na linha Centro-Itatiaia (União) e como viação Periquitos (Reginas), com apenas um veículo onde Odilon Pereira Teixeira, atual proprietário, trabalhava como cobrador, num velho furgão dirigido pelo pai.

Depoimento de Elza Ferreira Portella

Ao redor dela [da Variante Rio-Petrópolis] era pobreza (...) naquela época as crianças ficavam beirando aquela Washington Luiz (...) muitos motoristas jogavam alguma coisa pela janela, nem chegavam a parar (...) você via muita pobreza, muita tristeza beirando aquela Washington Luiz.

21

Portanto, trafegavam inúmeras pessoas de diferentes classes sociais e, conseqüentemente, os que possuíam carros do ano, com um status social elevado, visto que o automóvel, naquela época, era um artigo de luxo. Com isso, o que acontecia era muito parecido com o que hoje temos em diversas partes das BRs do Brasil, como, por exemplo, na 101, altura de Feira de Santana e Teixeira de Freitas, onde, além da venda de mercadorias – muita das vezes peças indígenas, frutas e derivados da mesma, como bananadas e goiabadas-, vê-se pessoas pedindo alimentos ou algumas moedas para as que transitam de passagem nesses locais, fato que apenas reforça o abismo social existente em diversas extremidades e épocas do território brasileiro, demonstrando assim como esse país mesmo sendo grande em extensão territorial possui laços que o une, nesse caso a pobreza e a riqueza convivendo lado a lado.

Esse fato confirma a opção de Febvre por escolher uma abordagem de classes para trabalhar a questão da produção do espaço. Quer dizer, diante da pergunta inicial - para quem produzir e quem produz? – observa-se que a intervenção dos diferentes atores, nesse contexto, pode modificar o cenário, a ponto de servir de referência para um depoimento que foi recolhido 50 anos após o acontecido (FEBVRE, 1973). A partir disso observa-se um problema social que, além de não ter sido resolvido, apenas mudou seu eixo, saindo de uma região mais observada pela imprensa e aparecendo em localidades onde o governo não possui uma assistência social que beneficie todos os moradores. Além disso, como também afirma Lefebvre, o homem atua sobre a natureza para atender as suas necessidades imediatas, modificando a sua própria relação com a natureza e com a sociedade. Entretanto, essas relações sociais não são uniformes nem no tempo e muito menos no espaço, depende da realidade contextual. Enfim, o homem reproduz, mas, também produz; neste aspecto, o espaço envolve as contradições e as particularidades do real, influenciando os processos sociais subseqüentes. (GODOY, 2013)

Como já foi dito, um dos principais objetivos dessa obra rodoviária foi o encurtamento do tempo de trajeto, essa que em dados concretos podia ser avaliada, (para automóveis de época) em 15 minutos médios por veículos, ou seja, 10 para os carros e 20 para caminhões. E, como o Ministério dos Transportes visa, assim como a maioria dos órgãos governamentais, obter um apoio popular a partir de relatórios de censos, ele ainda divulgou que esses minutos poupados correspondiam anualmente a 350.000 horas anuais em relação ao tráfego atual, apresentando ainda a economia realizada no combustível como nos relatos abaixo:

22

Além dessa economia, vale lembrar que, antes da inauguração, já havia ali um caminho, inclusive utilizado por moradores, como já visto nos relatos da senhora Elza. Portanto, observamos que a variante foi constituída a partir da duplicação de uma estrada existente, ou seja, o local onde foi construída nova Rio-Petrópolis já era caminho para a passagem (em alguns trechos) de pessoas e mercadorias antes mesmo de sua inauguração propriamente dita, que foi melhorado com essa obra.

23

Considerações finais

Atualmente a rodovia Washington Luís apresenta mudanças significativas desde sua inauguração (64 anos atrás). Depois de sua privatização para a empresa Concer, que começou a valer em 1996, ela foi bastante iluminada e o asfalto recebeu melhor tratamento, além das passarelas e canteiros de cimento e suas pistas foram duplicadas. Sendo assim, ela possui quatro pistas centrais

²¹Depoimento de Elza Ferreira Portella

²²Revista Rodovia 1950.

²³Revista Rodovia 1950.

Considerações finais

Atualmente a rodovia Washington Luís apresenta mudanças significativas desde sua inauguração (64 anos atrás). Depois de sua privatização para a empresa Concer, que começou a valer em 1996, ela foi bastante iluminada e o asfalto recebeu melhor tratamento, além das passarelas e canteiros de cimento e suas pistas foram duplicadas. Sendo assim, ela possui quatro pistas centrais e duas pistas laterais em diversos trechos, o que facilita o trânsito, porém sem desafogá-lo totalmente, visto que nos horários onde ocorrem maior volume de automóveis (das 6:00 as 8:00 e das 17:00 as 19:00) , ou quando acontece acidentes, os transtornos causados por engarrafamentos são inevitáveis.

Portanto, o que se pode observar hoje é que, apesar das rodovias exercerem um grande papel para o dinamismo dos transportes, elas não conseguem sobreviver sozinhas, por isso, iniciativas como a de intensificar outros meios como hidrovias e ferroviárias podem ser consideradas bastante louváveis, ainda mais com a quantidade de rios navegáveis que possuímos e com a malha ferroviária que foi desativada, seja para o turismo, transporte de mercadorias ou de passageiros.

Sendo, Duque de Caxias uma cidade em constante transformação, em sua infra-estrutura e na economia. No entanto, suas bases social e política mudaram apenas de personagens, mas progrediram (em favor da população como um todo) a passos bastante largos, como é perceptível nos dias de hoje.

Esse município foi acelerando suas mutações, principalmente, a partir dos séculos XIX, XX e, conseqüentemente, XXI. Vale lembrar que esse trabalho parte do pressuposto de que todo o desenvolvimento econômico do município deve ser analisado em um viés crítico. Portanto, nesse período, ocorreram diversos fatores que fizeram de Duque de Caxias o que ela é atualmente: uma cidade com condições econômicas faraônicas, porém, essas não são bem repartidas entre a sociedade.

Para concretizar essa afirmação existem vários exemplos, como os pólos industriais que podem ser observados em diversas áreas da cidade, o faturamento mensal que geramos com o petróleo (principalmente com a refinaria), os impostos que a cidade arrecada, devido a sua densidade demográfica ser bastante intensa, entre outros. Outro fato a se considerar é justamente o tema dessa pesquisa, pois, seguindo essa linha de raciocínio, foram as construções das Rodovias Rio-Petrópolis (atual Presidente Kennedy) e sua variante, a então, Washington Luís que, em seus períodos iniciais, obras de importância nacional, trouxeram para o distrito de Caxias – e posteriormente Duque de Caxias - uma visibilidade muito maior em relação à décadas anteriores. Entretanto, na segunda rodovia citada, vemos transformações ocorridas de forma mais marcante, do ponto de vista de geração de renda e locomoção intermunicipal, estadual e nacional, visto que, ela é uma via de acesso bastante utilizada para ligar o Rio de Janeiro a Minas Gerais ou vice e versa, e seus estados subsequentes.

Por fim, esse trabalho analisou que a relação do espaço com o habitante local, de acordo com o papel da mídia da época, é nula. Com isso, observa-se uma análise jornalística superficial e pouco investigativa, limitando-se à reescrever e interpretar de maneira pouco argumentativa os escritos da Revista Rodovia, ou apenas valorizar os “grandes feitos” e “grandes personagens” de maneira isolada. Portanto, a partir da análise dos jornais citados e do depoimento da senhora Elza, vê-se que a rodovia foi uma melhoria para a população, visto que além de diminuir o tempo de trajeto, intermunicipal, beneficiou o acesso a regiões periféricas, valorizando-as, principalmente no que diz respeito à mobilidade urbana, porém, essa foi se deteriorando no decorrer das décadas por conta do aumento populacional de Duque de Caxias, que não teve um transporte público que suprisse a necessidade do deslocamento dessas pessoas.

Será então que a produção desse espaço realmente serviu aos anseios da população em todas as suas diferentes classes sociais? De que forma um novo trajeto, que trouxe consigo uma enorme especulação imobiliária, devido à valorização de bairros no entorno, foi benéfico para a população que ali já se encontrava e para os que foram se instalando?

²Disponível: http://www.concer.com.br/portals/0/RelatorioAnual/2012/pdf/Relatorio%20Anual_Site.pdf

Referências Bibliográficas

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *O presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951)*. São Paulo. UNICAMP. 2001.

BRAZ, Antônio Augusto. *Vidas em Transição: A Cidade e a Vida na Cidade em Duque de Caxias (RJ) nas Décadas de 30, 40 e 50 do Século XX*. Vassouras: USS, 2006.

DEBES, Célio, "Washington Luís: segunda parte (1925-1930)", *Correio da Manhã*, 6 de Janeiro de 1950 p. 2. Imesp, São Paulo, 2001

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo. Companhia das Letras 1987.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. *A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebviriana*. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 23, 2008 II Seminário Fluminense de Sociologia - UFF- Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.geografia.ufflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp23/Artigo_Paulo_Godoy.pdf>

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro. IUPERJ. 1988

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos*. Companhia das Letras. 2002.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Ed anthropos, 1974.

_____. *A Reprodução das Relações de Produção*. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual – natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1988.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade (História política da Cidade de Duque de Caxias)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002..

Periódicos

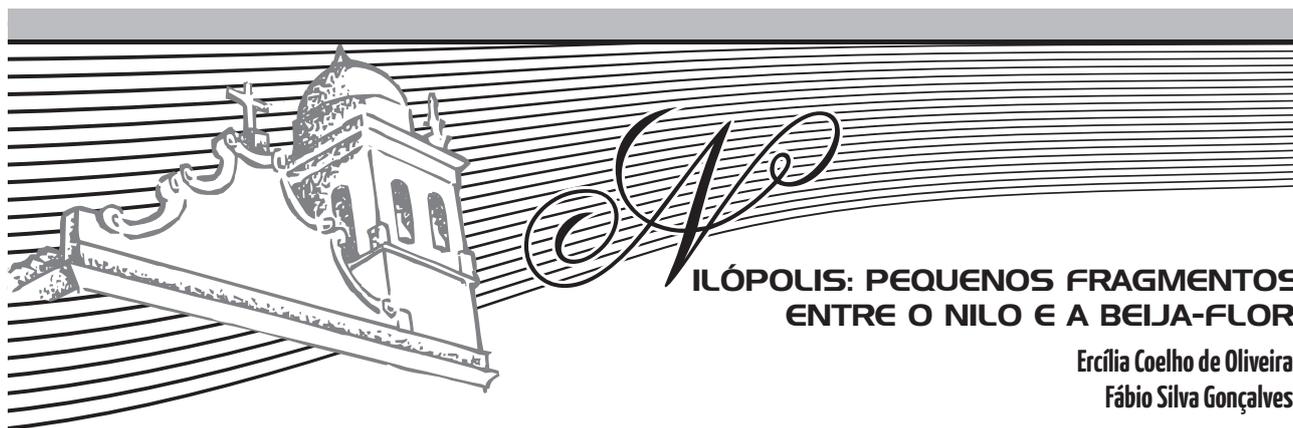
CORREIO da Manhã. *Novo Acesso a Petrópolis*. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1950.

GAZETA de Notícias. *Inaugurada a Variante Rio-Petrópolis*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1950.

GAZETA de Notícias. *Melhorias*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1950.

A NOITE. *Estradas e Ferrovias*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1950.

JORNAL do Brasil. *O Engenheiro Saturnino Braga*. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1950.



ILÓPOLIS: PEQUENOS FRAGMENTOS ENTRE O NILO E A BEIJA-FLOR.

Ercília Coelho de Oliveira¹
Fábio Silva Gonçalves²

Buscando materiais para pesquisas diversas, nos deparamos com o município de Nilópolis e percebemos que, como outros municípios da Baixada Fluminense, Nilópolis tem uma lacuna enorme em relação a pesquisa, por isso resolvemos a partir desses pequenos fragmentos apontar algumas das muitas lacunas existentes.

A cidade de Nilópolis pertence à região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, situando-se na área conhecida como Baixada Fluminense. Esta por sua vez receberia vários conceitos e interpretações, entretanto, as várias conceituações modificam-se de acordo com mudanças espaciais, políticas, sociais e territoriais. Alguns pesquisadores analisam a Baixada como uma área que abriga variados interesses, o que explica que muitas dessas áreas se expandiram ou retraíram ao longo do tempo.

Uma noção de Baixada Fluminense muito utilizada é a estabelecida pela SEDEB (Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense), mais tarde conhecida como SEDEBREM (Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana), considerando a Baixada Fluminense como um amontoado de treze municípios: Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Beford Roxo, Nova Iguaçu, Guapimirim, Queimados, Mesquita, Magé, Paracambi, Seropédica, Itaguaí e Japeri.

Nilópolis faz fronteira com os municípios de São João de Meriti, Mesquita e Rio de Janeiro. Hoje a cidade ocupa uma área de 19.393 km², possuindo uma população de 157.425 habitantes. As delimitações do município não são marcadas por fronteiras naturais, o que a nosso ver dificulta quando se trata de referências. Como em todos os municípios da Baixada, o mesmo

¹ Pós-Graduada em história Social do Brasil pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Duque de Caxias e Professora da FEUDUC; Mestre em História Social do Brasil pela Universidade Severino Sombra (2005); Presidente da APPH-CLIO (Associação de Professores e Pesquisadores de História). Professora aposentada do Estado do Rio de Janeiro e do Município de São João de Meriti; Membro fundadora da ASAMIH, e do COMIRA (Conselho Municipal da Igualdade Racial).

² -Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias - FEUDUC. Especialista em História Social da Baixada Fluminense pela UNIGRANRIO. Trabalhou como pesquisador do Instituto IDEAS no Inventário Turístico do Município de Duque de Caxias. Trabalha atualmente no Centro de Referência Patrimonial e Histórico da Cidade de Duque de Caxias - CRPH e no Museu Vivo do São Bento -DC. Professor da Graduação na FEUDUC e coordenador da Pós-Graduação em História, Turismo e Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro Professor do Colégio Cruzeiro do Sul. Atua como Conselheiro de Cultura no Município de Duque de Caxias pela cadeira de Patrimônio e como pesquisador e diretor da APPH-CLIO (Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense).

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região - apresentação otimista sobre seu crescimento latente. Baixada Fluminense Estudos e desafios. Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004, p.7-47.

O autor esta trabalhando com conceito geográfico

3

Nilópolis faz fronteira com os municípios de São João de Meriti, Mesquita e Rio de Janeiro. Hoje a cidade ocupa uma área de 19.393 km², possuindo uma população de 157.425 habitantes. As delimitações do município não são marcadas por fronteiras naturais, o que a nosso ver dificulta quando se trata de referências. Como em todos os municípios da Baixada, o mesmo é envolvido em alguns problemas políticos e sociais.

Apesar de todas as problemáticas no campo da política e no viés social, a cidade guarda um passado de importância para a composição da Baixada Fluminense, sendo uma das pioneiras no processo de comercialização e loteamento imobiliário, o que resultaria dos laços estabelecidos com a capital do Distrito Federal. Desta relação, com a explosão populacional da cidade do Rio de Janeiro, Nilópolis abrigou boa parte da população da capital, em busca de terras acessíveis e de baixo custo.

Atualmente, a cidade caracteriza-se por ser a menor cidade do Brasil, com seus 19.393 Km², e além disso, dividido em cerca de 12 Km² com o exército brasileiro na área conhecida como Campo de Instrução de Gericinó. Esta linha se materializa num dique de terra onde simplesmente as ruas terminam. Esta situação justificou o título de “pequena notável da Baixada Fluminense” e se tornou uma “ilha” em qualidade de vida, segundo Simões. O seu perfil econômico mostra a diferença entre outros municípios da baixada.

A formação territorial remonta ao período da colonização portuguesa, quando o açúcar era o principal produto comercializado, entre os seus percussores estaria Martim Afonso de Souza, que no ano de 1531, seria o responsável pela capitania hereditária de São Vicente. Remonta ainda, que tempos mais tarde, as terras ocupadas pelos povos nativos conhecidos como Jacutingas seriam repassadas para Braz Cubas, fruto de uma doação de sesmarias realizada por Mem de Sá, pela qual constituiria a Freguesia de São João Batista de Trairaponga. Esta área hoje ocupada pelos municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias e a região de Gericinó, e anos mais tarde, transformada em outras sesmarias e fazendas.

Devido à situação de abandono estabelecida pelos antigos proprietários, no ano de 1621, o governador Francisco Forjado, retoma as terras e doa a sesmaria para o senhor João Alves Pereira. As terras ocupavam uma área de 1500 braças de frente por mil para o sertão junto a Serra de Tinguá. Segundo os termos de doação, o proprietário teria a incumbência de administrar a região, e para tal, fundaria a Fazenda São Mateus. No mesmo período, precisamente no ano de 1637 ergue uma capela dedicada a devoção a São Matheus.

No final do século XVII, a Baixada Fluminense sofreu os impactos da descoberta do ouro nas Minas Gerais, gerando benefícios para as fazendas produtoras, que abasteceriam as regiões mineradoras, além de proporcionar o enriquecimento de seus proprietários.

O crescimento da fazenda proporcionou a ampliação de sua produção, merecendo destaque o açúcar, a água ardente e o desenvolvimento da lavoura de subsistência com o milho e a mandioca, onde todo o excedente era comercializado com outros centros econômicos, isto se perpetuando até o ano de 1700, quando o seu sucessor Diogo Pereira, repassaria as terras para o senhor Domingos Machado Homem, cujo filho conhecido como padre Matheus, casaria a sua irmã Maria Gaga Machado com o Capitão Manuel Pimenta Sampaio, no ano de 1742. Entretanto, até culminar com transferência das terras, a família Pereira sofreria com as constantes perseguições da Santa Inquisição, sendo acusados de cristãos novos, foram perseguidos, condenados e penitenciados. Outro fator determinante seria a presença, na região da Baixada Fluminense, de grupos seguidores da “Lei de Moisés”, sendo os responsáveis pelo controle da produção e da comercialização do açúcar.

O desenvolvimento da região proporcionou no ano de 1747, a elevação da Capela de São Matheus, para Matriz de São João Batista de Meriti que, mais tarde, daria origem a cidade. A visita de Monsenhor Pizarro, no ano de 1788, atestaria tal feito, dando o seu uso como curada e viabilizando o local para todos os atos de propagação da fé cristã. No mesmo período, a fazenda passa para as

⁵ ANDRADE, Carlos Fernando de Sousa Leão. “Nilópolis o loteamento que virou cidade. PROURB- mestrando. IV Seminário de História da cidade do Rio de Janeiro: 1996 .pg.923 <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/504/480>

Idem

⁶ SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada. Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Ed. Entorno Mesquita: 2007..pg .165

ver. <http://www.nilopolis.rj.gov.br/a-historia/#fazendasamatheus.s/d>

crístãos novos, foram perseguidos, condenados e penitenciados. Outro fator determinante seria a presença, na região da Baixada Fluminense, de grupos seguidores da “Lei de Moisés”, sendo os responsáveis pelo controle da produção e da comercialização do açúcar.

O desenvolvimento da região proporcionou no ano de 1747, a elevação da Capela de São Matheus, para Matriz de São João Batista de Meriti que, mais tarde, daria origem a cidade. A visita de Monsenhor Pizarro, no ano de 1788, atestaria tal feito, dando o seu uso como curada e viabilizando o local para todos os atos de propagação da fé cristã. No mesmo período, a fazenda passa para as mãos do Alferes Ambrósio de Souza Coutinho, permitindo a mesma alcançar o seu apogeu, com a produção de 30 caixas de açúcar, 14 pipas de água ardente e contando com um contingente de 50 escravos, transformando a fazenda na mais importante da região.

Todas as mercadorias seriam transportadas por bois, pelas estradas da fazenda cortando regiões hoje conhecidas como o bairro de Thomazinho e o município de São João de Meriti, até chegar ao porto de Pavuna, onde seriam transportadas por barcos até o porto do Rio de Janeiro, onde seriam comercializadas.¹⁰

Em 29 de março de 1858, foi inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual E. F. Central do Brasil), que cortaria Nilópolis e teria como destino final a região de Queimados, era o primeiro indício de grandes transformações por qual passaria Nilópolis. Nesta época, era forte o movimento abolicionista. Decorrente deste fato, Nilópolis sofre o esvaziamento e surgem novas opções de trabalho, assim como novas atividades.

Segundo Nogueira, fruto deste processo, a fazenda São Matheus sofreria um grande colapso, tais como invasões, assoreamento e abandono dos rios, além das epidemias de cólera que atingiriam um grande quantitativo de escravos. Anos mais tarde, a situação se agravaria com as leis abolicionistas, que inviabilizariam os projetos colonizadores, proporcionando crises de produção e o esvaziamento da região, para a população restava uma única alternativa buscar novas opções de trabalho em outras localidades.

11

Em meados do século XVIII, a situação da fazenda era de completo estado de abandono, transformado a localidade em capoeirão e, conseqüentemente, sem muita fealdade. Fazendo com que Jerônimo Roberto de Mesquita, o primeiro Barão de Mesquita, solucionasse as problemáticas, criando a área e aproveitando a água que vendida parte do terreno para seu comércio, no ano de 1892, e mais tarde o restante da área para João Alves Mirandella que tinha como sócio Lázaro de Almeida, grande criador e fornecedor de mulas e cavalos para o exército brasileiro. Dentre os bens adquiridos, encontravam-se barracões e imóveis, além da capela de São Matheus e a sede da fazenda. A área cobria até a região de Gerecinó, contudo a propriedade foi prontamente cercada pelos seus proprietários e utilizada na criação de animais.

Segundo Raposo, Vitor Ribeiro de Faria Braga, enteado de João Alves Mirandella, foi decisivo no processo de desmatamento da fazenda, convencendo-o e conseguindo o seu consentimento. Logo em seguida, iniciou o loteamento da região, convidando Teodomiro Gonçalves Ferreira, engenheiro da Central do Brasil para elaborar a planta da área, e dar início a ocupação da futura Nilópolis.

Em 1913, os jornais de grande circulação publicavam o anúncio de venda de lotes, com a metragem de 12,50m x 50m, em preços módicos e com suáveis prestações, propagandas estas que seriam realizadas diariamente e exaustivamente. Entre os interessados, estava o Coronel Julio de Abreu que adquiriu vários lotes e que, após fixar-se na região, convenceu outros amigos importantes

⁹São as 613 leis judaicas que estão no Torát. Cinco livros de Moisés.

¹⁰<http://www.nilopolis.rj.gov.br/a-historia/#fazendasamatheus.s/d>

¹¹Nogueira. op. cit RAPOSO, Fernanda Capri. Nilópolis e as Memórias Judaicas. UNIGRANRIO – Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas - PPGLCH. Mestrado. Duque de Caxias, 2012.

¹²PERES, Guilherme. Nilópolis, seu povo, sua história: venda da Fazenda São Matheus. Imprensa Fluminense. Nilópolis, 2010.

Segundo Raposo, Vitor Ribeiro de Faria Braga, enteado de João Alves Mirandella, foi decisivo no processo de desmatamento da fazenda, convencendo-o e conseguindo o seu consentimento. Logo em seguida, iniciou o loteamento da região, convidando Teodomiro Gonçalves Ferreira, engenheiro da Central do Brasil para elaborar a planta da área, e dar início a ocupação da futura Nilópolis.

Em 1913, os jornais de grande circulação publicavam o anúncio de venda de lotes, com a metragem de 12,50m x 50m, em preços módicos e com suáveis prestações, propagandas estas que seriam realizadas diariamente e exaustivamente. Entre os interessados, estava o Coronel Julio de Abreu que adquiriu vários lotes e que, após fixar-se na região, convenceu outros amigos importantes a comprarem terrenos na localidade, fruto desta influencia possibilitou que o mesmo prestasse uma homenagem a sua esposa dando o nome do bairro de Vila Ema. No dia da inauguração do bairro, marcaram presença figuras políticas importantes, além de banqueiros e homens públicos de relativa notoriedade na capital do Rio de Janeiro.

Antes de se chamar Nilópolis recebeu outros nomes como: Parada de São Matheus, Engenheiro Neiva e enfim Nilópolis em homenagem ao Presidente Nilo Peçanha, pelos benefícios que trouxe para Nilópolis na qual ele depositava a esperança de grandes progressos, com isso a cidade obteve imediatamente a ligação de água, de luz, iluminação pública, agência de correios Escolas Públicas e Particulares, comunicação, horários de trem, pontes ligando ao Rio de Janeiro e a Nova Iguaçu, serviço de profilaxia rural, bandas de musica e uma grande revista.

A mudança no nome também se deu por que o nome Engenheiro Neiva, trazia problemas à cidade, pois em São Paulo havia uma localidade com o mesmo nome. Acreditava-se que isso traria prejuízos aos comerciantes, pois as mercadorias se extraviavam, por que muitos já conheciam a cidade pelo nome de Nilópolis e a Estação de Engenheiro Neiva.

Quando nos referimos aos nomes, logo nos lembramos de Pierre Nora que trabalha com “lugar de memória”, no qual a memória que se quer construir ou esquecer.

13

(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituirlos. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.

Também podemos usar para estudar os temas que envolvem o município de Nilópolis, trabalhando com a memória e esquecimento a quem interessa lembrar e quem é interessante esquecer.

Se observarmos, os municípios da Baixada Fluminense veremos que todos, ou praticamente todos, tem em seus limites ruas com o nome de Nilo Peçanha, mas acreditamos que o mesmo tinha uma dedicação política maior a Nilópolis, pelos benefícios ali implementados. Também um município pequeno e que, por forças políticas, recebia pessoas influentes que acabaram conseguindo ter seus

¹³ OLIVEIRA, Rafael da Silvas. “Distintas noções de Baixada Fluminense”: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre seu crescimento latente”. Baixada Fluminense Estudos e desafios. Rio de Memória,

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, dezembro de 1993, p.3

Se observarmos, os municípios da Baixada Fluminense veremos que todos, ou praticamente todos, tem em seus limites ruas com o nome de Nilo Peçanha, mas acreditamos que o mesmo tinha uma dedicação política maior a Nilópolis, pelos benefícios ali implementados. Também um município pequeno e que, por forças políticas, recebia pessoas influentes que acabaram conseguindo ter seus pedidos atendidos junto ao presidente, daí o grande envolvimento com a cidade trabalhando para manter suas memórias e fazer com que se esqueçam das outras.

Em relação às políticas econômicas, havia outra modalidade de ocupação territorial, a distribuição gratuita de terras, esta por sua vez seria oferecida as fábricas interessadas em investir e estabelecer-se na região, viabilizando o “miraculoso” projeto de ocupação territorial, evitando o abandono das terras e sinalizando para a expansão econômica culminando com o desenvolvimento.

Segundo Simões, havia ainda outras questões que envolviam os loteamentos, entre elas o meio utilizado da “Estratégia como Marketing”, do loteador associando loteamento local ao nome do ilustre político para alavancar a venda dos terrenos.

O crescimento populacional trouxe a tona, os problemas estruturais e urbanísticos, tais como saneamento básico, sendo os mesmos acentuados com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e com os problemas econômicos decorrentes da época, acrescidos pelas chuvas decorrentes deste período. Esta situação destruiu as moradias dos habitantes, além de acentuar os problemas já existentes na cidade.

Quadros pungentes de dor se verifica então. Centenas de ranchos e casinhas frágeis foram arrastados pela correnteza impotente das enxurradas. Animais domésticos, [...] lá iam embrulhados nas fúrias do cataclisma. Gritos humanos de socorro, gritos de desespero. Famílias e famílias sem teto e despojadas dos valores, ao léu da sorte. Algumas pessoas residentes nas proximidades da Estação, em parte não atingida pela desgraça, improvisaram canoas, para socorro aos moradores ameaçados de naufrágio. O autor desta modesta obra, então com 17 anos apenas, tomou parte saliente no serviço de salvamento à população em perigo. [...] Os cadáveres eram conduzidos enrolados em esteiras, presos a paus que iam sobre os ombros para o longínquo cemitério de Pavuna, por caminhos que, além de longos, eram acidentadíssimos. Muitas e não poucas vezes a polícia teve que intervir, lançando mão até de violência, a fim de obrigar os poucos moradores, encontrados nas ruas, para a remoção e sepultação dos corpos.

O surgimento das dificuldades, principalmente relacionado à questão da água, fez com que o Coronel Julio de Abreu e seus amigos fundassem uma Agremiação com fórum jurídico para intermediar entre a população e os poderes públicos, o mesmo teve como presidente de honra o presidente Nilo Peçanha.

Em 1930, a cidade já estava novamente no caminho do desenvolvimento e urbanização, recebendo as primeiras levas de imigrantes, em busca de melhores oportunidades. Em primeiro lugar, vieram os judeus, contudo não conseguiram constituir um grupo político forte. Logo em seguida, chegaram os sírio-libaneses, entre eles as mais conhecidas famílias eram os Abraões, David e Sessim. No mesmo período, chegaram os migrantes do norte, nordeste e interior do estado do Rio de Janeiro, gerando uma explosão demográfica, e resultando na formação de um grupo político que iria intervir politicamente na cidade.

A cidade foi crescendo e com o desenvolvendo, surgiu a demanda de se criar um movimento pró-emancipação, sendo elaborado um projeto de lei a pedido do Deputado Rufino Gomes Junior, o mesmo seria proposto e apresentado pelo Deputado Lucas de Andrade Figueira, transformando-se numa emenda parlamentar, de nº 6, que seria promulgada em 20 de junho de 1947. A emancipação de Nilópolis ocorreu juntamente com a de São João de Meriti, que não possuía elite política, para tal, entrando de “carona” no processo de emancipação de Nilópolis, entretanto a comemoração se dá na data de 21 de agosto.

¹⁵(CARDOSO: 1938 25-27). Citado por Raposo em Nilópolis e as Memórias Judaicas. UNIGRANRIO – Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas - PPGLCH. Mestrado. Duque de Caxias, 2012.

O primeiro prefeito de Nilópolis seria nomeado de forma interina pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro e o escolhido foi Dr. João Pedro da Silva Pontes, sendo logo em seguida substituído por José de Oliveira, até que no dia 18 de outubro de 1947, o novo prefeito João Alves de Moraes Cardoso tomaria posse.

Um breve olhar sobre os prefeitos de Nilópolis.

16

PREFEITOS	ANO
João Moraes Cardoso Junior	1947 - 1951
Egídio Mendonça Thuler	1951 - 1955
João Moraes Cardoso Junior	1955 - 1959
Alfredo de Almeida Alentejano	1959 - 1963
Dr. Thales do Couto (vice-prefeito em exercício)	1962
Eracydes Lima de Carvalho	1963 - 1964
João Batista da Silva	1964 - 1966
Francisco Gonçalves Figueiras (interventor)	1966 - 1967
João Moraes Cardoso Junior	1967 - 1970
Dr. Gilberto Castro Rodriguez (vice-prefeito em exercício)	1970
Dr. Reinaldo Doile Maia (interventor estadual)	1971
Dr. Sergio Cardoso	1971 - 1973
Simão Sessim	1973 - 1977
João Batista da Silva	1977 - 1981
Zélio Sabino Barbosa (vice-prefeito em exercício)	1981 - 1982
Miguel Abrãao David	1983 - 1988
Dr. Jorge David	1988 - 1992
Manoel da Silva Rosa	1992 - 1996
José Carlos Cunha	1996 - 2000
Farid Abrão	2001 - 2005
Farid Abrão	2006 - 2008
Sérgio Sampaio Sessim	2009- 2012
Oswaldo Costa (interino)	2012
Alessandro Alves Calazans	Em exercício

A construção política da cidade de Nilópolis esteve atrelada ao jogo de poder que era disputado entre as famílias e que, no decorrer dos anos, se acirravam cada vez mais. É possível perceber no quadro acima que a administração política da cidade não foi tão calma devido às intervenções do Estado. Durante quatro períodos de governo percebemos que os mandatos dos prefeitos Alfredo de Almeida Alentejano, João Moraes Cardoso Junior, João Batista da Silva e Sérgio Sampaio Sessim foram interrompidos e seus respectivos vices Dr. Thales do Couto, Dr. Gilberto Castro Rodriguez, Zélio Sabino Barbosa e Oswaldo Costa assumiram o governo, além das instabilidades administrativas, o município também sofreu com duas intervenções de 1966-1967 e 1971.

Outra característica interessante de Nilópolis é a presença dos judeus, que iniciaram suas atividades comerciais na Praça Onze e enterravam os seus mortos no cemitério de Inhaúma. Após proibição, passaram a sepultar seus mortos na Vila Rosali em São João de Meriti. Devido às problemáticas, logo passaram a habitar a região de Nilópolis e São João de Meriti, os quais pertenciam a Nova Iguaçu.

Essa presença chegou à política, o que é possível perceber no quadro acima, com as famílias judaicas-libanesas que ali se estabeleceram. Entre os prefeitos, destacavam-se Simão Sessim, Miguel Abraão David, Dr. Jorge David, Farid Abraão e Sérgio Sampaio Sessim. Fica claro o revezamento no poder entre as famílias supracitadas e que se perpetuavam com apoio de alguns militares e assim vice e versa, proporcionando a ampliação da influência e recebendo espaço de divulgação de suas imagens e feitos na mídia (jornais, rádio e TV).

Reafirmamos que é forte a ligação da família David em Nilópolis, três instituições dominam a cena pública nesse município da Baixada Fluminense: a prefeitura, a escola de samba Beija Flor e a rede de negócios e entidades assistenciais do clã liderado por Aniz Abraão David, o Anízio.

Além da política, alguns da família estiveram ligados ao jogo do bicho. Contudo, nossa intenção é incluir nesse cenário, a influência política na cultura da cidade, principalmente na Escola de Samba G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis. Esta escola de samba era um bloco nascido em 25 de dezembro de 1948, em Nilópolis, tendo suas origens inspiradas no rancho carnavalesco Beija-Flor que existia na cidade de Valença. Assim, como a pequena notável que nasceu em Portugal e que fez sucesso no país e no exterior, também a Beija-Flor, com seus belos desfiles e enredos encantou personalidades internacionais, entre elas o príncipe Charles, da Inglaterra. A bandeira da escola levou e leva o nome da cidade para diversos lugares.

A Beija Flor já abordou diversos temas em seus desfiles, que falavam dos animais, da mitologia, dos negros e muitos outros, cada um oferecendo elementos riquíssimos para pesquisas porque a cada desfile, há questões a serem apresentadas e que podem ser analisadas politicamente, socialmente, culturalmente e até mesmo economicamente.

Acreditamos que a Beija-Flor, teve esse grande desenvolvimento graças ao apoio na captação de recursos, dada pela família Abraão David. Mas, também ressaltamos o valor que seus dirigentes deram aos membros da comunidade, cedendo trabalho, destaque na escola e integrando a mesma à vida nilopolitana, como dizem: é a “família beija-flor”. Mesmo recebendo integrantes de outros lugares, o grande destaque é a população de Nilópolis. Com o seu azul e branco, a Beija Flor encanta várias platéias, assim como a cidade de Nilo torna-se mais visível e agiganta-se perante a Baixada Fluminense, mesmo possuindo um pequeno território. Esperamos que muitos alunos e pesquisadores sintam-se estimulados a desenvolver pesquisas, diminuindo essa carência que é percebida na reconstrução de nossa história regional.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Fernando de Souza Leão. Nilópolis - o loteamento que virou cidade. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.

CARDOSO, Ernesto. Nilópolis de ontem e de hoje. Nilópolis: L. & J. Berkowitz, 1938.

ESTUDOS Econômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro - Nilópolis. Tribunal de contas do Rio de Janeiro, 2011
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio: estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: Projeto História. São Paulo: PUC, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Rafael da Silvas. Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre seu crescimento latente. In: Baixada Fluminense Estudos e desafios. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004.

PERES, Guilherme. Nilópolis, seu povo, sua história: venda da Fazenda São Matheus. Imprensa Fluminense. Nilópolis, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: Projeto História. São Paulo: PUC, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Rafael da Silvas. Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre seu crescimento latente. In: Baixada Fluminense Estudos e desafios. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004.

PERES, Guilherme. Nilópolis, seu povo, sua história: venda da Fazenda São Matheus. Imprensa Fluminense. Nilópolis, 2010.

PIZARRO, José de Souza Azevedo. Visitas as Pastorais na Baixada Fluminense. Prefeitura Municipal de Nilópolis, Secretaria de Cultura, 2000.

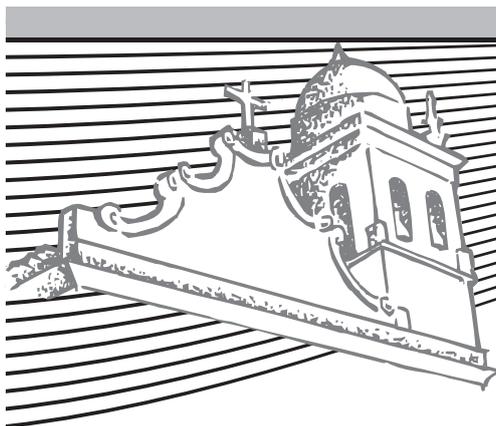
RAPOSO, Fernanda Capri. Nilópolis e as Memórias Judaicas. UNIGRANRIO – Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas - PPGLCH. Mestrado. Duque de Caxias, 2012.

REMOND, René (orgs). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSENDO, Alexandre da Conceição. Recriação e Atualização da Cosmologia Amazônica no corpo cênico da G.R.E.S. Beija Flor de Nilópolis. Universidade Federal do Pará – Programa de Pós-Graduação em Artes. Mestrado. Belém, 2011.

TORRES, Gênesis. (Org.). Baixada Fluminense: A construção de uma história: sociedade, economia e política. São João de Meriti. IPAHB, 2004.

VIEIRA, Radamés (Dir.). Novos Lares - Judeus em Nilópolis. Brasil, 2009.



JOÃO DA GOMÉIA: SACERDOTE DO CANDOMBLÉ EM DUQUE DE CAXIAS

Guilherme Peres¹

Nascido no Município de Inhambuque, interior da Bahia no dia 27 de março de 1914, João Alves Torres Filho era um mulatinho franzino, neto de negros africanos, quando chegou a Salvador com 16 anos, levado por sua mãe Maria Vitoriana Torres, a Vó Senhora, a procura do terreiro do mais famoso “pai de santo” da Bahia, “o rico e temido Jubiabá” (imortalizado no livro de Jorge Amado), em busca da cura de uma terrível dor de cabeça que afligia seu filho.

Curado das dores, João continuou morando na casa de Jubiabá durante três anos, tempo



suficiente para se iniciar “no santo”, mudando-se para a casa de sua madrinha onde começou a dar consultas com seu Caboclo Pedra Preta. Transferiu-se em seguida para um “barracão” arrendado no bairro de São Caetano, na rua da Goméia, nome que seria anexado ao seu terreiro e, mais tarde, ao seu próprio nome.

Segundo outra versão conseguida por nós, narrada de amigos que viveram na Bahia, o “barracão” da rua da Goméia já pertencia a Jubiabá que, após a sua morte, deixou como pagamento dos honorários ao Dr. João Pião de Cerqueira e Souza, mais conhecido em Salvador como Dr. Jonga, médico cardiologista que durante muitos anos cuidou de sua saúde. Como prova de consideração àquele menino chamado Joãozinho, a quem Jubiabá cuidava com tanto carinho, o Dr. Jonga doou-lhe, em cartório, o terreno que recebera acompanhado de todo o acervo contido no “barracão”.

Jorge Amado, consagrado escritor baiano, dedicou-lhe um capítulo em seu livro “Bahia de Todos os Santos”, editado em 1944. Esse “Guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador” foi revisto quando de sua oitava edição em 1960, tornando a ser atualizada em 1966, em décima segunda tiragem. Constituindo um guia turístico do inventário cultural de Salvador, esses registros ficaram na história como a descrição de rituais afro-brasileiros, que se expandiam na Bahia, ainda na primeira metade do século XX, e que deixaram em nossa cultura profundas raízes.

Descrevendo o “babalorixá” e sua “roça”, Jorge Amado nos dá uma visão do caminho da fama que aquele iniciava: “Nos ritos negros os santos da casa são Oxossi e Inhasã. O pai-de-santo Joãozinho da Goméia ou da Pedra-Preta é um maravilhoso bailarino, digno de palcos de grandes teatros. Esse caminho de São Caetano que leva a estrada difícil da Goméia é percorrido por quanto artista, quanto escritor e quanto sábio passa por essa cidade”.

¹ Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB. Sócio fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

Ao chegar no seu terreiro, o visitante seguiria a descrição do escritor: “Um cruzeiro assinala a entrada do candomblé. É uma roça enorme, com uma série de pequenas construções. Duas são maiores: a casa do pai-de-santo e o terreiro onde se realiza a macumba. Joãozinho da Goméia, com um rosário de contas de côco sobre a camisa, nos receberá quase em frente a casa de Exú que está próxima a entrada do candomblé”.

Sua notoriedade por ser dançarino era mais um atrativo nos dias de festa, atraindo muita gente distante em busca de fé, sonho e fantasia. “Joãozinho da Goméia é um mulato moço de olhos langues, corpo flexível de bailarino, agilíssimo”, diz Jorge Amado. “Sua voz é mansa. Foi filho-de-santo de Jubiabá, o grande pai já falecido. Jubiabá o iniciou nos mistérios da macumba e o entregou ao caboclo Pedra-Preta, cuja casa está quase em frente à de Exú. A festa de Pedra-Preta é no dia dois de julho quando o candomblé todo se enfeita, quando vem visitas de muito longe, outros pais-de-santo que dançam também no terreiro de Joãozinho”.

Em 1960, atualizando a oitava edição de “Bahia de Todos os Santos”, Jorge Amado assinala a decadência de seu terreiro em Salvador, provavelmente em consequência da mudança para o Rio de Janeiro, em 1950, domiciliando-se definitivamente em Duque de Caxias: “Hoje Joãozinho vive mais no Rio do que na Bahia e sua roça não mantém o mesmo prestígio de antigamente”.

Originário de festas religiosas dos negros jeje-nagôs na Bahia, mantido pelos seus descendentes e mestiços, o candomblé é praticado no “barracão”, sede da seita, onde as “filhas-de-santo” ou os “filhos” cumprem uma longa iniciação sob a direção do pai-de-santo ou mãe-de-santo, acompanhadas na “saída” de grande festa com matança de animais para as oferendas.

Em 1947, ventos sombrios cobriam as liberdades no Brasil. O presidente Dutra decretou a ilegalidade do Partido Comunista, colocando seus membros na clandestinidade ou obrigando-os a viajar para o exílio, como aconteceu com Jorge Amado, amigo e protetor de João da Goméia.

Morando em Duque de Caxias

Chegando a Duque de Caxias, no ano de 1950, João Alves Torres Filho, vindo da Bahia, alugou uma casa no bairro Vinte e Cinco de Agosto e, logo em seguida, comprou um terreno no final da rua Castro Alves, antiga rua das Vassouras (bairro Copacabana), começando a construção do seu “barracão”, conseguida, aos poucos, com a ajuda de suas filhas de santo trazidas da Bahia, que faziam e vendiam iguarias de seu estado natal: acarajés, pamonhas, bijus, pelas esquinas da cidade, aceitando também doações daqueles que se beneficiavam de suas consultas.

Um de seus vizinhos era “pai Renato”, chefe de um antigo terreiro de umbanda em atividade na região, diz dona Maria Peres em depoimento para este registro. Homem já idoso e corpulento, de andar vagaroso e fala mansa, agregara em torno de si inúmeros adeptos dessa seita.

Joãozinho, com a educação que lhe era peculiar, procurou se achegar àquela figura estranha, mas de coração nobre que a todos conquistava, nascendo daí uma amizade sólida e duradoura que só a morte de “pai Renato” separou.

As festas eram partilhadas com convites de ambas as partes. Trocas de favores e utensílios de cozinha eram emprestados, acompanhados das cozinheiras baianas de Joãozinho, especializadas em “comidas de santo” feitas na véspera das “saídas” da camarinha, ou em homenagem ao “caboclo” protetor do terreiro. “Nos anos 50 e 60, seu terreiro era uma das atrações da cidade, rivalizando com a “fortaleza” do deputado Tenório Cavalcanti e a feira dos domingos, onde predominavam artigos e manifestações culturais nordestinas”, diz o professor Stélio Lacerda, em seu comentário gentilmente cedido para esta pesquisa, na cópia do livro de Jorge Amado, “Bahia de Todos os Santos”.

Iniciado no Candomblé, religião trazida da África para o Brasil no Século XIX, que manteve a originalidade de suas raízes, apesar de ter sofrido influências de várias etnias, a casa da Goméia, em Duque de Caxias, em pouco tempo estava preparada para hospedar gente que chegava da Bahia e de todos os estados do Brasil, ligada ao culto dos Orixás.

Com seus cômodos bem definidos, “a roça” era constituída nos espaços públicos de um amplo terreiro, banheiros e uma saleta para os jogos de búzios. Nos espaços privados, havia os quartos-de-santo, o rodemi (onde eram feitas as obrigações), a casa dos eguns (dedicada ao culto dos antepassados, e vedada à entrada de mulheres), quarto de malas (onde eram guardadas as roupas que vestiam os Orixás nos dias de festa e seus objetos pessoais) e a casa do zelador.

As festas mais importantes aconteciam com a saída dos laôs e dos Orixás: Inhassã e Oxossi, e a festa do Caboclo Pedra Preta. Da mesma forma, o Lorigum, Olubajé, e Águas-de-Oxalá

Programadas com antecedência, as mulheres se empenhavam na confecção de roupas novas, engomar anáguas, passar, limpar os colares de seus “protetores” para ficarem impecáveis durante as festividades realizadas com o barracão aberto ao público

terreiro, banheiros e uma saleta para os jogos de búzios. Nos espaços privados, havia os quartos-de-santo, o rodemi (onde eram feitas as obrigações), a casa dos eguns (dedicada ao culto dos antepassados, e vedada à entrada de mulheres), quarto de malas (onde eram guardadas as roupas que vestiam os Orixás nos dias de festa e seus objetos pessoais) e a casa do zelador.

As festas mais importantes aconteciam com a saída dos laôs e dos Orixás: Inhassã e Oxossi, e a festa do Caboclo Pedra Preta. Da mesma forma, o Lorogum, Olubajé, e Águas-de-Oxalá

Programadas com antecedência, as mulheres se empenhavam na confecção de roupas novas, engomar anáguas, passar, limpar os colares de seus “protetores” para ficarem impecáveis durante as festividades realizadas com o barracão aberto ao público enfeitado com bandeirinhas, além de muitas horas na cozinha preparando os pratos que seriam servidos aos presentes “que comem e bebem de graça, fazendo o brilho da festa que dura às vezes muitos dias”. Segundo Edson Carneiro, “uma festa de candomblé geralmente começa com a “matança” – sacrifícios de animais, galo, bode, pombo, etc., ao som de cânticos e em meio a danças sagradas, com assistência apenas da mãe do sacrificador (oxôgum) e de algumas filhas mais velhas, co-administradoras da comunidade”.

Em dezembro de 1955, Joãozinho da Goméia comemorou o Jubileu de Prata ocorrido no seu terreiro em Duque de Caxias, registrado por Laís Costa Velho em seu livro “Caxias, ponto a ponto”: “O famoso Joãozinho da Goméia faz realizar na rua General Rondon, 360, a sua festa comemorativa do “Jubileu de Prata”; são 25 anos de sacerdócio afro-brasileiro, como praticante dos costumes religiosos dos Nagôs”.

Dezenas de carros ficavam estacionados próximo ao seu terreiro e, enquanto os fogos brilhavam no céu, “João da Goméia, sentado na poltrona forrada de seda de sua sala, olhava para suas mãos, perfeitamente cuidadas e manicuradas, onde um grande anel de ouro encastado com uma pedra azul, refletia a luz do lustre principal da sala. Tirou os pés cuidados e manicurados dos chinelos macios forrados de pelúcia. Passou as mãos pelos cabelos de mulato, tratados e agora lisos, desceu a mão pelo rosto, sentiu a pele lisa e perfeitamente esbanhada. O perfume de “Lancaster” inundava o ambiente. Havia feito quinze anos que chegara da Bahia com malas e sonhos, agora tinha tudo. O que desejava mais?”, diz Antonio Peralta em “Um Vento de fogo”.

Joãozinho da Goméia desfilava todos os anos como destaque na Escola de Samba Império Serrano e na Imperatriz Leopoldinense, participando dos bailes no Teatro Municipal e João Caetano. Em sua casa, em Duque de Caxias, era procurado frequentemente por políticos de todos os matizes, mantendo amizade com Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek, figuras de proa da vida política na ocasião. Conhecido internacionalmente, recebia visitas do mundo artístico e cultural, como Ninon Sevilha, atriz famosa do cinema mexicano; o poeta Solano Trindade, também radicado na cidade por algum tempo; o poeta chileno Pablo Neruda, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura. Em sua estante, perfilavam troféus, fotos ao lado de gente famosa, medalhas, um presente da rainha da Inglaterra, lembranças de sua viagem pela América do Sul, Europa, etc.

O Caso do Mestre

Em 1968, depois de sofrer um acidente automobilístico, constatou-se a convivência com o diabetes e as dores de cabeça que, no passado, tanto o atormentaram, voltavam com frequência. Seus compromissos na Bahia, para atender chamados de Mãe Menininha do Gantois, eram parte das viagens periódicas que fazia, solicitado por inúmeros pedidos de consulta dos clientes, em vários pontos do Brasil.

Durante uma festa de cerimônia religiosa em São Paulo, no dia 5 de fevereiro de 1971, desmaiou, sendo levado para o setor de cardiologia do Hospital das Clínicas. Diagnosticado, verificou-se a existência de um tumor na cabeça. Iniciada a operação, os médicos descobriram que a metástase do câncer havia se espalhado por todo o cérebro, sem que nada pudesse ser feito, e aguardaram apenas o desenlace, que aconteceu no dia 19 do mesmo mês.

Morria assim João da Goméia, o Tata Londirá, que, segundo Antonio Peralta, em sua tese de mestrado, “Um Vento de Fogo”, registra: “era o fim de um homem que em quarenta anos de sua vida dedicados ao Inkices e Orixás, marcou o Candomblé do século XX, no Rio de Janeiro”.

Embalsamado e transportado no esquife para Duque de Caxias, seu corpo ficou exposto no “barracão”, onde foi celebrada uma missa de corpo presente por seu velho amigo, Frei Manuel, antecipando a saída do enterro que estava marcado para as 16 horas. Carregado nas mãos pelas ruas dos bairros, a multidão se aglomerava lançando flores e saudações à sua passagem com destino ao cemitério N. Sra. de Belém, conhecido como “do Corte Oito”, onde vestidos de branco, envolvidos por colares com as cores de seus orixás, inúmeros adeptos do Candomblé e da Umbanda, acompanhados de líderes religiosos, autoridades políticas, imprensa,

dedicados ao Inkices e Orixás, marcou o Candomblé do século XX, no Rio de Janeiro”.

Embalsamado e transportado no esquife para Duque de Caxias, seu corpo ficou exposto no “barracão”, onde foi celebrada uma missa de corpo presente por seu velho amigo, Frei Manuel, antecipando a saída do enterro que estava marcado para as 16 horas. Carregado nas mãos pelas ruas dos bairros, a multidão se aglomerava lançando flores e saudações à sua passagem com destino ao cemitério N. Sra. de Belém, conhecido como “do Corte Oito”, onde vestidos de branco, envolvidos por colares com as cores de seus orixás, inúmeros adeptos do Candomblé e da Umbanda, acompanhados de líderes religiosos, autoridades políticas, imprensa, fotógrafos, etc., aguardavam a chegada. Alguns choravam, outros entoavam cânticos de louvor enquanto o caixão adentrava lentamente o cemitério.

Fenômeno Inexplicável

Naquele dia, o sol de verão trouxera um calor insuportável. Entre os túmulos, o povo procurava se proteger à sombra das árvores que formavam uma alameda central, quando uma torrente de vento em rodadoiro, levantando poeira, agitou seus galhos prenunciando tempestade. O céu escureceu coberto por nuvens que se concentraram no horizonte, trazendo pingos grossos de chuva, que se antecipara aos relâmpagos e trovões, ecoando com o temporal. Alguns corriam em busca de abrigo, a maioria permanecia em seus lugares assistindo à passagem do féretro acompanhado de vários médios em transe, “tomados” por seus Orixás. O testemunho da veracidade desse temporal, no momento do sepultamento, nos foi narrado por dona Maria Peres, moradora há mais de 70 anos em Duque de Caxias e que ali esteve presente, confirmando o registro de Antonio Peralta: “O temporal não dava tréguas. Era como se a noite chegasse inesperadamente. A água corria rápida pelos meios-fios cemitério abaixo, levando ao portão de entrada, flores amassadas e as folhas verdes das amendoeiras arrancadas pelo vento”.

Aos poucos, a tempestade amainou, quando o corpo foi entregue à terra. Molhado, o povo deixou o campo santo em desalinho, alguns descalços, pés sujos de barro, tristes, mas com o dever cumprido de ter prestado a última homenagem àquele que ficaria na história da cidade de Duque de Caxias, como um mito lendário de sua crença.

Referências Bibliográficas

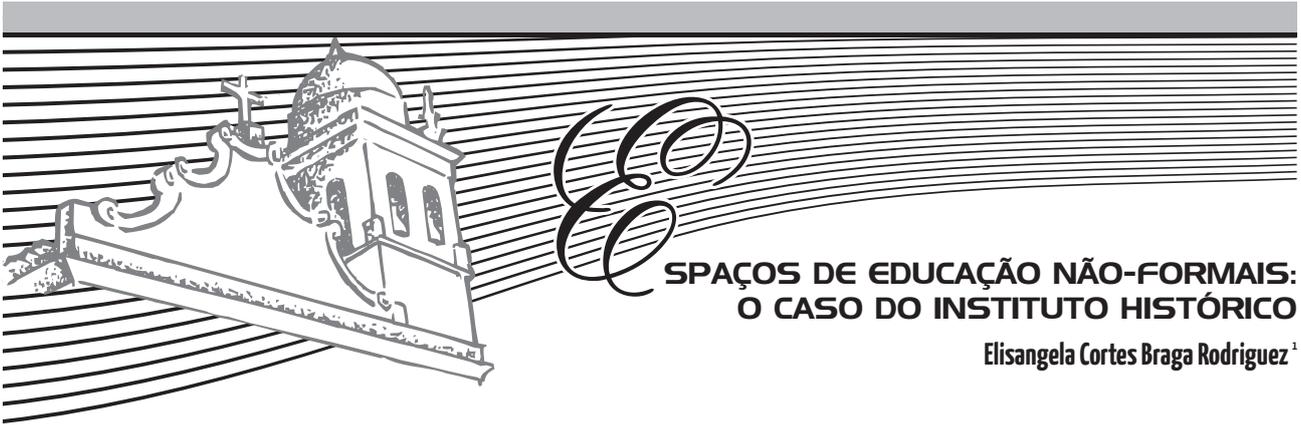
CARNEIRO, Edson. Candomblés da Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: INL, 1954.

PERALTA, Antonio Carlos Lopes. Um Vento de Fogo. Tese de Mestrado em História. Vassouras – RJ: USS, 2000.

Depoimento

MARIA PERES, moradora do município de Duque de Caxias.



SPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAIS: O CASO DO INSTITUTO HISTÓRICO

Elisangela Cortes Braga Rodriguez¹

Ao nos debruçarmos sobre a história da educação pública brasileira é possível perceber que as práticas pedagógicas adotadas pelos professores priorizavam a memorização e não a atividade reflexiva. Os alunos deviam decorar o maior número de informações possíveis, dentre elas o “bê-a-bá” e a tabuada. O uso dos castigos corporais também eram bastante comuns.

De acordo com Schueler, as lições ensinadas durante a semana deviam ser recordadas aos sábados, dias escolhidos para recompensar, com prêmios, os alunos que se destacavam e de repreender e castigar àqueles que apresentassem baixo rendimento.

Entretanto, continua Schueler, os métodos disciplinares utilizados pelos professores – exposição dos alunos ao vexame e à vergonha e nos casos extremos a expulsão – estendiam-se, também, aos faltosos e aos incorrigíveis respectivamente.

De lá prá cá muita coisa mudou. Embora muitos ainda enxergam o professor como um exímio transferidor de conhecimento, hoje sabe-se que a relação ensino-aprendizagem é muito mais complexa e dinâmica, transcendendo, assim, uma postura de passividade por parte do educando.

Portanto, a imagem do professor severo que fazia uso da temida palmatória, cedeu lugar à figura de um profissional que estimula a reflexão e o senso crítico em seus alunos.

No que tange à trajetória do ensino de História, especificamente, também é possível perceber um deslocamento com relação à sua finalidade. Elza Nadai assinala que a História enquanto disciplina autônoma surgiu na Europa, no fim do século XIX, e tanto lá como aqui no Brasil, esteve intimamente ligada ao avanço do poder laico sobre a sociedade e à constituição das nações modernas. Neste sentido, o ensino de história nas escolas limitava-se à educação cívica, cujo principal objetivo residia em confirmar a ideia de nação e criar no alunado o sentimento de pertencimento.

Renilson Ribeiro informa-nos que “o aparelho didático desse tipo de ensino era uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes”.

Com o passar do tempo, assistimos a uma renovação gradativa do ensino de História nas salas de aulas e, hoje, é possível afirmar, com algumas exceções, que ele não se restringe simplesmente à exposição de conteúdos ou narrativas de episódios e acontecimentos do passado, mas leva os alunos a compreenderem que o conhecimento histórico pode ajudá-los a estabelecer relações entre sua vida individual e o mundo que os cerca.⁴

A escola, no entanto, não é o único lugar de conhecimento. Os espaços educativos não-formais são aliados da escola no processo de aprendizagem dos alunos.

Esses espaços de saber alternativos: arquivos, museus, espaços de exposição, dentre outros são importantes para trabalhar a constituição da cidadania, todavia, para tanto, é imprescindível

¹ Mestranda em Relações Etnicorraciais (CEFET). Professora de História da rede estadual de ensino. Servidora da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Sócia contribuinte da Associação dos Amigos do Instituto Histórico/CMDC.

² SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. No Tempo da Palmatória. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: agosto de 2007, ano 2, n. 23, pp. 66-69.

³ NADAI, Elza. O Ensino de História e a Pedagogia do cidadão. Jayme Pinsky (Organizador). In: O Ensino de História e a Criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 23-29.

⁴ RIBEIRO, Renilson Rosa. Fora da Realidade. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: setembro de 2005, ano 1, n. 3, pp. 79-81.

A escola, no entanto, não é o único lugar de conhecimento. Os espaços educativos não-formais são aliados da escola no processo de aprendizagem dos alunos.

Esses espaços de saber alternativos: arquivos, museus, espaços de exposição, dentre outros são importantes para trabalhar a constituição da cidadania, todavia, para tanto, é imprescindível conscientizar os alunos da necessidade de preservação da memória histórica, pois ela é essencial para a constituição de identidades.

No caso específico dos museus, os estudos recentes sobre Educação Patrimonial demonstram como ele pode e deve ser trabalhado pelos professores de História de forma diferente da ideia tradicional de contemplação.

Para Ramos, os museus não devem ser encarados nem como templos nem como espaços de celebração de personagens ou classificação enciclopédica da natureza. Devem, antes, ser vistos como um fórum, que proporcione ao público e, sobretudo, aos alunos e professores a possibilidade de discussões e questionamentos.

No que tange às exposições, Ramos ensina-nos que ela nunca deve ser vista como um conhecimento acabado. Para ele, as exposições possuem um caráter comunicativo e querem informar algo, ou mais que isso, tem a intenção de mostrar uma ideia. Por isso, quando os objetos saem de suas funções⁵ de origem – cadeira, retrato, arma – mudam de significado.

A definição de significados de Thomaz Tadeu pode ser aplicada às exposições, museus e seus objetos:

7

Dentro dessa perspectiva, Ramos propõe que os objetos presentes nas exposições museus sejam interpretados como textos:

O sentido e o significado, entretanto, não são produzidos de forma isolada, (...) o significado e o sentido tampouco existem como ideia pura, como pensamento puro, fora do ato de sua enunciação, de seu desdobramento em estruturas, em relações. Esses sistemas, essas estruturas, essas relações, por sua vez, apresentam-se, organizam-se como marcas linguísticas materiais, como tramas, como redes de significantes, como tecidos de signos, como textos enfim.

8

Marcos Silva salienta a importância dos museus como mecanismo de conhecimento histórico, na mesma lógica de Ramos, que argumenta ser necessário refletir sobre os nossos objetos e o presente vivido para estabelecer uma relação com o passado. Se aprendemos a ler palavras, e preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos.

9

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentais entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar.

10

⁵MARQUES, Helena e SANTIAGO, Ana. Uso dos espaços educativos não-formais e a formação do professor de história. In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, História e Biografias: UERJ, 2002.

⁶RAMOS, Francisco Régis Lopes. A Danação do Objeto - O Museu no Ensino de História. Chapecó: Argos, 2002.

⁷Idem.

⁸SILVA, Thomaz Tadeu da. O Currículo Como Fetiche: A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

⁹RAMOS, Francisco Régis Lopes. A Danação do Objeto - O Museu no Ensino de História. Chapecó: Argos, 2002.

¹⁰Idem.

Dentro desta perspectiva, o Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, é considerado um espaço de educação não-formal, porque além de guardar e preservar um significativo acervo documental, mantém um espaço físico para realização de exposições e desenvolve ainda dois projetos: “A Câmara vai às escolas” e “Tecendo ações no presente. Construindo a cidadania do futuro”, este por meio de sua Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

O Instituto Histórico funciona como um setor da Câmara Municipal de Duque de Caxias e conforme a professora Tania Amaro, diretora do espaço, ele surgiu da necessidade que os frequentadores da antiga Biblioteca José do Patrocínio – que se situava no terceiro andar na Câmara – tinham em conhecer mais sobre a história do município.

Ainda de acordo com Tania Amaro, por iniciativa¹¹ do então vereador Elias Lazaroni e da professora Dalva Lazaroni, o Instituto Histórico foi inaugurado em 31 de janeiro de 1973 e recebeu, inicialmente, o nome de Instituto Histórico e Geográfico de Duque de Caxias, passando a ser denominado Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto somente em 1980.

O acervo do Instituto Histórico é resultado de doações não só de pessoas como de instituições e hoje ele é constituído por jornais, livros, objetos, periódicos, fotografias, etc., sendo constantemente procurado por alunos e pesquisadores interessados em conhecer mais de perto a história do município de Duque de Caxias e com o objetivo de visitar as exposições, que acontecem no decorrer ano.

Com relação aos projetos, mencionados anteriormente, o primeiro deles: “A Câmara vai às escolas” é fruto dos anseios do Instituto Histórico da Câmara Municipal de trabalhar as questões da cidadania e da história local e tem o apoio da rede municipal de ensino, levando aos alunos das públicas a importância de conhecer sua própria história. O projeto tem dois objetivos principais: levar até os alunos parte da história da cidade na qual residem e do bairro no qual a escola está situada; além disso, explanar acerca das funções do poder Legislativo no município, bem como sobre a tripartição dos poderes.

A proposta é ajudar os discentes a compreenderem – desde as séries mais básicas – a importância de preservar a história local e regional na construção da identidade e que a qualidade de cidadania é consequência da tomada de consciência dos direitos e deveres do indivíduo, afinal já dizia Paulo Freire: “Educar é um ato político”.

O segundo projeto, “Tecendo Ações no Presente. Construindo a cidadania do futuro”, é realizado por meio da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH) e conta com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto tem a finalidade de difundir a cultura na cidade através, dentre outras, das seguintes atividades:

¹¹AMARO, Tania. Instituto Histórico: 40 anos de História. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, outubro de 2013, ano 12, edição especial, pp. 7-13.

¹²AMARO, Tania. Instituto Histórico: 40 anos de História. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, outubro de 2013, ano 12, edição especial, pp. 7-13.

¹³AMARO, Tania. Online: disponível em: http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/?page_id=9. Consultado em: 12 de março de 2014.

- **Oficina de Teatro – Teatro e Transformação Social** - atende a comunidade e os alunos de escolas públicas. O curso é ministrado pelo teatrólogo Ediélio Mendonça e tem duração de seis meses.



- **Oficinas de Capoeira** – realizada a partir da parceria com o Museu Vivo de São Bento, tem como público alvo os alunos da rede pública.



- **Oficina de Pintura e Exposição – Pintando o hoje. Construindo o amanhã** – é fruto da parceria com o atelier Arte e Fato. As obras aí confeccionadas podem ser apreciadas em uma exposição de mesmo nome, realizada anualmente no Instituto Histórico.



Essas atividades são realizadas não só no Instituto Histórico, como no Museu Vivo de São Bento, nos ateliers e espaços dos oficinairos, transformando-se em oportunidades de difundir suas atividades, para aqueles que ministram as oficinas, e para a formação daqueles que delas participam.

14

¹⁴AMARO, Tania. Online: disponível em: http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/?page_id=9. Consultado em: 12 de março de 2014.

O Instituto Histórico, ao trabalhar para preservar a memória cultural, difundir a história do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense e desenvolver projetos culturais, entende que está contribuindo na construção da cidadania e identidade do povo duquecaxiense.

Nas suas linhas de ação, o Instituto Histórico seguiu a proposta de que a escola e os professores não são os únicos detentores do conhecimento – seja ele histórico ou não – e que as práticas de ensino deslocaram-se do espaço da memorização para a reflexão.

Todavia é preciso estar atento, ainda, para duas questões significativas: primeiro, para o investimento nos cursos de formação de professores para que os docentes sejam formados com autonomia intelectual e pensamento crítico; Segundo, para a contínua democratização do acesso ao saber que estão depositados nesses espaços educativos não formais.

Referências Bibliográficas

AMARO, Tania. Instituto Histórico: 40 anos de História. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias: CMD/ASAMIH, outubro de 2013, ano 12, edição especial, pp. 7-13.

AMARO, Tania. Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro. Disponível em: http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/?page_id=9. Consultado em 12 de março de 2014.

MARQUES, Helena e SANTIAGO, Ana. Uso dos espaços educativos não-formais e a formação do professor de história. In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, História e Biografias: UERJ, 2002.

NADAI, Elza. O Ensino de História e a Pedagogia do cidadão. Jayme Pinsky (Organizador). In: O Ensino de História e a Criação do fato. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 23-29.

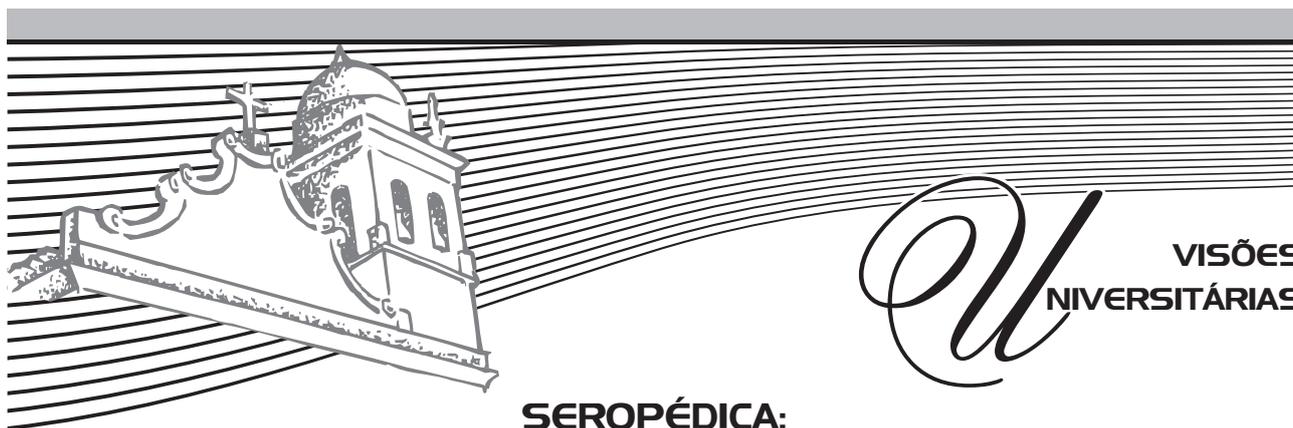
RAMOS, Francisco Régis Lopes. A Danação do Objeto - O Museu no Ensino de História. Chapecó: Argos, 2002.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Fora da Realidade. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: setembro de 2005, ano 1, n. 3, pp.79-81.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. No Tempo da Palmatória. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: agosto de 2007, ano 2, n.23, pp. 66-69.

SILVA, Marcos. Além das coisas e do imediato: cultura material, História imediata e ensino de História, Revista Tempo. Rio de Janeiro: junho de 2007, ano 7, n.21, pp. 82-96.

SILVA, Thomaz Tadeu da. O Currículo Como Fetiche: A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.



VISÕES
NIVERSITÁRIAS

SEROPÉDICA: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS¹

Leandro Dias de Oliveira²
Ariane Melchior Nunes da Horta³
Carla Silva Cordeiro⁴
Lidiane Salgado de Sousa⁵

Seropédica é uma cidade localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em uma área conhecida popularmente como Baixada Fluminense – região marcada por índices alarmantes de qualidade de vida (ALVES, 2003; SIMÕES, 2007), e cuja representação remete a estigmas de violência e pobreza (ROCHA, 2012). A cidade é reconhecida como lugar da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Desmembrada do município de Itaguaí, é uma das cidades de emancipação mais recente do estado do Rio de Janeiro, criada através da Lei Estadual n.º 2.446, de 12/10/1995, e com instalação administrativa em 01.º/01/1997. Sua área é de 283,762 km² e possui uma população estimada pelo IBGE de 78.186 habitantes. A cidade de Seropédica é sede do parque de pesquisa da EMBRAPA – Agrobiologia, da FLONA Mário Xavier (conhecida como Horto) e, particularmente, do campus central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], que tem grande influência econômica e social, fazendo de Seropédica a “cidade dos estudantes”.

Como nas últimas décadas a metrópole fluminense vem experimentando fortes modificações em sua estrutura econômica, através de um reordenamento territorial da produção e do consumo e no aparecimento de novos investimentos e / ou incremento de

¹Artigo desenvolvido no âmbito dos projetos de pesquisa: “Os Impactos da Reestruturação Produtiva Fluminense na cidade de Seropédica / RJ”, liderado pelo Prof. Leandro Dias de Oliveira, com o apoio do PIBID-CAPES [Programa de Iniciação à Docência] Geografia UFRRJ, campus Seropédica, intitulado “Geografando Seropédica/RJ: (re)conhecendo espaços, construindo saberes com consciência espacial e cidadania”, coordenado pelos professores Regina Cohen Barros, André Santos da Rocha e Leandro Dias de Oliveira; e “O Processo de Reestruturação Territorial-Produtiva no Oeste Metropolitano Fluminense”, com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, através da modalidade de Auxílio-Instalação concedido ao Prof. Leandro Dias de Oliveira. Estas reflexões estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa “Reestruturação Espacial Contemporânea”, registrado junto ao Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas [REC-LAGEPPE].

Doutor em Geografia pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e líder do Grupo de Pesquisa “Reestruturação Espacial Contemporânea”, registrado junto ao Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas [REC-LAGEPPE]. E-mail: leandrodias@ufrj.br

²Aluna do curso de Graduação em Geografia da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Bolsista CAPES / PIBID Geografia, campus Seropédica. E-mail: arianehorta.geo@gmail.com

Aluna do curso de Graduação em Geografia da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Bolsista CAPES / PIBID Geografia, campus Seropédica. E-mail: carlacordeiro1992@hotmail.com

³Aluna do curso de Graduação em Geografia da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Bolsista CAPES / PIBID Geografia, campus Seropédica. E-mail: lidygeoufrj@hotmail.com

⁴Portal Seropédica. Disponível em: www.portalseropedica.com.br. Acesso em: 27 de janeiro de 2013.

Como nas últimas décadas a metrópole fluminense vem experimentando fortes modificações em sua estrutura econômica, através de um reordenamento territorial da produção e do consumo e no aparecimento de novos investimentos e / ou incremento de antigas bases produtivas, esta área conhecida como Baixada Fluminense – parte integrante da periferia da metrópole carioca – vem sentindo os impactos territoriais desta reestruturação (ROCHA, OLIVEIRA, 2012). A ampliação do porto de Itaguaí, bem como a instalação da base exploração de Pré-Sal da Petrobrás na mesma cidade, os gigantes investimentos em toda a Baía de Sepetiba, e ainda a construção do Arco-Metropolitano que ligará a Refinaria de petróleo de Itaboraí [COMPERJ] ao porto de Itaguaí são exemplos concretos das mudanças que atingem a Região Metropolitana Fluminense.

É importante ressaltar o desafio de se escrever sobre a cidade de Seropédica: (i) há pouco material disponível para consulta, o que faz de todo trabalho de investigação sobre a temática um grande esforço teórico-metodológico e empírico de busca de fontes e levantamentos de dados sobre a realidade local; (ii) as tessituras econômicas e de poder ainda são pouco claras em uma cidade que vive uma importante transformação econômica em moto-contínuo; ou seja, há uma dificuldade premente de se avaliar uma realidade em constante mutação; e, por fim (iii), com os inúmeros debates que podem ser abertos a partir da realidade de Seropédica – conflitos identitários, mobilidade urbana, nichos econômicos, associações e dissociações regionais e metropolitanas, para ficarmos somente neste campo da Geografia Humana / Econômica – há que se efetuar um recorte bem específico em indagações que já permitem apontar respostas profícuas.

Assim, o objetivo central deste artigo é perceber as possíveis alterações deste processo de reestruturação produtiva em curso na cidade de Seropédica, através de: [1] um breve resgate histórico, com uma análise das atuais mudanças produtivas; e de [2] um entendimento do papel da UFRRJ no contexto local-regional.

Um breve resgate histórico: Da sericultura à atual reestruturação territorial-produtiva contemporânea

A cidade de Seropédica carrega em seu nome o signo da especialização produtiva. Seu nome é oriundo da “produção da seda” (serikon = seda em grego), uma importante riqueza econômico-produtiva que hoje resiste apenas em pequenas rugosidades (termo de SANTOS, 1996) na paisagem.

7

Fazendo um breve resgate histórico, o atual município de Seropédica, sendo pertencente a Itaguaí antes de sua emancipação, esteve localizado historicamente na área que pertencia à capitania hereditária de São Vicente. Em princípios do século XVII os padres da Companhia de Jesus, nomeados jesuítas, fundaram a Aldeia São Francisco Xavier de Itaguaí, região que recebeu dezenas de índios Carijós ou Tupiniquins da Lagoa dos Patos, já devidamente catequizados, para formarem a aldeia após serem obrigados a se deslocar da Ilha de Marambaia por designação do proprietário daquela ilha (FRÓES, 2000).

Segundo José Fróes (2000), um terreno ao norte do Rio Itaguaí, escolhido pelos jesuítas, foi concedido ao diretor religioso dos índios, onde se estabelece sua igreja, que, uma vez extinta a Companhia de Jesus, tornou-se paróquia por provisão. Com este fato, relata José Fróes (2000), a Aldeia de São Francisco Xavier ficou desamparada e se encontrou perto do seu fim. Neste tempo oportuno assumiu a autoridade de vice-rei do Brasil o Marquês de Lavradio, quando a então aldeia teve a atenção precisa para evitar seu desaparecimento.

A este marquês, entre os anos de 1769 e 1779, coube a disseminação do café pela Baixada de Sepetiba. O impulso que esta cultura deu à Aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí foi de tal magnitude que em 1828 passaria a ser uma das mais importantes da província do Rio de Janeiro. Chegando a categoria de Vila, Itaguaí teve seu território dividido administrativamente em distritos, sendo que o segundo, Bananal, acabou favorecido por sua posição geográfica que ligava a Corte do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais. José Fróes (2000) relata o surgimento em Itaguaí, por volta de 1836, da figura de José Pereira Tavares, que familiarizado com a sericultura pelo contato com segmentos das colônias italianas e francesas, entendeu nesta produção uma atividade impulsora da economia. Tavares adquiriu terras às margens do caminho para São Paulo e Minas Gerais e iniciou a prática da sericultura, dando origem ao

⁷Ou sericultura: estudo e criação do bicho-da-seda, ou a “arte de produzir a seda” (ZANETTI, 2003). Segundo Ronald Zanetti (2003), “é uma das atividades agroindustriais mais antigas da humanidade”, e “compreende a cultura de amoreira, a criação do bicho-da-seda e a produção de fios da

que em 1828 passaria a ser uma das mais importantes da província do Rio de Janeiro. Chegando a categoria de Vila, Itaguaí teve seu território dividido administrativamente em distritos, sendo que o segundo, Bananal, acabou favorecido por sua posição geográfica que ligava a Corte do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais.

José Fróes (2000) relata o surgimento em Itaguaí, por volta de 1836, da figura de José Pereira Tavares, que familiarizado com a sericultura pelo contato com segmentos das colônias italianas e francesas, entendeu nesta produção uma atividade impulsora da economia. Tavares adquiriu terras às margens do caminho para São Paulo e Minas Gerais e iniciou a prática da sericultura, dando origem ao que viria ser o Estabelecimento Seropédico de Itaguaí. José Pereira Tavares iniciou em suas terras a plantação de amoreiras – importantíssimas para alimentação do bicho-da-seda –, chegando a ter uma produção de nível industrial de aproximadamente 120 mil pés. Concretizando a prática da sericultura, o Estabelecimento Seropédico de Itaguaí – que em 1848 tornou-se Imperial Companhia Seropédica Fluminense, tendo D. Pedro II como sócio majoritário (ZANETTI, 2003) – constituiu a gênese de Seropédica através do estigma da produção (agro-) industrial, e por que não, do trabalho técnico-produtivo.

Da história com base na produção sericultora, Seropédica emerge atualmente como um novo polo atrativo de caráter industrial. Este município vem sofrendo significativas mudanças espaciais desde quando se tornou atrativa para empresas que desejam não somente atuar junto ao Porto de Itaguaí (Baía de Sepetiba), mas também desfrutar de sua estratégica posição logística. Afinal, o município de Seropédica é cortado pela BR-465 (antiga Estrada Rio-São Paulo), pela BR-116 (Rodovia Presidente Dutra), ao sudoeste pela RJ-109 (Reta de Piranema, que liga a cidade à Itaguaí), e a RJ-125 (Rodovia Ary Schiavo, permite o acesso à Japeri e atinge a Rodovia Lúcio Meira – a BR-393 – na localidade de Ubá, em Vassouras), além de ser atravessado de pelo ramal ferroviário Japeri-Mangaratiba. Além destes segmentos rodoviários, está em construção o Arco Metropolitano Fluminense (ver figura 1), que irá reestruturar toda a malha rodoviária da região metropolitana através da conexão de cinco eixos rodoviários. Segundo o projeto, o arco possuirá ao todo 145 km de extensão, sendo que o trecho que será construído terá 72 km de extensão, passando pelos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí, todos pertencentes à Baixada Fluminense. Não restam dúvidas que essa implantação trará significativas mudanças científico-tecnológicas e econômicas para Seropédica e para o estado do Rio de Janeiro.

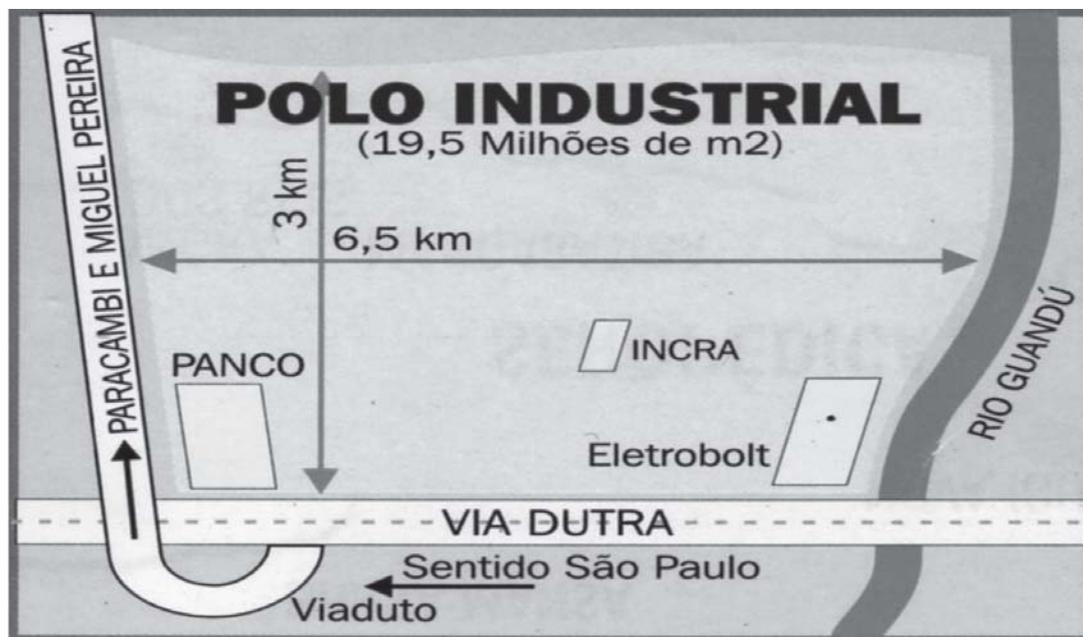
8



Fonte: <http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=16222>. Acesso em: 5 de setembro de 2011 - In: Gomes Filho, 2013.

§Sobre este tema ver o artigo de Júlio César Gomes Filho (2013).

Também se encontra em andamento a criação do Polo Industrial de Seropédica (ver figura 2), e há estimativas (otimistas, evidentemente) que chegam a apontar mais de 100 empresas com interesse de implantação na cidade. Mediante esses investimentos, uma área de 19,5 milhões de metros quadrados está sendo demarcada ao longo da margem da via Dutra, BR 116, sentido São Paulo, para a instalação do polo de indústria, onde estão presentes a Eletrobolt e a alimentícia Panco, além da Mefertec Engates Rápidos.



Fonte: Disponível em: <http://www.portalseropedica.com/seropedica/seropedica.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

Além da empresa Brasilit, que demonstrou recentemente o interesse em se instalar na cidade, em reportagem da Folha de São Paulo apontou-se a intenção de criar um polo automobilístico Seropédica, e que já existem conversas com a chinesa JAC, as alemãs BMW e Volkswagen e uma quarta montadora também europeia. O próprio prefeito Alcir Martinazzo afirmou recentemente que várias empresas têm “demonstrando interesse em se instalar no município”, “dentre elas dez empresas de grande porte. Isto, em função da nova mentalidade do governo municipal, que busca trazer para Seropédica estas empresas e também ao momento econômico que vive a região”. Através de incentivos fiscais às empresas que vierem a se instalar no Polo Industrial, destinado a abrigar empresas de médio e grande porte, e na Zona Especial de Negócios, para empresas de pequeno e médio porte, e ambicionando tornar-se polo de atração para empresas que desejam operar na retro área do Porto de Itaguaí, Seropédica se consolida como cidade fundamental para a compreensão da atual reestruturação territorial-productiva do Oeste Metropolitano Fluminense.

13

⁹<http://www.mefertec.com.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

¹⁰ Brasilit terá fábrica em Seropédica, 07/03/2013. Disponível em <http://www.seropedicaonline.com/news/brasilit-tera-fabrica-em-seropedica/>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

¹¹ LUNA, DENISE. “Rio terá polo industrial para petróleo em Cabo Frio”. Folha de São Paulo, 12/11/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1024627-rio-tera-polo-industrial-para-petroleo-em-cabo-frio.shtml>. Acesso em: 15 de abril de 2013. Município se prepara para ser polo logístico da Região. Jornal Atual, 30/12/2011. Disponível em: <http://jornalatual.com.br/portal/?p=7137>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

<http://www.portalseropedica.com/seropedica/seropedica.htm>

A UFRRJ: De “Cidade Universitária” à emergência de um Parque Tecnológico

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ] localiza-se na margem da BR-465, (antiga Rodovia Rio-São Paulo), na cidade de Seropédica, estado do Rio de Janeiro. Oriunda da antiga Escola Nacional de Agronomia, a UFRRJ tem suas origens em 1910, pelo decreto do então presidente da república, Nilo Peçanha, fundando a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) que se localizava no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro.

Em 1943, nascia através do Decreto 23.857 a Universidade Rural do Brasil, abrangendo na época a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, entre outros cursos de especialização e extensão. Até maio do ano de 1967 a Universidade Rural do Brasil era vinculada ao Ministério da Agricultura. A atual denominação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – veio em 1967 que transferiu para o Ministério da Educação os órgãos de Ensino do Ministério da Agricultura. Atualmente a Universidade conta com um crescente número de cursos de graduação e de pós-graduação (entre especialização, mestrado e doutorado).

A UFRRJ abriga alunos de todas as partes do país, conduzindo e integrando os mesmos a cidade de Seropédica, sua economia e cultura. Seropédica, por sua vez, tem uma distribuição espacial específica: a cidade crescente às margens da BR-465, antiga rodovia Rio São Paulo, se “dividiu” destacadamente em dois pontos principais, o Km 40 e o Km 49 (Centro da Cidade). A população que migra a esta cidade pela universidade passa a morar no Km 49, movimentando assim a economia de setor terciário mudando o espaço como um todo.

O Km 49 é frequentemente mais procurado pelos alunos que ingressam na Universidade Rural por estar localizado mais próximo de seu destino acadêmico, facilitando assim seu transporte, pois há vans que fazem o trajeto à Rural, como também pela oferta de serviços comerciais, bares, restaurantes e repúblicas. Por esta forma de migração ocorrer nesta porção municipal, é nesta área que ocorrem os maiores investimentos municipais como recapeamentos de ruas e iluminação pública, como também privados: a população que possui casas de aluguel, lojas e bares investe mais na aparência e também qualidade do que é construído / vendido / servido em seus respectivos estabelecimentos como atrativo a estes novos estudantes (HORTA, 2012).

Seropédica é uma cidade que vive sob o estigma da pobreza. Os indicadores estatísticos identificam com clareza a situação social, econômica e política do município de Seropédica, conforme é possível auferir através de alguns dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Entre esses dados é importante destacar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) com a marca de 0,731 – que seria considerado regular para os indicadores da ONU –, estando segundo dados do IBGE em 47.^a no âmbito do estado do Rio de Janeiro e na 1609.^a em escala nacional. Tais dados mais quantificam que qualificam a realidade, destacadamente quando observamos as informações sobre a educação do município. Para o Tribunal de Contas, em 2000, a alfabetização de pessoas com até 15 anos de idade chegou a 91 %; no entanto, este valor é questionado quando se busca dados sobre o IDEB (Índice da Educação Básica) de 2009 das escolas municipais, que foi de 3,7, estando abaixo da média nacional que é 4,0 (INEP, 2011).

Não há dúvidas que se trata de uma exigência inexpugnável o retorno social das atividades de pesquisa, ensino e extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a comunidade, sobretudo quando podemos pensar em uma reverberação qualitativa sobre a realidade social através de instrumentos e técnicas desenvolvidos pelo corpo docente e discente. Todavia, a inserção da comunidade à universidade ainda é dificultada ora pela distância e dificuldade de acesso por parte de moradores, ora por falta de conhecimento destes sobre a universidade. O diálogo entre a universidade e as escolas e a comunidade do entorno ainda é, indiscutivelmente, incipiente

¹⁴Ver: UFRRJ. Nossa História. Disponível em: <http://www.ufrj.br/portal/modulo/reitoria/index.php?view=historia>.

¹⁵Os referidos dados também estão presentes no escopo do subprojeto do PIBID de Geografia, campus Seropédica coordenada pelos professores Regina Cohen Barros, Leandro Dias de Oliveira e André Santos da Rocha.

por falta de conhecimento destes sobre a universidade. O diálogo entre a universidade e as escolas e a comunidade do entorno ainda é, indiscutivelmente, incipiente.

À revelia deste parco diálogo entre a universidade e seu entorno – no que se refere ao campo social, por exemplo – atualmente, um dos importantes projetos em curso na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é a criação de um Parque Tecnológico, que segundo o seu próprio estatuto, deve ser compreendido como um ambiente de inovação “propício à transformação dos conhecimentos desenvolvidos e armazenados nas unidades da UFRRJ e de empresas parceiras em produtos, processos e serviços para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro”. O parque será instalado no Morro das Pindobas, no Km 47, na margem da Rodovia Presidente Dutra, antes do primeiro pedágio em direção ao Rio de Janeiro, e, portanto, nas bordas do Arco Rodoviário. Este parque tecnológico terá 800 mil metros quadrados e poderá fazer parcerias com órgãos como Embrapa e Emater.

Concebido para atuar em áreas de conhecimento ligadas ao setor de agronegócios, este Parque Tecnológico extravasará esta intenção, uma vez que seu escopo foi ampliado. Segundo a professora Stella Reis da Costa, coordenadora da incubadora de empresas da UFRRJ, empresas como “Nestlé, Sadia, Coca-Cola e AB InBev estão entre as companhias interessadas em montar centros de pesquisas em nosso parque tecnológico, cujas operações devem ter início em 2014”. Em entrevista ao Portal IG Economia, Stella Costa aponta que a intenção é “criar um polo de desenvolvimento na Baixada Fluminense, contribuindo para trazer conhecimento e recursos”. Somente em infraestrutura estão previstos aportes financeiros da ordem de R\$ 150 milhões.

Neste século, a UFRRJ vai paulatinamente perdendo sua condição de “universidade rural”. Junto aos tradicionais cursos com esta perspectiva, emergiram novas graduações, cursos de pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão que extravasam o “espaço rural” e se inserem na análise do continuum rural-urbano, quando não tem como escopo o estudo da área metropolitana no qual a cidade de Seropédica está inserida. Vale asseverar, através das palavras da Pró-Reitora de Graduação entre 2005 e 2013, Prof.^a Nídia Majerowicz: “com a criação dos campi Nova Iguaçu e Três Rios, e o Plano de Reestruturação e Expansão das IFES, a UFRRJ ampliou em 125% os cursos de graduação oferecidos”, e “dos vinte e dois (22) cursos de graduação no campus sede, em 2005, a Instituição passou a oferecer quarenta (40) cursos de graduação presenciais somente em Seropédica” (MAJEROWICZ, 2013). A universidade se expande, abrindo seus horizontes científicos e possibilitando novas formas de inserção na sociedade.

A criação de um parque tecnológico configura uma importante característica do processo de reestruturação produtiva em curso: a aproximação entre o “ensino acadêmico” e os “aportes técnico-produtivos privados”. A efetivação de um ensino universitário voltado para a composição dos quadros destas empresas que emergem na cidade de Seropédica pode oferecer a devida capacitação para preenchimento dos novos postos de trabalho por estudantes da região, como também a reformulação do cabedal técnico de seus moradores. Todavia, este processo precisa de uma discussão abrangente entre professores, alunos, técnico-administrativos e demais interessados, para que se possa preservar a autonomia acadêmica da universidade. Afinal, a UFRRJ possui grande dívida para com o seu entorno em Seropédica; qualquer parceria entre a universidade e as empresas que ambicionam compor esta nova área industrial deve priorizar a amortização deste saldo negativo, colocando-se em primeiro lugar uma formação de qualidade. “Formar para o mercado” é sempre perigoso, pela forma imediata dos interesses do ensino, pesquisa e extensão, alienação das convicções pessoais e coletivas em prol do capital e manipulação dos focos de investigação dos laboratórios. Além disso, não se deve esquecer que a universidade é um importante bastião do conhecimento, e qualquer corrupção de sua autonomia deve ser sempre questionada. A aproximação entre a UFRRJ e os novos investimentos produtivos, sob nenhuma hipótese, pode implicar na privatização dos saberes produzidos na universidade.

¹⁴ PROPOSTA DO REGULAMENTO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA UFRRJ. Disponível em: http://www.ufrj.br/portal/parque_tecnologico/docs/Proposta_Regulamento_Parque_Tecnologico_UFRRJ.pdf. Acesso em: 15/04/2013.

Parque Tecnológico: UFRRJ divulga proposta inicial de Regulamento. Rural Semanal: Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica [UFRRJ], Ano XX, 2013, n.º 13.

BATISTA, Henrique Gomes Rio no mapa da tecnologia e ciência de ponta global. In: O Globo (On-line) 29/11/12. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/rio-no-mapa-da-tecnologia-ciencia-de-ponta-global-6876579>. Acesso em: 15/04/2013.

FALCÃO, Carla Falcão. Estado do Rio deve inaugurar três parques tecnológicos até 2014. IG Economia / IG Rio de Janeiro, 12/04/2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/estado-do-rio-deve-inaugurar-tres-parques-tecnologicos-ate-2014/n1597737668346.html>. Acesso em: 15/04/2013.

autonomia acadêmica da universidade. Afinal, a UFRRJ possui grande dívida para com o seu entorno em Seropédica: qualquer parceria entre a universidade e as empresas que ambicionam compor esta nova área industrial deve priorizar a amortização deste saldo negativo, colocando-se em primeiro lugar uma formação de qualidade. “Formar para o mercado” é sempre perigoso, pela forma imediata dos interesses do ensino, pesquisa e extensão, alienação das convicções pessoais e coletivas em prol do capital e manipulação dos focos de investigação dos laboratórios. Além disso, não se deve esquecer que a universidade é um importante bastião do conhecimento, e qualquer corrupção de sua autonomia deve ser sempre questionada. A aproximação entre a UFRRJ e os novos investimentos produtivos, sob nenhuma hipótese, pode implicar na privatização dos saberes produzidos na universidade.

Considerações Finais

Em tempos de globalização e meio técnico-científico informacional, com profundas mudanças nos modelos produtivos e na própria concepção das cidades contemporâneas, este artigo permite alentar que as mutações em curso na cidade de Seropédica poderão significar profundas transformações políticas, econômicas e sociais em sua paisagem nos próximos anos. Com a nova revolução industrial fluminense em curso, Seropédica se candidata a ser um dos importantes polos atrativos para recepção de novos investimentos, com um extraordinário eixo viário-distributivo de mercadorias, assim como se consolidando como entreposto para alocação de bens de produção do Porto de Itaguaí, e, por que não, nutriz de mão-de-obra qualificada e especializada para estes novos empreendimentos.

Para além destas projeções, alguns pontos já podem ser elencados: (i) a indústria, este modelo sócio-espacial oriundo da Revolução Inglesa do Século XVIII outrora condenado ao desaparecimento com novos arranjos produtivos flexíveis (OLIVEIRA, 2011), para além de certa independência do espaço, permanece como vigoroso mecanismo de aglomeração econômica, e, portanto, alvo necessário de estudo por parte daqueles que interpretam a produção do espaço; (ii) a ciência e a técnica são cada vez mais indissociáveis, e nesta senda, a UFRRJ vive uma importante oportunidade de expansão de suas fronteiras de ensino, pesquisa e extensão; contudo, isto não pode significar somente a qualificação da mão-de-obra local em prol dos postos de trabalhos que poderão emergir – lembrando sempre que as atuais fábricas empregam números cada vez mais reduzidos, e as perspectivas de empregos são sempre demasiado otimistas – mas um verdadeiro alargamento de sua área de influência na produção do conhecimento e nas trocas de saberes com as populações do entorno; e, por fim, (iii) Seropédica assiste uma transição cada vez visível do “rural” para o “urbano-industrial”, e a UFRRJ, que carrega em seu nome o saber com base agrária-rural, assiste um bem-vindo desvio na sua trajetória, permitindo a esta universidade situada na Baixada Fluminense cumprir um papel histórico de repensar a metrópole a partir de suas franjas urbanas e da sua periferia cada vez mais importante política e economicamente.

Referências

- ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias-RJ: APPH-CLIO, 2003.
- BATISTA, Henrique Gomes. Rio no mapa da tecnologia e ciência de ponta global. In. *Jornal O Globo*, 29/11/12. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/rio-no-mapa-da-tecnologia-ciencia-de-ponta-global-6876579>. Acesso em: 15 de abril de 2013.
- FALCÃO, Carla Falcão. Estado do Rio deve inaugurar três parques tecnológicos até 2014. In: *IG Economia / IG Rio de Janeiro*, 12/04/2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/estado-do-rio-deve-inaugurar-tres-parques-tecnologicos-ate-2014/n1597737668346.html>. Acesso em: 15 de abril de 2013.
- FROÉS, José Nazareth de Souza. O Brasil na rota da seda: Uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do Estado do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ: Edur [Editora da UFRRJ], 2000.
- GOMES FILHO, Júlio César. O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense. In: *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Revista Semestral – Ano 2, número 2, Jan. / Jun. 2013.
- HORTA, Ariane Melchior Nunes da; MOURA, Ernane Fernandes; SOUSA, Lidiane Salgado de Sousa; TAVARES, William Luiz de Almeida Tavares. A dinâmica espacial em Seropédica: Reflexões iniciais. In: *Cristiane Cardoso e Leandro Dias de Oliveira (Orgs.). Aprendendo Geografia: Reflexões Teóricas e Experiências de Ensino na UFRRJ*. Seropédica – RJ: Edur [Editora da UFRRJ], 2013.

Seropédica – RJ: Edur [Editora da UFRRJ], 2000.

GOMES FILHO, Júlio César. O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense. In: Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Revista Semestral – Ano 2, número 2, Jan. / Jun. 2013.

HORTA, Ariane Melchior Nunes da; MOURA, Ernane Fernandes; SOUSA, Lidiane Salgado de Sousa; TAVARES, William Luiz de Almeida Tavares. A dinâmica espacial em Seropédica: Reflexões iniciais. In: Cristiane Cardoso e Leandro Dias de Oliveira (Orgs.). Aprendendo Geografia: Reflexões Teóricas e Experiências de Ensino na UFRRJ. Seropédica – RJ: Edur [Editora da UFRRJ], 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB – Resultados e Metas. Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2011.

LUNA, DENISE. Rio terá pólo industrial para petróleo em Cabo Frio. In: Folha de São Paulo, 12/11/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1024627-rio-tera-polo-industrial-para-petroleo-em-cabo-frio.shtml>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

MAJEROWICZ, Nidia. Pró-reitora fala sobre os oito anos à frente da Graduação. In: Rural Semanal: Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica [UFRRJ], Ano XX, 2013, n.º 12. “Município se prepara para ser polo logístico da Região”. In: Jornal Atual, 30/12/2011. Disponível em: <http://jornalatual.com.br/portal/?p=7137>. Acesso em: 15 de abril de 2013.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92), 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011.

ROCHA, André Santos da. Seletividade Espacial das Políticas Públicas e o Território Urbano – Algumas Reflexões. In: Geo UERJ. Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 99-113. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

ROCHA, André Santos da; OLIVEIRA, Leandro Dias de. As Novas Dinâmicas Produtivas em curso na Baixada Fluminense: Breves apontamentos sobre uma nova geografia da indústria. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, ano 11, edição especial, maio de 2012, pp. 07-13.

ROCHA, André Santos da; OLIVEIRA, Leandro Dias de; BARROS, Regina Cohen. Práticas Educativas do PIBID Geografia / UFRRJ – Seropédica. In: Cristiane Cardoso e Leandro Dias de Oliveira (Orgs.). Aprendendo Geografia: Reflexões Teóricas e Experiências de Ensino na UFRRJ. Seropédica – RJ: Edur [Editora da UFRRJ], 2013.

“Parque Tecnológico: UFRRJ divulga proposta inicial de Regulamento”. Rural Semanal: Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica [UFRRJ], Ano XX, 2013, n.º 13.

PORTAL SEROPÉDICA. Disponível em: www.portalseropedica.com.br. Acesso em: 27 de janeiro de 2013.

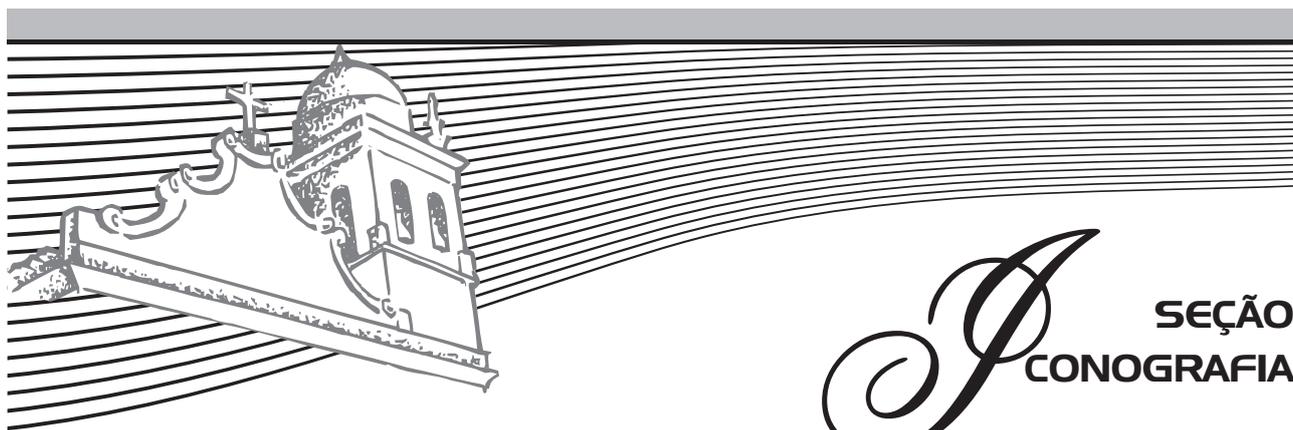
Proposta do Regulamento do Parque Tecnológico da UFRRJ. Disponível em: http://www.ufrj.br/portal/parque_tecnologico/docs/Proposta_Regulamento_Parque_Tecnologico_UFRRJ.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2013.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

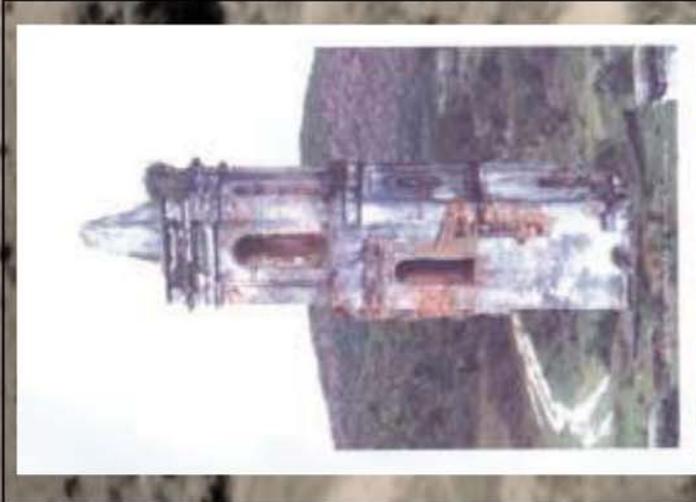
SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007.

UFRRJ. Nossa História. Disponível em: <http://www.ufrj.br/portal/modulo/reitoria/index.php?view=historia>. Acesso em: 19/05/2013.

ZANETTI, Ronald. Sericicultura (Texto Acadêmico) – Notas de Aula de ENT 110. Lavras: Editora UFLA, 2003. Disponível em: <http://www.den.ufla.br/siteantigo/Professores/Ronald/Disciplinas/Notas%20Aula/Sericicultura%20doencasbicho.pdf> (Fragmento Consultado). Acesso em: 19 de maio de 2013.

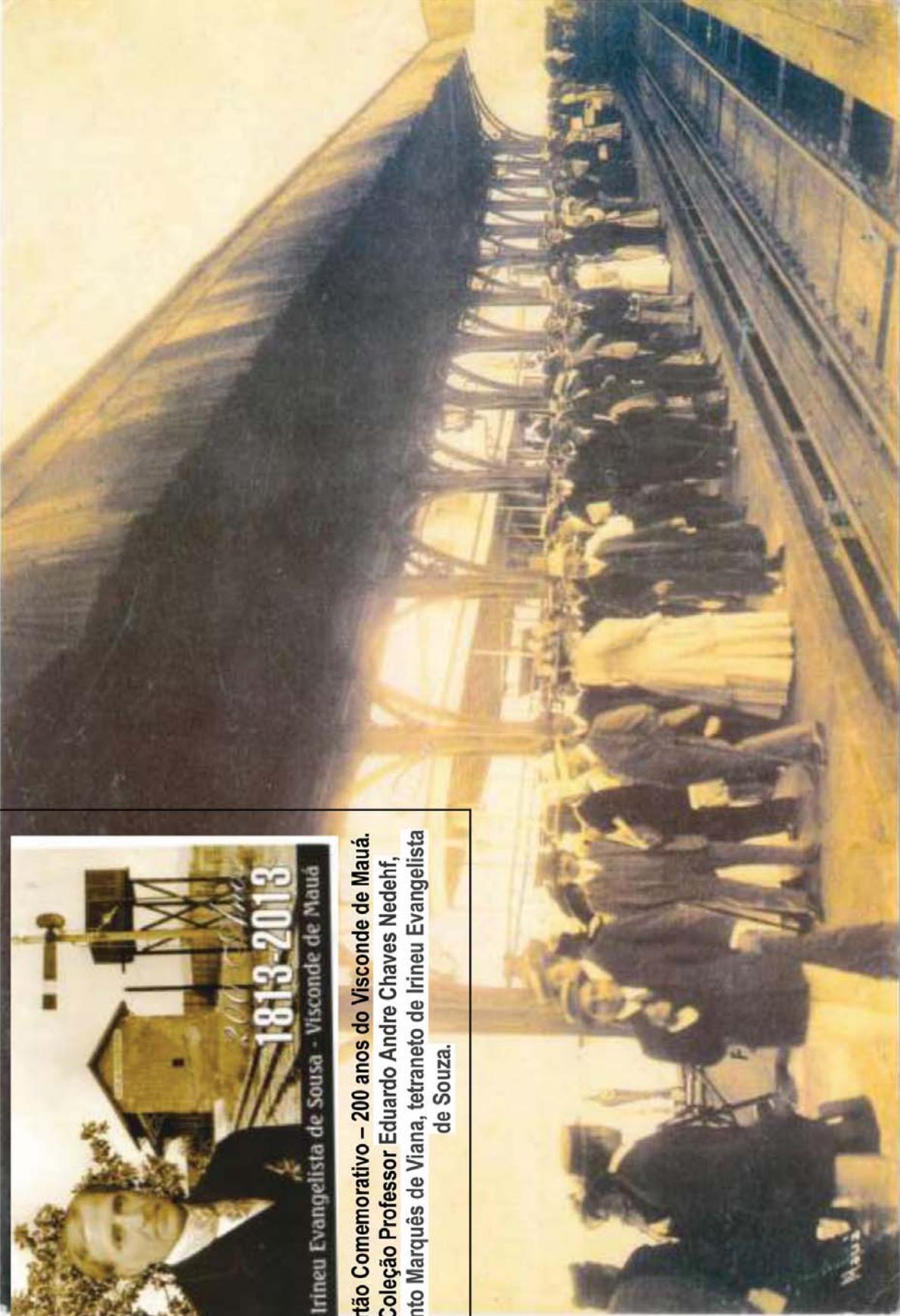
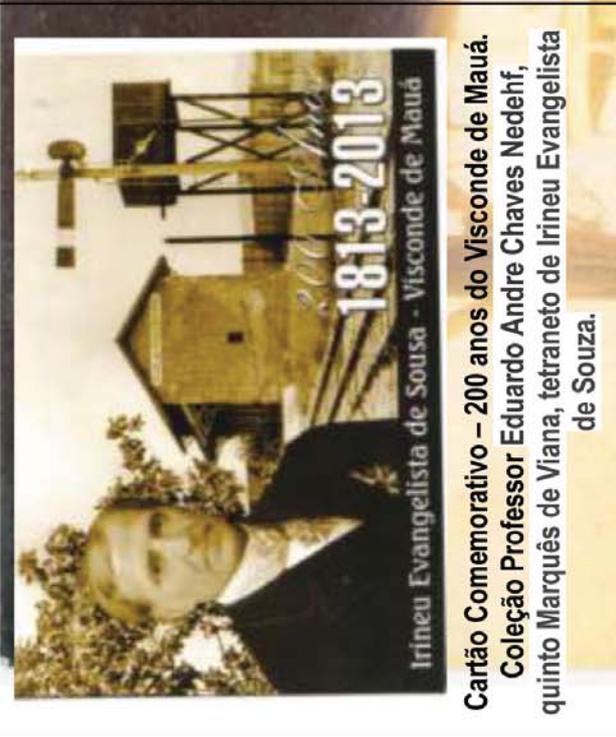


**Esta seção tem como objetivo
divulgar os documentos que integram
o acervo do Instituto Histórico e das
demais instituições que abrigam
esse tipo de documentação**

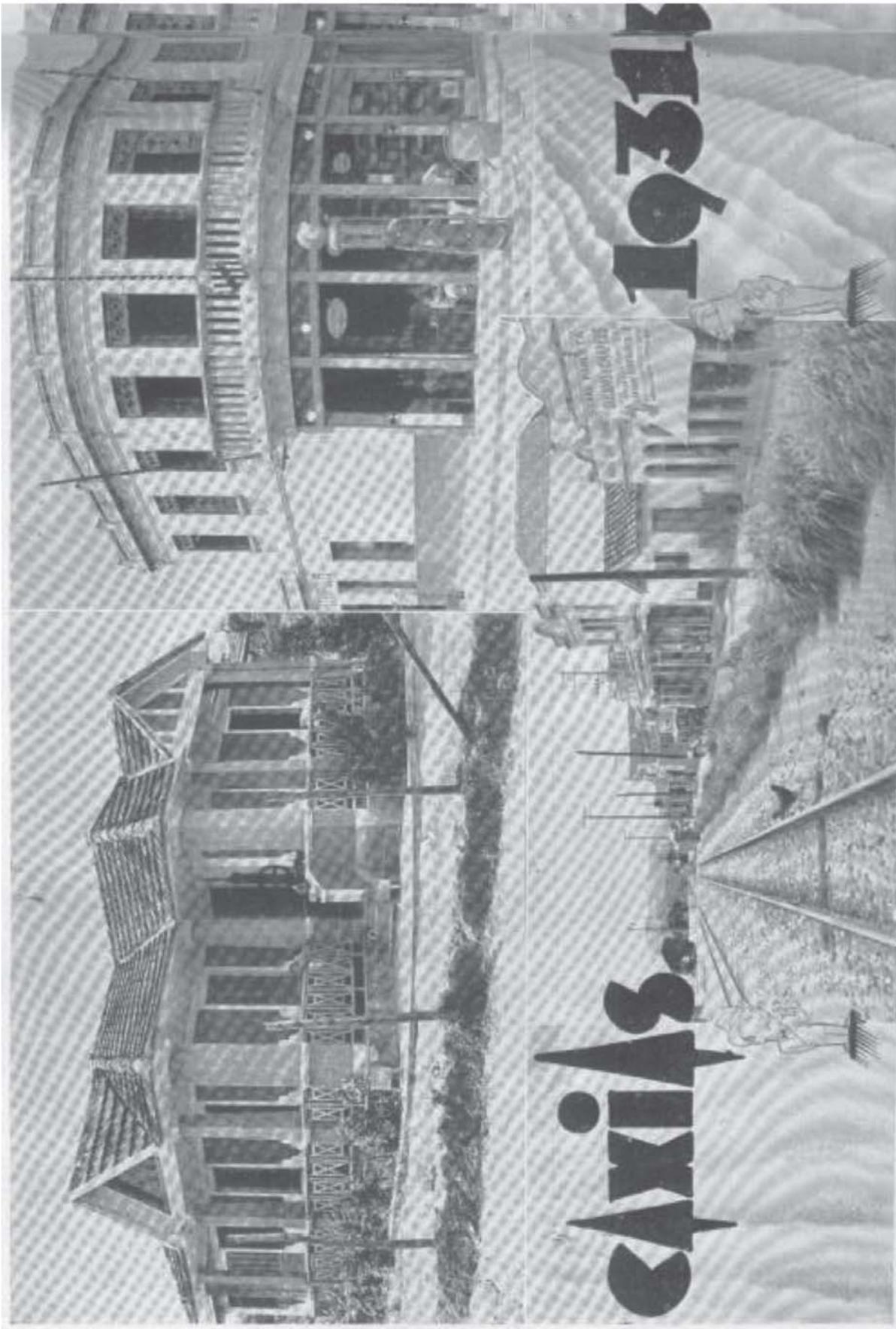


Torre Sineira - Anos 1990
Coleção Rogério Torres

Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu - Antiga Vila de Iguaçu - Anos 1950.
Acervo Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB).



**Estrada de Ferro Barão de Mauá - Estação da Guia de Pacobaíba - Magé – início do século XX.
Coleção Eugênio Sciammarella Júnior.**



CAXIAS - 1931

Fonte: "POLYANTHÉA Commemorativa ao Primeiro Centenário do Município de Nova Iguaçu (1833-1933)."



Joãozinho da Goméia

Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Este ano de 2014, o babalorixá João Alves Torres Filho,

Joãozinho da Goméia, faria 100 anos.



*Rio Petrópolis e a antiga fazenda loteada
por João Goulart*

**Estrada Rio-Petrópolis, na altura do Pilar - antiga fazenda loteada por João Goulart.
Acervo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH).**



Carnaval de Duque de Caxias, vendo-se o Rei Momo Sebastião Copelli ao lado das Rainhas Infantis do Carnaval –
Clube Recreativo Caxiense – anos 1960.

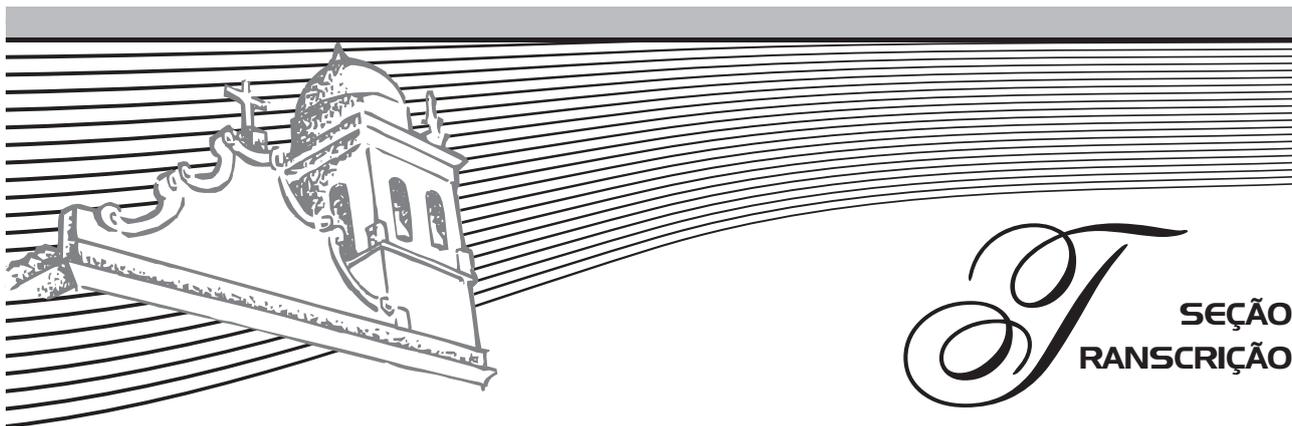
Coleção Foto Avenida. Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.



**Refinaria Duque de Caxias (REDUC) - acidente industrial - 1972.
Acervo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.**



Faculdades Unidas Grande Rio – Associação Fluminense de Educação – 1978.
Acervo Núcleo de Memória e Documentação Institucional – NuMeDoc / Inova / Unigranrio.



O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, de instituições que abrigam documentação e de coleções pessoais - documentos sobre suporte papel -, visando à preservação das informações das fontes primárias por meio da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

“A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania.”

1

Transcrevemos documento pertencente ao acervo do Professor Eduardo Andre Chaves Nedehf, quinto Marquês de Viana, tetranelo de Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá: a Carta que concede o título de Barão de Mauá ao empresário brasileiro por seu investimento na primeira ferrovia do Brasil.

Na transcrição, estão mantidas a grafia e a redação dos originais.



Dom Pedro por Graça de Deos e Unanime / Aclamação dos Povos Imperador Constitucional e Defensor / Perpetuo do Brasil. Faço saber aos que esta Minha Carta / virem que Attendendo aos relevantes serviços a Nação devido / a inauguração do primeiro caminho de ferro que se construiu / no Império do Brasil, por Ireneo Evangelista de Souza / e Querendo Distingui-lo e Honra-lo, Hei por bem Fazer / - lhe Mercê do Título de Barão de Mauá . E Quero e Mando/ que o dito Ireneo Evangelista de Souza d' aqui em diante se / chame Barão de Mauá, e que com o referido Título goze de / todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franqueza / que hão e tem e que usão e sempre usarão os Barões, e que / de direito lhe pertencerem. E por firmeza de tudo o que dito he / lhe Mandei dar esta Carta por Mim assinada, e sellada / com o sello pendente das Armas Imperiaes. Pagou de Novos / e Velhos Direitos duzentos e seis mil reis, como consta do res / pectivo Conhecimento em forma, passado em dous de maio do / corrente anno. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em trinta / de Abril de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo / terceiro da Independencia e do Imperio.

[assina] Imperador

Luis Pedreira do Coutto Ferraz

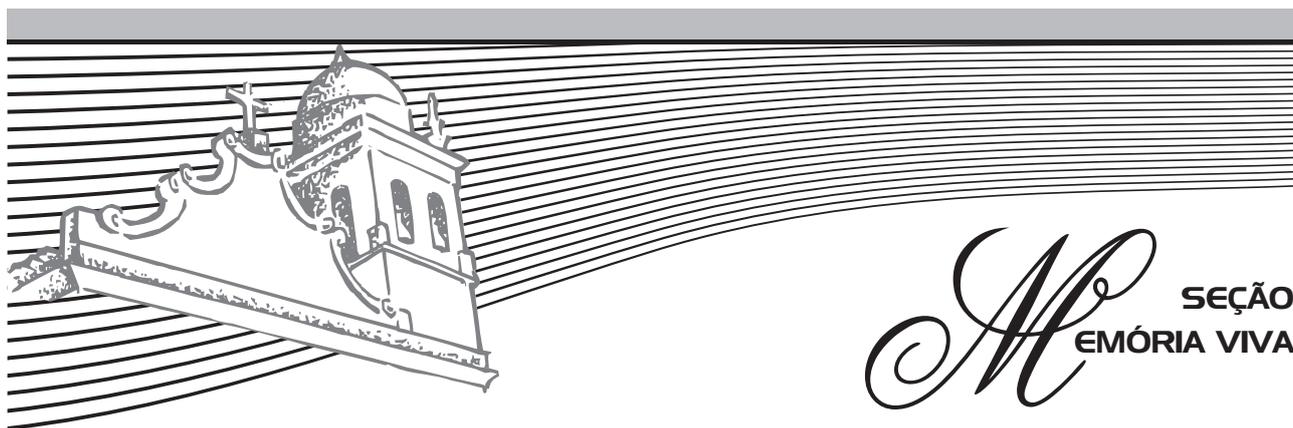
Carta (...) Vossa Magestade Imperial, Há por bem fazer / Merce [Ireneo] Evangelista de Souza do titulo de Barão / (...) vida,

[assinatura] Imperador

Luis Pedreira do Coutto Ferraz

**Carta (...) Vossa Magestade Imperial, Há por bem fazer / Merce [Ireneo] Evangelista de Souza do titulo de Barão / (...) vida,
na forma acima declarada.**

Vossa Magestade Imperial



Nesta edição, apresentamos depoimento de André Oliveira acerca dos blocos carnavalescos de Duque de Caxias. Agradecemos a ele, a colaboração na reconstrução da memória sobre o carnaval no nosso município.

O RESGATE DOS DESFILES DOS BLOCOS DE ENREDO DE DUQUE DE CAXIAS

A cidade de Duque de Caxias sempre teve uma relação muito forte entre seu povo e o carnaval. A cidade que se emancipou em 1943, já participava dos desfiles de carnaval no ano de 1951, com a Escola de Samba Cartolinhas de Caxias.

No ano de 1957, a cidade chegou a ter quatro escolas de samba: União do Centenário, no Grupo I, que desfilou na Av. Rio Branco com o enredo “Constituição do Brasil” e ficou na nona colocação. No Grupo II, que desfilou na Praça XI, a cidade foi representada pelas escolas: Cartolinhas de Caxias, com o enredo “Joia de Nossa Poesia”, que garantiu à escola amarela e azul de Duque de Caxias, a terceira colocação e o acesso ao Grupo I no ano seguinte. A Unidos da Vila São Luiz, que ficou na décima segunda colocação, com o enredo “Exaltação ao Samba”. E, o Capricho do Centenário, que ficou na última colocação com o enredo “Exaltação ao Samba”. E, o Capricho do Centenário, que ficou na última colocação com o enredo “Batalha do Riachuelo”.

No ano de 1971, as quatro escolas da cidade se fundiram, dando origem a Grêmio Recreativo Escola de Samba Grande Rio que passou a representar o município de Duque de Caxias no carnaval.

O ano de 1988 foi de grande movimentação nos bastidores do carnaval caxiense, com a fundação da Acadêmicos de Duque de Caxias que, no mesmo ano, fundiu-se com a GRES Grande Rio, dando origem ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio, que acabou se transformando numa das maiores agremiações carnavalescas do Rio de Janeiro. A Grande Rio passou a representar a cidade na Sapucaí e, com o tempo, os blocos foram relegados a segundo plano.

Os blocos de enredo sempre tiveram presença marcante no carnaval, embora existam poucas publicações e pesquisas históricas referentes a esse tema tão importante para a cultura popular. Lembro que quando eu era criança, assistia aos desfiles do Bloco do China, no Centenário, e ficava encantado com a magia das fantasias e a força da bateria do bloco. Já adolescente, fui assistir alguns desfiles no Centro de Caxias. Segundo Jamil Cearense, “Cidadão Samba de Duque de Caxias”, a cidade chegou a ter três grupos de blocos que disputavam o carnaval do município.

Em dezembro de 1979, foi fundada a Associação Carnavalesca de Duque de Caxias (ACDUC), que é a entidade representativa dos blocos carnavalescos da cidade. A entidade foi a responsável por organizar junto à Prefeitura de Duque de Caxias, o desfile dos blocos da cidade nesse ano. O evento teve sua última realização no ano de 2008, quando foi realizado na Avenida



Em dezembro de 1979, foi fundada a Associação Carnavalesca de Duque de Caxias (ACDUC), que é a entidade representativa dos blocos carnavalescos da cidade. A entidade foi a responsável por organizar junto à Prefeitura de Duque de Caxias, o desfile dos blocos da cidade nesse ano. O evento teve sua última realização no ano de 2008, quando foi realizado na Avenida Brigadeiro Lima e Silva.

A primeira ação que foi implementada para a retomada do carnaval de 2014, foi a escolha do local onde seriam realizados os desfiles. Em uma decisão conjunta entre o poder público e a ACDUC, foi escolhido o bairro de Santa Cruz da Serra, no terceiro distrito, como uma forma de descentralizar a ação cultural para a população que tem menos acesso a oferta de bens e produtos culturais.

Uma das ações de resgate cultural foi a eleição da Corte Momesca, eleita, em fevereiro deste ano, no Teatro Municipal Raul Cortez. Foram eleitos: o Rei Momo Andrezinho, a Rainha do Carnaval Luciene Tavares e as Princesas Anastácia e Gabriele dos Santos. Além dos eleitos, foi condecorado o Cidadão Samba Jamil Cearense, uma das referências da história do samba de Duque de Caxias.

Atualmente, a ACDUC conta com seis blocos de enredo associados que desfilaram em Santa Cruz da Serra. Todos desfilam no mesmo dia e existe somente um grupo para todos os blocos.

-Império do Gramacho – O bloco foi fundado no ano de 1972, também desfila no Grupo I dos blocos do Rio de Janeiro; em 2014, obteve a quarta colocação e trouxe o enredo “Festas do Parque Então é Grande”

BLOCOS DE ENREDO DE DUQUE DE CAXIAS

-Unidos do Laureano – Fundado em 1976, o bloco desfilou no Grupo II do Rio de Janeiro, obtendo a quarta colocação no desfile deste ano, com o enredo “Da Estação ao Piscinão de Ramos, tem Tradição”.

-Esperança de Nova Campinas – Fundado em 1997, o bloco que desfilou este ano no Grupo III do Rio de Janeiro, onde obteve a quarta colocação com o enredo “Serginho do Porto”.

-Bloco do China – Fundado em 1971, o Dragão do Centenário desfilou no Grupo III do Rio de Janeiro, onde se sagrou campeão, com o enredo “E o Samba Sonhou, Fé e Alegria”.

-Flor da Primavera – Fundado em 1977, o bloco foi o vice-campeão do Grupo I do Rio de Janeiro, com o enredo “Do Azul da Nossa Bandeira, ao Azul do Rio Nilo. Uma Viagem ao Egito Antigo”.

- Unidos de Parada Angélica – Fundado em 1976, o bloco ficou na última colocação do Grupo IV do Rio de Janeiro, com o enredo “Duque de Caxias - Eu Sou!”.

Os desfiles de 2014 em Duque de Caxias foram realizados na segunda-feira de carnaval e reuniram cerca de cinco mil espectadores.

A apuração do desfile dos blocos foi realizada na quadra da Acadêmicos do Grande Rio e o resultado ficou da seguinte forma: 1º - Flor da Primavera; 2º - Império do Gramacho; 3º- Bloco do China; 4º- Unidos da Laureano; 5º- Esperança de Nova Campinas; e, 6º- Unidos de Parada Angélica.

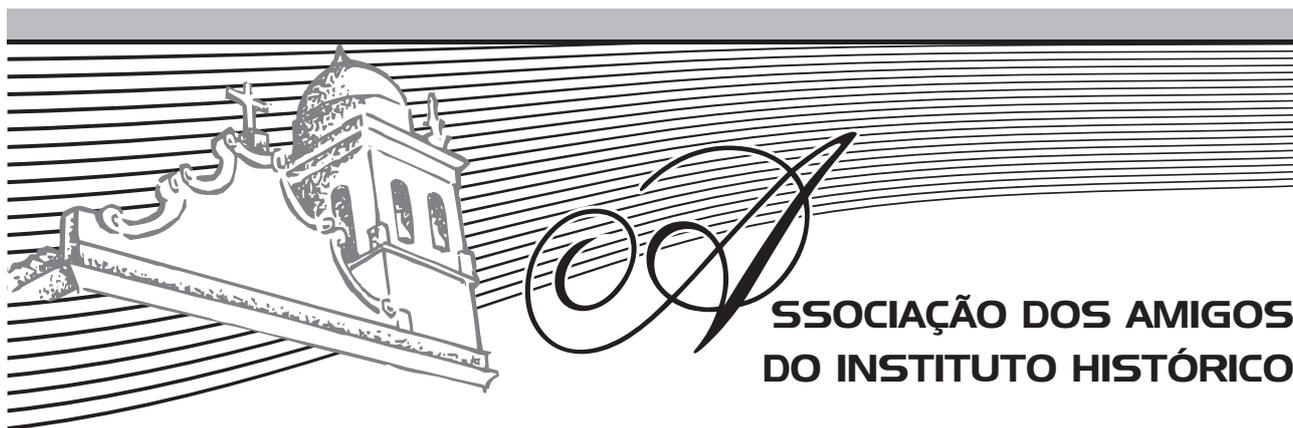
O mais importante para a cultura e identidade de Duque de Caxias foi o resgate dos desfiles dos blocos de enredo da cidade. O retorno dos tradicionais desfiles trouxe novamente a magia do carnaval e o resgate histórico desse patrimônio cultural de nosso povo.

Referências

Wikipedia – Associação Carnavalesca de Duque de Caxias.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Carnavalesca_de_Duque_de_Caxias
 Lurdinha - <http://lurdinha.org/site/?p=3624>

Academia do Samba - <http://www.academiadosamba.com.br/memoriasamba/desfiles/1951-1.htm>

Prefeitura de Duque de Caxias -
http://duquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1122%3Aduque-de-caxias-escolheu-soberanos-do-carnaval&catid=29%3Anoticias-da-cultura-e-turismo&Itemid=254



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

A Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e consequentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades auxiliar na aquisição de acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e estimular a captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

A Asamih foi contemplada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em 2008, sendo considerada, desde então, um Ponto de Cultura, com o projeto "Tecendo as ações no Presente. Construindo a cidadania do Futuro".

**A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO
ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.
VENHA PARTICIPAR!**

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO



CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
17ª Legislatura - 01/01/2013 a 31/12/2016

EDUARDO MOREIRA DA SILVA (Eduardo Moreira) – Presidente
JULIANA FANT ALVES (Juliana do Taxi) - 1ª Vice Presidente
MARCUS VINICIUS DE MORAES GUIMARÃES (Boquinha) - 2º Vice Presidente
SERGIO ALBERTO CORRÊA DA ROCHA (Serginho Corrêa) - 1º Secretário
ADEMIR MARTINS DA SILVA (Ademir Martins) - 2º Secretário

AILTON ABREU NASCIMENTO (Chiquinho Caipira)
ALLAN SOARES NUNES (Allan Macarrão)
CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO (Carlos de Jesus)
CARLOS AUGUSTO PEREIRA SODRÉ (Carlinho da Barreira)
CELSO LUIS PEREIRA DO NASCIMENTO (Celso do Alba)
CLÁUDIO DE OLIVEIRA THOMAZ (Claudio Thomaz)
DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO (Mazinho)
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR (Junior Reis)
FABRÍCIO DE SOUZA CORDEIRO (Fabricio Cordeiro)
FRANCISCO DOS SANTOS (Chico Borracheiro)
JOAQUIM JOSÉ QUINZÉ SANTOS ALEXANDRE (Quinzé)
JOSEMAR LUCAS FERREIRA PADILHA (Josemar Padilha)
MARCELO FERREIRA RIBEIRO (Marcelo do Seu Dino)
MARCOS FERNANDES DE ARAUJO (Marquinho Oi)
MARCOS PAULO BARBOSA TAVARES (Marcos Tavares)
MARGARETE CONCEIÇÃO DE SOUSA (Gaete)
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA (Fatinha)
MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE (Leide)
MAURÍCIO GUIMARÃES NASCIMENTO (Dr. Maurício)
MOACIR ANSELMO DOS SANTOS (Moa)
OSVALDO FERREIRA LIMA (Osvaldo Lima)
SANDRO RIBEIRO PEDROSA (Sandro Lelis)
THIAGO RIBEIRO BARRETO (Thiago Barreto)
WENDELL OLIVEIRA DO NASCIMENTO (Wendell)

Diretor Geral da CMD: LAURECY DE SOUZA VILLAR



Município de Duque de Caxias

